



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Tecnologia
e Gestão de Lamego

Indicadores Culturais com Instrumento de Avaliação de Desenvolvimento Sustentável Alto Douro Vinhateiro

Andreia Filipa Pinheiro da Silva

MARÇO, 2023

2023

PV - ESTGL

Indicadores Culturais como Instrumento de Avaliação de Desenvolvimento Sustentável - Alto Douro Vinhateiro

Andreia Filipa Pinheiro da Silva



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Tecnologia
e Gestão de Lamego

Indicadores Culturais como Instrumento de Avaliação de Desenvolvimento Sustentável Alto Douro Vinhateiro

Andreia Filipa Pinheiro da Silva

Monografia

Gestão do Património Cultural e Desenvolvimento Local

Trabalho efectuado sob a orientação de
Professora Doutora Isabel Vieira
Professora Doutora Didiana Fernandes

Março, 2023

Agradecimentos

A concretização desta dissertação foi possível graças à contribuição, direta e indireta, de um leque de pessoas e instituições que, quer através do conhecimento partilhado, ou somente pelo apoio e suporte no momento certo, me legaram as ferramentas necessárias para a conclusão do trabalho que aqui apresento. Dito isto:

Começar por agradecer à Professora Doutora Isabel Vieira pelo carinho e apoio, pelas constantes palavras de motivação, conforto e incentivo ao longo de todo o meu percurso académico, vitais para que o momento que hoje vivo fosse possível. E, também, pela orientação neste trabalho, juntamente com a coorientação da Professora Doutora Didiana Fernandes. A ambas deixo um especial agradecimento pelo empenho no acompanhamento e incentivo, decisivos para a conclusão desta Dissertação;

Aos antepassados que, sem o saberem, nos deixaram uma diversidade cultural intangível permitindo-nos o seu estudo e análise, e que têm vindo a contribuir para a melhoria na qualidade de vida de diversas gerações que lhe sucederam. Que este projeto possa servir de homenagem ao seu esforço e dedicação na preservação e transmissão da valiosa herança cultural de que hoje dispomos;

Ao Instituto Politécnico de Viseu e, particularmente, à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e todo o seu corpo docente e não docente, pela partilha de conhecimentos, apoio e cooperação nos mais variadíssimos níveis;

Aos colegas de curso que me acompanharam durante este percurso e com quem partilhei momentos únicos, quer no âmbito académico e fora dele, que serão para sempre recordados;

Aos amigos que souberam ser pacientes e verdadeiros pilares nos momentos mais difíceis, pelos conselhos e partilha de conhecimentos, por ouvirem e criticarem;

À Dream Team, colegas de trabalho, pela amizade, compreensão e suporte, nomeadamente à Alina, Ana, Patrícia e Ana, sempre disponíveis e prontas a ajudar. Ao Sansão que, apesar dos novos caminhos, foi igualmente importante neste percurso;

Jamais poderia de deixar de agradecer à minha família, que me permitiu sempre a realização dos meus objetivos, pelo seu constante apoio e acompanhamento em qualquer novo projeto, sem hesitação. Ao meu pai pela força que me legou, à minha mãe pela sensibilidade e astúcia e à minha irmã pela genuinidade e capacidade de sonhar.

Resumo

A presente dissertação tem o propósito de estudar a cultura como elemento potenciador de desenvolvimento sustentável na região classificada do Alto Douro Vinhateiro, doravante designada por ADV, tendo por base o instrumento metodológico proposto pela UNESCO, mais especificamente, através dos Indicadores Temáticos da UNESCO para a Cultura na Agenda 2030. Neste sentido, com o presente estudo, pretende-se analisar, através de indicadores culturais, se o desenvolvimento do território em estudo assenta em princípios de sustentabilidade, comprovando-se se é válido considerar que o património cultural poderá conduzir a um desenvolvimento mais amplo e integrador.

Os resultados que se procurou obter através deste estudo, só poderiam ser alcançados após se clarificar alguns conceitos essenciais. Com isto dito, foi necessário compreender o conceito de indicador, assim como, a sua relação com a cultura e, paralelamente, a interferência que essa exerce no desenvolvimento sustentável do território. Considerou-se essencial definir, ainda, o conceito de cultura, contemplando os diferentes significados que tem adquirido ao longo do tempo, assim como, a sua interligação com outros domínios da sociedade.

A metodologia adotada assenta na recolha de dados primários e secundários, qualitativos e quantitativos, com vista a aprofundar o conhecimento sobre a temática em estudo. Pretende-se, através deste, propor uma metodologia específica, através da seleção de alguns indicadores, de entre os propostos pela UNESCO, que se considerem mais relevantes tendo em consideração o esforço e custo da sua obtenção. Os indicadores selecionados devem ser capazes de quantificar e fornecer dados que permitam compreender como a cultura interage, influencia e contribui para o processo de desenvolvimento do território em análise. Em última instância, o estudo visa compreender, por meio de uma análise comparativa, se o ADV teve um desenvolvimento assente na sustentabilidade, após a adesão à Lista do Património Cultural da Unesco em 2001. Para isso, com base nos mesmos indicadores, será efetuada uma análise de dois anos distintos, um mais próximo à data da classificação e outro mais próximo da atualidade, para que, assim, a comparação possa ser exequível.

Os resultados obtidos revelaram que existiu uma evolução cultural positiva no ADV, após a sua integração pela UNESCO na Lista do Património Mundial, capaz de promover o desenvolvimento sustentável do território. Embora existiam ainda algumas lacunas a ultrapassar, tem sido dada, por parte dos atores locais, especial atenção aos aspetos culturais da região e aos seus benefícios enquanto elemento potenciador de desenvolvimento social, económico e ambiental, agregando

características de sustentabilidade benéficas não só ao território, como também, à própria cultura.

Palavras-chaves: ADV, Indicadores Culturais, Desenvolvimento Sustentável

Abstract

This dissertation aims to study culture as an element that enhances sustainable development in the classified region of Alto Douro Vinhateiro, hereinafter referred to as ADV, based on the methodological instrument proposed by UNESCO, more specifically, through the Thematic Indicators of Culture of UNESCO in the Agenda 2030. This study intends to analyse, through cultural indicators, whether the development of the territory under study is based on principles of sustainability, proving whether it is valid to consider that cultural heritage can lead to a broader and more inclusive development.

The results that are intended to be obtained through this study can only be achieved after clarifying some essential concepts. That said, it was necessary to understand the concept of indicator, as well as its relationship with culture and, at the same time, the interference that this exerts in the sustainable development of the territory. It was also considered essential to define the concept of culture, contemplating the different meanings it acquired over time, as well as its interconnection with other areas of society.

The methodology adopted is based on the collection of primary and secondary, qualitative and quantitative data, with a view to deepening knowledge on the subject under study. The project intends to propose a specific methodology, through the selection of some indicators, among those proposed by UNESCO, that are considered more relevant in view of the effort and cost of obtaining them. The selected indicators must be able to quantify and provide data that allow understanding how culture interacts, influences and contributes to the development process of the territory under analysis. Ultimately, the study aims to understand, through a comparative analysis, whether the ADV had a development based on sustainability after joining the Unesco Cultural Heritage List in 2001. For this, based on the same indicators, an analysis of two different years – one closer to the date of classification and another closer to the present, so that the comparison is feasible.

The results obtained revealed that there was a positive cultural evolution in the ADV, after its inclusion by UNESCO in the World Heritage List, capable of promoting the sustainable development of the territory. Although there are still some gaps to be overcome, local actors have paid special attention to the cultural aspects of the region and its benefits as a potentiating element of social, economic and environmental development, adding sustainability characteristics that benefit not only the territory, but the culture itself.

Keywords: ADV, Culture Indicators, Sustainable Development

Índice

Introdução	1
Secção I - Enquadramento Teórico	5
Capítulo I - Estado da arte	5
I.1. Indicadores de desenvolvimento sustentável e a sua relação com a Cultura	6
I.1.1. Indicadores: definição concetual.....	6
I.1.2. Avaliação de sustentabilidade através de indicadores	9
I.1.3. Indicadores e cultura: relação entre os dois termos.....	13
I.1.4. O papel da UNESCO na construção de indicadores culturais	16
I.1.5. Os Indicadores Temáticos da Cultura.....	17
I.1.6. Contributo das instituições internacionais e nacionais	23
I.2. Património mundial, cultural e natural	26
I.2.1. Cultura, breve reflexão sobre o termo	26
I.2.2. Evolução e definição do conceito de Património	27
I.2.3. Valorização e proteção do património cultural	28
I.2.4. Olhar sobre o património cultural imaterial	33
I.2.5. Enquadramento nacional do património	34
I.3. Desenvolvimento do território	36
I.3.1. Introdução ao conceito	36
I.3.2. Os diferentes modelos de desenvolvimento.....	38
I.3.3. Desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável	40
Secção II - Trabalho Empírico.....	45
Capítulo II – Metodologia de investigação.....	47
II.1. Justificação metodológica.....	48
II.2. Investigação qualitativa e quantitativa.....	50
II.3. Objetivos de investigação.....	51
II.4. Elaboração e formulação das perguntas de investigação	53
II.5. Opções e procedimentos metodológicos	56
II.6. Técnicas de recolha, análise e tratamento de dados.....	57
II.6.1. Técnica de recolha: estudo de caso.....	58
II.7. Descrição do contexto e da metodologia	59

II.8. Interpretação dos resultados	60
Capítulo III – Caso de Estudo	61
III.1. Alto Douro Vinhateiro	63
III.2. Contexto histórico.....	63
III.3. Enquadramento geográfico e socioeconómico	65
III.4. A evolução da viticultura.....	65
III.5. Classificação da região	69
III.5.1. Proteção do património classificado.....	70
Capítulo IV – Análise e Interpretação dos Resultados.....	71
IV.1. Nota introdutória	72
IV.2. Análise e interpretação dos indicadores culturais.....	73
IV.2.1. Análise da dimensão “Ambiente e resiliência”	74
IV.2.1.1. Indicador “Despesa em Património”	74
IV.2.1.2. Indicador “Equipamentos culturais”.....	80
IV.2.2. Análise da dimensão “Prosperidade e qualidade de vida”.....	84
IV.2.2.1. Indicador “Financiamento público da cultura”.....	85
IV.2.3. Análise da dimensão “Conhecimentos e competências”	91
IV.2.3.1. Educação Multilingue	92
IV.2.3.2. Indicador “Formação cultural”.....	97
IV.2.4. Análise da dimensão “Inclusão e participação”	103
IV.2.4.1. Indicador “Acesso à Cultura”	103
Conclusões, limitações e recomendações	108
Referências	121
Anexos e Apêndices	138

Figuras

Figura 1 - Os três pilares da sustentabilidade.....	12
Figura 2 - Dos dados à informação.	13
Figura 3 - As 4 dimensões do desenvolvimento sustentável.....	14
Figura 4 - Esquema das fases metodológicas.	50
Figura 5 - Mapa dos limites geográficos do Alto Douro Vinhateiro.....	64
Figura 6 - Síntese dos indicadores culturais selecionados.....	73

Gráficos

Gráfico 1- Despesa em património cultural, per capita.....	75
Gráfico 2 - Despesa em património por município, per capita.....	76
Gráfico 3 - Distribuição da despesa por tipo de património no ADV: 2013.....	77
Gráfico 4 - Distribuição da despesa por tipo de património no ADV: 2021.....	77
Gráfico 5 - Distribuição da despesa por tipo de património no ADV: 2021.....	77
Gráfico 6 - Percentagem da despesa em património do ADV me comparação com a despesa nacional em património.....	78
Gráfico 7 - Percentagem da despesa em património na Região Norte e ADV, no total nacional.....	79
Gráfico 8 – N.º total de equipamentos culturais no ADV.....	81
Gráfico 9 - Total de equipamentos culturais por tipo e ano no ADV.....	81
Gráfico 10 - Total de equipamentos culturais por tipo e ano no ADV.....	82
Gráfico 11 - Distribuição de equipamentos culturais no ADV em 2001, por tipo.....	82
Gráfico 12 - Gráfico 12 – Número de equipamentos culturais no ADV em 2021, por tipo.....	83
Gráfico 13 - Evolução do número de equipamentos culturais no ADV nos anos 2001, 2011 e 2021.....	83
Gráfico 14 - Financiamento total da cultura em 2013 e 2021, por município (€).....	87
Gráfico 15 - Financiamento público total na cultura em 2013 e 2021 (€).....	87
Gráfico 16 - Financiamento público da cultura: 2013 (€).....	89
Gráfico 17 - Financiamento público da cultura: 2021 (€).....	89
Gráfico 18 - N.º total de alunos inscritos no ensino superior em Artes e Línguas – 2011/2012....	92
Gráfico 19 - N.º total de alunos inscritos no ensino superior em Artes e Línguas – 2021/2022...	93
Gráfico 20 - Percentagem de alunos inscritos no ensino superior por área de formação em 2021/2022 – Portugal.....	94
Gráfico 21 - Percentagem de alunos inscritos no ensino superior por área de formação em 2021/2022 – Douro.....	94
Gráfico 22 - Evolução do número total de alunos inscritos em artes e línguas no Douro.....	95
Gráfico 23 - Evolução do número total de alunos inscritos em artes e línguas em Portugal.....	95
Gráfico 24 - Alunos do sexo masculino inscritos em artes e línguas em Portugal e no Douro, em 2021/2022 (%).	96
Gráfico 25 - Alunos do sexo feminino inscritos em artes e línguas em Portugal e no Douro, em 2021/2022 (%).	96
Gráfico 26 - Percentagem de número de alunos inscritos em artes em 2011/2012.....	98
Gráfico 27 - Percentagem de número de alunos inscritos em artes em 2021/2022.....	99

Gráfico 28 - Alunos inscritos em artes ano letivo 2021/2022, por sexo.....	100
Gráfico 29 - Alunos inscritos em artes ano letivo 2011/2012, por sexo.....	100
Gráfico 30 - Percentagem de alunos que completaram o ensino superior em artes em proporção ao número de alunos que completaram o ensino superior.	101
Gráfico 31 - Percentagem de alunos que concluíram o ensino superior, por sexo.	102
Gráfico 32 - Património cultural imóvel na AVD: monumentos, conjuntos e sítios.....	104
Gráfico 33 - N.º de bens culturais imóveis no ADV.....	105
Gráfico 34 - Património cultural imóvel (monumentos, conjuntos e sítios) por cada 10.000 habitantes em 2011.	106
Gráfico 35 - Património cultural imóvel (monumentos, conjuntos e sítios) por cada 10.000 habitantes em 2021.	106

Tabelas

Tabela 1 - Dimensão "ambiente e resiliência".....	20
Tabela 2 - Dimensão "prosperidade e qualidade de vida".....	21
Tabela 3 - Dimensão "Conhecimentos e Competências".....	22
Tabela 4 - Dimensão "inclusão e participação".....	23
Tabela 5 - Esquema metodológico: objetivos gerais e específicos.....	53
Tabela 6 - Esquema metodológico: questão de partida e perguntas de investigação e hipóteses.	55
Tabela 7 - Número de bens imóveis culturais classificados no ADV, em 2021.....	64
Tabela 8 - População residente no ADV em 2021.....	66
Tabela 9 - Área e densidade populacional, 2021.....	66
Tabela 10 - Financiamento público total da cultura em 2013 e 2021, por município.....	86
Tabela 11- Proporção do financiamento público em relação ao total do ADV, por município.....	90
Tabela 12 - N.º de alunos inscritos em artes e o n.º total de alunos inscritos no ensino superior.	98
Tabela 13 - Alunos inscritos em artes, por sexo.	99
Tabela 14- Alunos que completaram o ensino superior em artes.....	101
Tabela 15 - Alunos que concluíram o ensino superior, por sexo.	102
Tabela 16 - Apresentação esquematizadas das conclusões geradas.	115

Lista de Termos, Siglas, Acrónimos ou Abreviaturas

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte
DGA	Direção Geral do Ambiente
DGEMN	Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direção Geral do Património Cultural
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPM	Instituto Português dos Museus
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitetónico
IPPC	Instituto Português do Património Cultural
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PIOTADV	Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Rio+10 / Rio-92	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
Rio+20	A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SGAmbiente	Secretaria-Geral do Ambiente
SCC	Setor Cultural e Criativo
UN	United Nations
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

“A cultura está no início e no fim de todo o desenvolvimento”

(Léopold Sédar Senghor)

Introdução

A presente dissertação tem o propósito de estudar a cultura como elemento potenciador de desenvolvimento sustentável na região classificada do ADV com base no instrumento metodológico proposto pela UNESCO, mais especificamente, através dos Indicadores Temáticos da UNESCO para a Cultura na Agenda 2030. Neste sentido, com o presente estudo, pretende-se analisar, através de indicadores culturais, se o desenvolvimento do território em estudo assenta em princípios de sustentabilidade, comprovando-se se é válido considerar que o património cultural pode ser benéfico para o alcance de um desenvolvimento mais amplo e integrador.

Considera-se pertinente começar por indicar que a região do ADV foi classificada como património da humanidade, pela UNESCO, em 2001, na categoria de paisagem cultural viva e evolutiva, devido ao seu reconhecido valor excepcional e, também, pela necessidade de se proteger uma vasta herança cultural em risco, por força das diversas influências a que está exposta. Importa, por outro lado, referir, que o desenvolvimento sustentável tem vindo a ser debatido em instâncias internacionais ao longo dos anos, tendo-se, recentemente, olhado com especial atenção à questão da inclusão da dimensão cultural, com vista ao alcance da almejada sustentabilidade. Nesse sentido, espera-se, com esta análise, compreender se a cultura teve um contributo efetivo para o desenvolvimento sustentável da região classificada do ADV durante o período que entremeia a classificação da UNESCO, até à atualidade. Para o efeito, serão considerados os 13 municípios que integram a região classificada, ou seja, Alijó, Armamar, Carrazeda de Ansiães, Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Tabuaço, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa e Vila Real, num espaço temporal que compreende os anos 2001 e 2021, ou anos próximos destes por força da inexistência de dados.

A expansão da era digital e abertura dos mercados no mundo tiveram um impacto significativo no crescimento económico mundial, embora nem sempre esse desenvolvimento tenha sido homogéneo, deixando evidente as desigualdades entre os territórios o que, por conseguinte, torna insuficiente considerar a dimensão económica como fator exclusivo para que se entenda o desenvolvimento de determinado território como sustentável. No decorrer das últimas décadas, foram diversos os modelos económicos e teorias de desenvolvimento implementados, com o fim de gerar o bem-estar geral da sociedade embora se tenha começado por considerar, somente, o modelo económico como suficiente para apresentar dados credíveis. No âmbito desta procura, vários aspetos têm sido considerados e valorizados, tomando-se como exemplo, os aspetos de índole cultural. Paralelamente, multiplicaram-se os estudos em torno da possibilidade de se

começar a considerar a potencialidade da cultura como contributo ao alcance de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, várias têm sido as metodologias concebidas e implementadas, na sua grande maioria propondo-se a utilização combinada entre indicadores quantitativos e qualitativos, numa tentativa de se obter resultados que melhor representem a realidade.

A cultura tem vindo a tornar-se num conceito-chave quando se reflete sobre as mudanças sociais do mundo atual enquanto reconfiguração da sociedade, representações e modos de vida. Têm surgido, ao longo dos últimos anos, movimentos e instituições que defendem a importância da cultura, não só, como um conjunto de significados e símbolos partilhados, mas, também, como elemento estruturante na conquista sustentável de desenvolvimento económico e social, com uma articulação mais clara entre a cultura e o desenvolvimento. Nesse sentido, torna-se crucial incluir a cultura nas discussões sobre o desenvolvimento.

A região classificada do ADV é detentora de uma grande diversidade cultural pelo que é imperativo analisar a possibilidade de considerar a cultura como um dos elementos fundamentais que poderão promover o desenvolvimento do território, contribuindo, dessa forma, para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e o seu crescimento sustentável. Espera-se que os resultados alcançados através desta análise possam promover a valorização do património cultural da região, pilar fundamental para o seu desenvolvimento sustentável, na mesma medida em que permita auxiliar na criação de políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade nos mais diversos níveis, tendo sempre em consideração a transversalidade da cultura na sua elaboração.

Embora, em Portugal, sejam escassos os estudos para determinar a cultura como fator de desenvolvimento sustentável, existem algumas análises estatísticas realizadas especificamente com a intenção de avaliar o contributo da cultura na economia do país, restringindo esta dimensão meramente aos benefícios do desenvolvimento económico. Na região classificada do ADV, são inexistentes as pesquisas formais que façam um diagnóstico concreto do contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável do território com base na metodologia proposta pela UNESCO que o presente estudo pretende adotar. Embora os planos de desenvolvimento municipais e intermunicipais proponham algumas diretrizes de ação com vista ao mesmo fim, não são especificados com exatidão os resultados e ações concretas dentro das quatro dimensões que compõem o desenvolvimento sustentável. Ainda, no âmbito da anterior reflexão, importa investigar, quais as ações desempenhadas pelo sector público e privado, que considerem efetivamente a cultura como um fator transversal a todos os campos que integram o desenvolvimento do território.

Tendo por base a argumentação apresentada, levanta-se a relevância de analisar, recorrendo-se a indicadores culturais, a relação entre os aspetos culturais e o desenvolvimento sustentável, tendo em conta a limitação geográfica do objeto de estudo, de modo a determinar o impacto da cultura no seu desenvolvimento ao mesmo tempo em que se estabelece se a cultura pode, ou não, servir de alavanca ao crescimento local, em benefício da população da região duriense, dentro das suas várias dimensões.

Esta pesquisa objetiva especificar as condições em que a cultura se desenvolve atualmente, tendo por base os pressupostos anteriormente mencionados. Conhecer o desempenho da cultura no território, considerando as variáveis sugeridas pelos Indicadores Culturais da UNESCO, para se compreender o seu impacto no desenvolvimento sustentável do território em análise, ambicionando-se ser o ponto de partida para futura produção científica que tenha especial contributo para as ciências sociais e, sobretudo, para o desenvolvimento ambiental, social, económico e cultural da região, almejando, em última instância, o benefício geral da comunidade local.

Considerando que na ciência não existem certezas absolutas, uma vez que novos conhecimentos adquiridos podem tornar as teorias existentes como obsoletas e inadequadas (Freixo, 2011) é importante que a investigação pressuponha a utilização de uma metodologia adequada capaz de aproximar a investigação à realidade. A metodologia adotada teve por base o exposto por Cesário et al. (2020, pp. 23-33), sendo que assentou na recolha de dados primários e secundários, qualitativos e quantitativos, com vista a aprofundar o conhecimento sobre a temática em estudo. Nesse sentido, procedeu-se à pesquisa e análise de material bibliográfico, nomeadamente, dissertações, artigos científicos, relatórios oficiais, normativos legais, dados estatísticos, entre outros. Por fim, procedeu-se à seleção de alguns indicadores, de entre os propostos pela UNESCO, que se consideraram mais relevantes dado o esforço e custo na sua obtenção, capazes de quantificar e fornecer dados que permitiram compreender como a cultura interage, influencia e contribui para o processo de desenvolvimento do território em análise. Por sua vez, para o estudo de caso elegeu-se a região do Alto Douro Vinhateiro e pretende-se, mais especificamente, analisar o nível de desenvolvimento sustentável aplicando o instrumento metodológico proposto pela UNESCO em estreito alinhamento com as Metas e Objetivos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esta análise tem por principal finalidade recolher eventuais contributos à elaboração de um projeto de implementação metodológica dos indicadores culturais para o desenvolvimento do ADV e, através da extração de dados, pretende-se formular recomendações que permitam melhorar a produção de futuros planos.

A proposta do tema, no âmbito da presente dissertação, reveste-se de extrema relevância na medida em que amplia o conhecimento nesta área específica, cumprindo um papel fundamental na aquisição de novo saber e, em simultâneo, constitui-se como um contributo essencial para o desenvolvimento de novos trabalhos. Mais do que apresentar uma análise com base no conhecimento acumulado, pretende-se que esta análise possa produzir novos dados e conduzir a perspectivas inéditas, para o campo de conhecimento correspondente.

Vegarinho (2019, pp. 181-207) defende que a originalidade é “um requisito indispensável na ciência”, tratando-se de um componente que integra a qualidade da investigação científica, representando, assim, um avanço ao entendimento da temática em análise, na mesma medida, em que serve de contributo ao desenvolvimento e formulação de novas soluções, descobertas e metodologias. Perante a anterior afirmação, importa ressaltar a elevada originalidade da presente dissertação, tendo em conta o seu carácter pioneiro, no meio académico e científico, revelando-se a sua inquestionável inovação no âmbito do respetivo campo de investigação. Adicionalmente, através da sua consulta e reprodução, poderá contribuir para o avanço desta área específica da ciência o que, por sua vez, virá a conduzir à sua própria validação. Não obstante, é necessário aludir para o desafio que o tema representa tendo em conta a inexistência de abordagens semelhantes que possam servir, por um lado, de guia para o autor, por outro, de modelo comparativo aos leitores.

A escolha do tema em volta do estudo de caso deve-se à existência de uma relação próxima e emocional do autor em relação à região em causa, visto ser, não só, o seu local de residência, mas, também, onde tem vindo a desempenhar, ao longo da última década, as suas funções laborais, o que lhe permitiu acompanhar a evolução e transformação nos mais diversos níveis. De ressaltar, ainda, a atualidade do tema e os seus benefícios para o território, elevando a relevância e importância dos resultados que a presente análise poderá produzir.

Nesta dissertação identificam-se duas partes distintas, a primeira teórica onde se procede ao levantamento do estado da arte, permitindo, assim, aferir conhecimentos pertinentes para a condução do trabalho. A segunda de natureza prática, onde se operacionalizam os conceitos. No que à estrutura diz respeito, o trabalho desenvolve-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se o alicerce teórico que serve de fundamento à pesquisa, ou seja, faz-se referência aos conceitos essenciais para a compreensão e desenvolvimento deste trabalho de investigação. Para o efeito, neste capítulo faz-se uma análise de autores que se dedicaram ao estudo de temas relevantes e, a partir das suas reflexões, cria-se uma linha de raciocínio coerente que permite ao público compreender a pertinência dos mesmos para o resultado do estudo. Esta revisão de

literatura considera, ainda, os vários diplomas e convenções redigidos e promovidos por agências e instituições internacionais cuja ação é desenvolvida nas dimensões que aqui se expõe.

O segundo capítulo, expõe a aplicação do instrumento metodológico, elucidando o leitor sobre as opções e procedimentos metodológicos adotados onde se sistematiza a metodologia e descreve as técnicas e instrumentos utilizados na recolha e tratamento de dados. No terceiro capítulo procede-se à caracterização do objeto de estudo, fundamental para a compreensão global do projeto. Na tentativa de dar seguimento à operacionalização deste estudo, são considerados os dados recolhidos na sequência da aplicação dos indicadores selecionados, assim como, são expostas as considerações resultantes do estudo estatístico. No último capítulo, que diz respeito à apresentação, análise e discussão dos resultados, são analisados e apresentados em forma de gráfico e/ou tabelas, os dados estatísticos recolhidos tendo em consideração as dimensões que se pretende analisar, assim como, a delimitação temporal definida.

No final serão apresentadas as conclusões que a investigação produziu e os resultados obtidos para além de se considerarem as limitações do percurso metodológico. São ainda expostas algumas propostas de investigação futura.

Secção I

Enquadramento Teórico

Capítulo I

Estado da arte

Neste capítulo são apresentados os conceitos essenciais para a compreensão e desenvolvimento deste trabalho de investigação. Para o efeito, o capítulo foca-se na análise de autores que se dedicaram ao estudo de temas considerados relevantes para esta pesquisa e, a partir das suas reflexões, cria-se uma linha de raciocínio coerente que permite ao público compreender a pertinência dos mesmos para o resultado do estudo. Esta revisão de literatura considera, ainda, os vários diplomas e convenções redigidos e promovidos por agências e instituições internacionais cuja ação é desenvolvida nas dimensões que aqui se expõe.

I.1. Indicadores de desenvolvimento sustentável e a sua relação com a Cultura

Este tópico faz um cruzamento entre a cultura e os indicadores com vista a compreender de que forma estes se interligam e se influenciam. Para o efeito, os dois conceitos serão, inicialmente, abordados de forma isolada. Nesse sentido, começa-se por fazer um enquadramento do termo quando à sua definição e evolução. Com as definições esclarecidas, pode-se colmatar o tópico fazendo um paralelismo entre os dois termos.

I.1.1. Indicadores: definição concetual

Antes de se fazer a relação entre indicador e sustentabilidade ou, até mesmo, cultura, é necessário fazer uma leitura da origem e definição global do próprio termo. São vários os autores que se têm dedicado a estudar os indicadores e que tentaram apresentar a definição que, na sua opinião, melhor se poderia enquadrar. Começando por referenciar Hammond et al. (1995 cit. por Bellen, 2006, p. 41), a origem do termo provém do latim *indicare* que, em língua portuguesa, significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. A partir desta terminologia, é possível constatar que os indicadores se revestem de especial importância uma vez que indicam o caminho para se compreender determinada informação. Silva e Souza-Lima (2010) afirmam que os indicadores facilitam o processo de comunicação na medida em que simplificam as informações sobre fenómenos complexos. Adicionalmente, os indicadores são capazes, não só, de comunicar ou informar sobre o progresso em direção a determinada meta, como podem ajudar a compreender uma tendência ou fenómeno que não seja imediatamente detetável (Hammond, 1995 cit. por Bellen, 2004, p. 5).

Como já mencionado, existe uma grande diversidade de estudos realizados na tentativa de encontrar a melhor definição do termo. Furtado (2002, p. 164) entende que o termo pode ser definido “como uma relação matemática que mede aspetos ou atributos de um processo, ação ou resultado de uma ação (...) representações numéricas de características, aspetos ou atributos previamente definidos como importantes para o projeto ou ação”. Por sua vez, Innes (2002, p. 291) apresenta uma visão diferenciadora do termo, ao afirmar que os indicadores se traduzem num “conjunto de regras para a recolha e organização de dados, para que lhes possa ser atribuído significado”, através dos quais se pode obter uma maior segurança relativamente a determinado fenómeno, complexo e dinâmico, estabelecendo-se uma melhor comunicação e compreensão sobre o objeto.

De uma forma mais generalizada, os indicadores apresentam dados quantitativos de forma sintetizada e representativa de um amplo conjunto de fenómenos. Embora os dados quantitativos sejam mais fidedignos e seguros devido à sua natureza científica, de acordo com Gallopín (1996) os indicadores podem revestir-se, tanto de natureza quantitativa como qualitativa, trazendo benefícios à qualidade da análise uma vez que existem muitas questões de foro económico, social e ambiental que não são passíveis de quantificar (Pires, Fidélis & Ramos, 2014). Com isto em mente, pode-se afirmar que a abordagem qualitativa pode ser compreendida como um complemento à abordagem quantitativa uma vez que pode ser utilizada para tratar questões mais subjetivas e difíceis de quantificar. A OCDE¹ e a AEA² apresentam o indicador como uma ferramenta de planeamento, avaliação e monitorização, de interpretação científica e política, que pretende comunicar de forma mais simplista os fenómenos complexos da sociedade (Lopes, 2011).

Para a DGA³, o indicador é definido como o conjunto de “parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si, sendo de especial pertinência para refletir determinadas condições dos sistemas em análise” (Direção Geral do Ambiente, 2000). Adicionalmente, de acordo com a FAO⁴, os indicadores fornecem informações sobre o funcionamento de determinado sistema com propósitos específicos que auxiliam a tomada de decisão. Para além de quantificar e agregar os dados suscetíveis de medição e monitorização, esta ação permite compreender se existe mudança efetiva (European Commission, 2018). Os indicadores, quando apresentados de forma quantitativa, permitem uma análise geral da evolução de determinado fenómeno e em determinada região, procurando melhorias para o seu futuro. A disponibilidade de dados, padronização da metodologia e da unidade de medida irão definir a qualidade dos indicadores. Além disso, as informações geradas durante o processo devem ser acessíveis e relevantes para a sociedade, promovendo o debate em torno do tema (Bellen, 2006).

¹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, fundada a 3 de setembro de 1961, tendo em vista a cooperação económica entre os países signatários. Obtido a novembro de 2022. Disponível em <https://www.dgae.gov.pt/servicos/comercio-internacional-e-relacoes-internacionais/multilaterais/organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde.aspx>.

² A Agência Europeia do Ambiente é uma agência da União Europeia, criada em 1990 e consiste em fornecer informação consistente e independente sobre o ambiente. Obtido a novembro de 2022. Disponível em <https://www.eea.europa.eu/pt/about-us/who>.

³ A Secretaria-Geral do Ambiente (SGAmbiente) é um serviço central da administração direta do Estado cujas ações incidem nas questões ambientais. Obtido a novembro de 2022. Disponível em <https://www.sgambiente.gov.pt/pages/missao>.

⁴ A Organização para a Alimentação e Agricultura é uma agência especializada das Nações Unidas, fundada em 1945, que lidera os esforços internacionais para erradicar a fome no mundo. Obtido a novembro de 2022. Disponível em <https://www.fao.org/portugal/acerca-de/pt/>.

Os indicadores, naturalmente presentes em todos os campos da vida humana, surgem a partir de valores e também os geram, munidos de especial relevância pois estão no centro do processo da tomada de decisão (Meadows, 1998). De acordo com Muga e Mihelcic (2008), o indicador deve ter por referência a construção sensível e consistente de um objetivo específico, permitindo indicar o sucesso ou fracasso do seu alcance. Ainda, para os mesmos autores, os indicadores devem cumprir alguns parâmetros, tais como, assentar numa construção de base científica sólida, devendo ser transparentes, relevantes, quantificáveis e em número limitado. Adicionalmente Alegre et al. (2007), defendem que os indicadores devem ser claramente definidos, factíveis, auditáveis, simples e de fácil entendimento. Dentro da mesma linha de raciocínio, a UNESCO (2019), entende que um indicador deve ser politicamente relevante, de fácil utilização e compreensão, estruturalmente consistente, válido, comparável e fiável. Neves (2012) encerra a reflexão, afirmando que esses devem obedecer a critérios relacionados com a aplicabilidade política, especificidade, validade, relevância, sensibilidade, mensurabilidade, compreensibilidade e eficiência de custos.

Importa ressaltar que o indicador é um instrumento dinâmico no sentido em que acompanha mudanças relacionadas com aspetos que representam determinado processo, nomeadamente, os conceitos, o tempo e o local. Por outro lado, a compreensão da realidade está dependente da capacidade que os indicadores têm de a expor (Soligo, 2012). Apesar das várias definições apresentadas pelos distintos autores, o indicador é apresentado unanimemente como um instrumento de medição quantitativo e qualitativo. Um indicador não é apenas uma estatística, tem como objetivo apontar sobre a existência de riscos, potencialidades e tendências no desenvolvimento de um determinado território para que, em conjunto com a comunidade, decisões possam ser tomadas de forma mais racional (Carvalho et al., 2018).

Existe uma clara distinção entre os indicadores simples, por exemplo económicos ou ambientais, e os indicadores compostos, na medida em que os últimos abrangem uma maior amplitude sectorial, organizando e integrando informação proveniente de diferentes dimensões, ao mesmo tempo em que as interliga (Pires, Fidélis, & Ramos, 2014).

Em teoria, um indicador é uma característica ou conjunto de características com o qual, mediante uma fórmula específica, se pode avaliar a evolução de determinado fenómeno. Um indicador, sendo uma ferramenta capaz de medir quantitativa e qualitativamente determinada realidade poderá, em última estância, clarificar e definir objetivos compostos por variáveis⁵. O indicador representa uma ferramenta essencial visto que auxilia a monitorização e avaliação dos fenómenos, melhora a comunicação dos resultados e permite a partilha da informação à

⁵ As variáveis representam aspetos, propriedade ou fatores reais ou parcialmente mensuráveis através dos valores que assumem (Raymond Quivy, 1998).

comunidade científica, decisores políticos e sociedade civil. Apesar das vantagens já indicadas, alguns autores defendem que a utilização de indicadores pode conduzir à perda de informação (Lopes, 2011).

1.1.2. Avaliação de sustentabilidade através de indicadores

O conceito dos três pilares do desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade durante a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável⁶, que deu origem à Declaração de Joanesburgo, em que se formaliza o desenvolvimento ambiental, económico e social, dando origem à derradeira definição do termo. É, sobretudo, essencial que os três pilares da sustentabilidade coexistam e interajam entre si numa relação equilibrada e plenamente harmoniosa, tendo em conta a dependência e influência que exercem entre si (Turismo de Portugal, 2021).

Uma das principais aplicações destes indicadores encontra-se na necessidade de monitorização do progresso nas suas distintas dimensões, visto que funcionam, não só, como ferramenta de apoio aos responsáveis por tomadas de decisão ou elaboração de políticas, como ajudam a manter o foco em direção ao desenvolvimento sustentável (Garcia & Guerrero, 2006). Portanto, os indicadores devem servir aos interesses do poder público, como forma de avaliar a eficiência e eficácia de políticas adotadas, mas também, aos interesses dos cidadãos, tendo em conta que revelam informação sobre o estado do meio ambiente e qualidade de vida (Câmara, 2002).

Os indicadores de sustentabilidade são ferramentas que auxiliam na monitorização do desenvolvimento sustentável, fornecendo informações, nas várias dimensões (Carvalho et al., 2011). Com a utilização dos indicadores pretende-se reunir e quantificar informações sobre fenómenos complexos com especial relevância, simplificando-a e, dessa forma, melhorando o processo de comunicação (Bellen, 2006). Os indicadores têm sido uma ferramenta globalmente utilizada como auxílio à compreensão de fenómenos complexos, pois permitem verificar o impacto da ação humana nos diversos setores da sua existência (Silva, Correia & Cândido, 2010). Para Benetti (2006), o indicador trata-se de uma ferramenta que permite obter informações referentes a uma dada realidade, capazes de sintetizar um conjunto complexo de informações, exibindo apenas o resultado principal dos aspetos analisados.

⁶ Ou Rio+10 foi um evento promovido pela ONU em Joanesburgo, entre os dias 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, onde foram debatidas discussões sobre a preservação do meio ambiente e aspetos sociais. Obtido a novembro de 2022. Disponível em <https://www.infoescola.com/desenvolvimento-sustentavel/declaracao-de-joanesburgo/>.

Embora os indicadores sirvam eficazmente ao seu propósito, não apresentam soluções para todos os fenómenos relacionados com a sustentabilidade e, nesse sentido, afirma Fernandes (2004) que, apesar dos indicadores cumprirem a sua função na medida em que indicam os caminhos para a avaliação e tornando possível discussão e perceção da sustentabilidade, deverá ser o responsável pela sua utilização a executar as restantes etapas. Considerados como principais componentes da avaliação do progresso do desenvolvimento sustentável, os indicadores podem conciliar o crescimento económico, a preservação ambiental e justiça social, uma vez que estes sistemas de indicadores englobam informações de cariz económico, social e ambiental de determinado espaço geográfico num período específico (Lira, 2008).

Tendo em conta que se trata de um processo que exige agilidade e eficiência, é fundamental que exista uma cuidada e planeada definição de um indicador capaz de reduzir o número de parâmetros e medidas sobre o meio, sobretudo, devido à incapacidade de se medir todas as variáveis ambientais (Saldanha, 2007). Um dos maiores desafios dos indicadores, de acordo com Dahl (1997), passa por fornecer um retrato simplista da sustentabilidade, atendendo à incerteza e complexidade das variáveis, sendo a diferença entre países, a questão da diversidade cultural e os diferentes níveis de desenvolvimento ressaltados pelo mesmo autor como importantes fatores na construção dos indicadores. Para os autores Marzall e Almeida (2000), uma outra dificuldade dos indicadores assenta na impossibilidade de medir a sustentabilidade de determinada escala tendo por base somente um indicador referente a um único aspeto, uma vez que a sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores económicos, sociais, ambientais, culturais e institucionais, devendo-se, por isso, recorrer a todos, em simultâneo. A partir desta afirmação, pode-se concluir que a avaliação da sustentabilidade requer a utilização de um conjunto amplo de indicadores para que a informação obtida possa ser considerada fiável.

O sucesso da avaliação pressupõe o delineamento de uma definição clara dos objetivos que se esperam alcançar. Embora se considere imprescindível a utilização de indicadores de qualidade, esta dependerá das propriedades dos componentes utilizados na sua formulação e da precisão dos sistemas de informação utilizados. O grau de excelência de um indicador deve ser definido pela sua capacidade de medir o que se pretende, ou seja, a sua validade e capacidade de reproduzir os mesmos resultados quando aplicado em condições semelhantes, representa a sua confiabilidade. Em função das simplificações que são efetuadas na aplicação dos indicadores, sempre há alguma controvérsia técnica/científica. As eventuais perdas de informação têm constituído um entrave à adoção de forma generalizada e consensual dos sistemas de indicadores (Kemerich, Ritter & Borba, 2014).

Para os autores Rabelo e Lima (2007), a estruturação de indicadores de sustentabilidade não pode ser idealizada como definitiva uma vez que cada fenómeno possui características díspares, seja no âmbito da sua natureza, do seu objetivo ou, até mesmo, da sua localização. Importa, no entanto, destacar que para que os indicadores possam apresentar dados fiáveis, devem contemplar todas as esferas da sociedade na sua estruturação, designadamente, a opinião e os desejos da comunidade local. É, por isso, imperativo, que a construção dos indicadores seja integradora, ou seja, que tenha em consideração a informação já existente recolhida através de censos em complemento com pesquisas ou índices já formulados. E, somente, quando utilizados de forma integrada, os indicadores serão capazes de representar uma base confiável para a tomada de decisão (Santos, Peixoto & Xavier, 2008).

Os indicadores de sustentabilidade devem ter como principal função, estruturar e comunicar aspetos e tendências relevantes que potenciem um desenvolvimento sustentável podendo, em consequência, servir de recurso a diversos grupos de interesse que pretendam monitorizar alterações e identificar tendências futuras (Rametsteiner et al., 2011). Neste sentido, tal como refere Furtado (2002), a construção dos indicadores dependerá dos atributos particulares do utilizador e dos motivos que justificam a sua utilização, adequado àquilo que se pretende medir.

Os indicadores, quando bem construídos, podem ser de relevância significativa, na compreensão de valores, necessidades, preocupações e expectativas da sociedade em geral, sendo que a sua divulgação pode potenciar a alteração de comportamentos individuais e coletivos (Wackernagel et al., 2002). Para os autores Rosenström e Kyllönen (2007), os indicadores permitem uma melhor compreensão de fenómenos complexos e dinâmicos, ao mesmo tempo que mobilizam a sociedade civil, política e científica em prol de um objetivo comum. Quando utilizados corretamente, podem servir como ferramenta para criar uma sociedade mais informada e consciente. O debate em torno do desenvolvimento sustentável pode beneficiar de maior enriquecimento ao considerar a intervenção de diversos atores e grupos de interesse, na escolha e definição dos próprios indicadores (Pires et al., 2017). É imperativo que as ações sejam quantificadas, medidas e divulgadas, uma vez que as problemáticas que derivam do desenvolvimento sustentável são difíceis de reconhecer perante a ausência de sistemas ou indicadores interligados.

Seguindo a reflexão de Gallopín (1996), os indicadores de sustentabilidade podem ser considerados o principal componente da avaliação do progresso em relação a um desenvolvimento dito sustentável. A utilização de indicadores de sustentabilidade deve ser estabelecida em função da disponibilidade dos mesmos e do custo da sua obtenção. A discussão em torno da sustentabilidade e indicadores requer, de acordo com Gaspar e Brito (2008), que se

considere os juízos de valor nos sistemas de avaliação que, dentro do desenvolvimento sustentável, podem assumir valor implícito, aqueles que decorrem de aspetos não facilmente observáveis e que são, na sua maioria, inconscientes e relacionados com características pessoais e de uma determinada sociedade, ou explícito, aqueles que são tomados conscientemente e compreendem uma parte fundamental do processo de criação de indicadores. Adicionalmente, Horbach (2005) entende que para que os indicadores sejam considerados adequados devem ser capazes de descrever as interações decorrentes das diferentes dimensões da sustentabilidade, social, económica e ambiental (ver figura 1), cujo foco assenta na prosperidade económica, qualidade ambiental e justiça social, tendencialmente negligenciados.

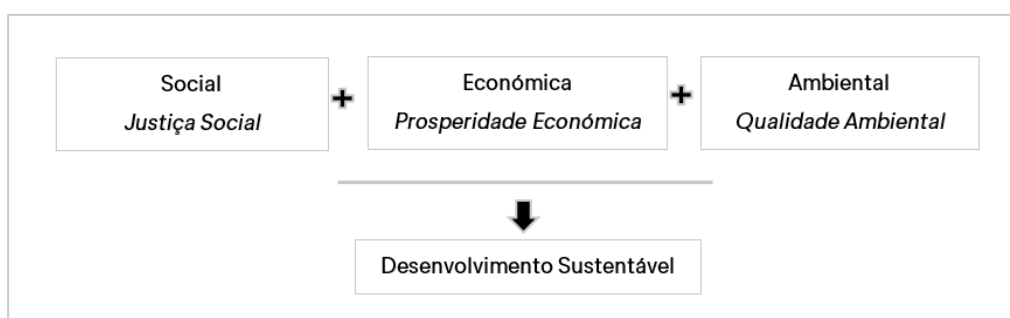


Figura 1 - Os três pilares da sustentabilidade. Fonte: adaptado de Horcach (2005).

No sentido de planear o desenvolvimento sustentável, Solar e Martin (2002) defendem que a tomada de decisão se deve apoiar em metas de sustentabilidade, acompanhadas por indicadores e índices úteis na avaliação do desempenho das três dimensões do desenvolvimento sustentável, entendendo Siche et al. (2007, pp. 139-140), que o indicador permite uma interpretação correta de um sistema simples ou complexo através de um valor numérico, considerados isoladamente ou combinados., normalmente utilizado como um pré-tratamento aos dados originais. Alegre et al. (2007), defendem que para a criação de indicadores ou índices é necessário a recolha de dados, que serão filtrados e transformados em variáveis combinadas com o fim de fornecer informação relevante que poderá ser usada no processo de tomada de decisão, tal como se pode observar a partir da Fig. 2.



Figura 2 - Dos dados à informação. Fonte: adaptado de Segnestam (2003).

O indicador constitui uma medida destinada a resumir informações relevantes de um fenómeno particular, permitindo traduzir informações relevantes de informações relacionadas ao conhecimento científico, sejam físicos ou sociais, em unidades suscetíveis de modelar, facilitando o processo de decisão e prevenção de problemas (ONU, 2001). Os autores Deponti e Almeida (2008) afirmam, que os indicadores podem ser utilizados para operacionalizar conceitos e definir padrões de sustentabilidade pelo que, na mesma linha de raciocínio, Moura (2008) considera que os indicadores possibilitam medir as alterações e comunicar de forma simples o estado do sistema em relação aos critérios e metas estabelecidas com o propósito de avaliar a sua sustentabilidade. E, nesse sentido, os indicadores de sustentabilidade dotam-se de relevância elementar no âmbito de fenómenos ecológicos, sociais, culturais e económicos, embora tenha existido sempre uma lacuna no que respeita aos instrumentos empregados às condições culturais.

I.1.3. Indicadores e cultura: relação entre os dois termos

Importa iniciar este tópico começando por fazer uma nota breve ao conceito de cultura que, no entendimento de Francisco (2015) corresponde à expressão de valores estéticos, morais e espirituais de determinada sociedade que, através da transmissão da herança do passado, cria o património do futuro. A ideia de desenvolver indicadores de sustentabilidade surgiu no âmbito da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Rio-92), assim como se pode depreender através da consulta da Agenda 21 (United Nations, 1992). A proposta passava por definir padrões sustentáveis de desenvolvimento onde, para além dos aspetos usualmente utilizados, nomeadamente, os ambientais, económicos e sociais, também se passasse a introduzir os aspetos culturais na equação.

Os indicadores culturais são considerados uma extensão aos indicadores sociais. Surgem em meados dos anos 70 do século passado, com vista a analisar as práticas culturais da sociedade,

no contexto nacional, regional e local, sendo considerada a ferramenta que melhor poderá auxiliar na compreensão e diagnóstico dos aspetos culturais de determinada sociedade. Este conhecimento permite criar políticas culturais eficazes com vista a perceber as tendências culturais e suprimir carências (Silva, 2007). O desenvolvimento sustentável passa, então, a contemplar a dimensão cultural, voltada para a preservação da identidade local e da cultura de cada região (ver figura 3).

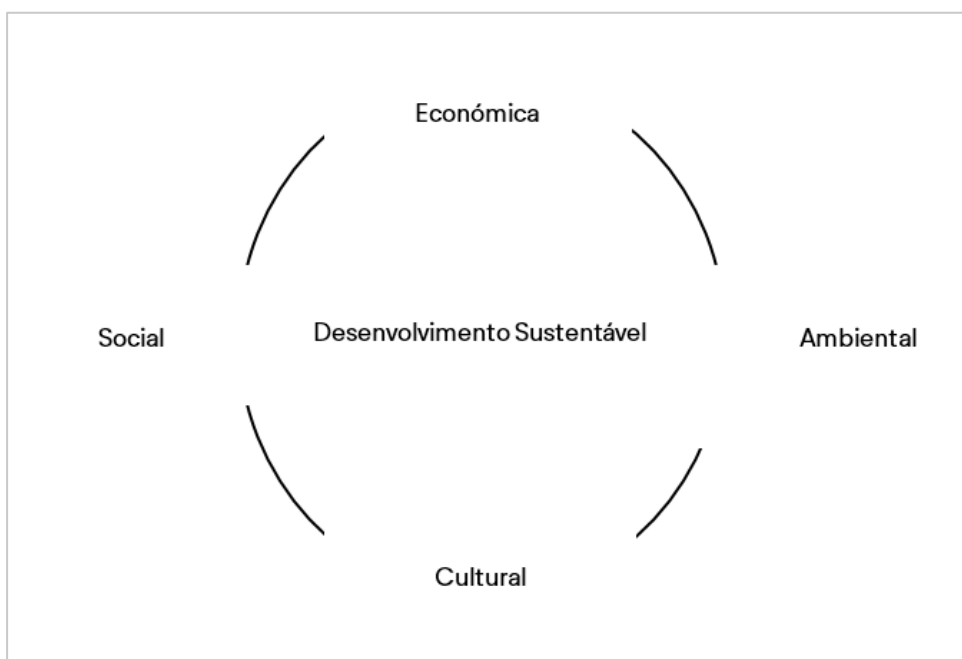


Figura 3 - As 4 dimensões do desenvolvimento sustentável. Fonte: elaboração própria.

A dimensão cultural é uma manifesta contribuição à definição de desenvolvimento sustentável na medida em que potencia a preservação da identidade cultural e combate a padronização da sociedade, ambas impostas pela globalização e inovação tecnológica (Sena et al., 2017). Embora a discussão em torno de desenvolvimento já exista há largas décadas, inicialmente o termo apenas considerava as dimensões, social, ambiental e económica, como já fora anteriormente exposto. É, somente no ano de 2001, que a cultura é integrada no sistema pelas mãos de Jon Hawkes⁷ (2001) que destaca “a importância primordial da cultura e o seu valor inestimável para avaliar o passado e planear o futuro”.

A UNESCO defende que a afirmação das culturas, assim como o conjunto das políticas que foram postas em prática para o seu reconhecimento e viabilidade, constitui um fator essencial no

⁷ Autor do livro *The Fourth Pillar of Sustainability - Culture's essential role in public planning*.

desenvolvimento sustentável no plano humano, económico, político e social⁸, considerando um conjunto de pontos sociais que devem ser abordados pela perspetiva cultural, entre os quais, a erradicação da pobreza. Como elemento social, a cultura está presente em todas as atividades desenvolvidas pela sociedade, cuja relação promove o desenvolvimento social e o sentimento de pertença (Fernandes, 2010).

Outras propostas de desenvolvimento sustentável foram sendo divulgadas, tome-se o exemplo de Sachs (2002) que defende o desenvolvimento sustentável a partir de dimensões ambiental, económica, social, cultural, espacial, psicológica, política nacional e internacional, considerando que a existência de desenvolvimento sustentável seria efetiva, somente, quando se atingisse a plenitude de todas elas.

De todas as dimensões pelo autor apresentadas, a cultural é a única dimensão que procura o equilíbrio entre a tradição e a inovação e programas que promovam a identidade nacional. Neste sentido, pode-se afirmar que a sustentabilidade cultural almeja promover o desenvolvimento local com base nos saberes, tradições e costumes locais, sendo que o autor acrescenta, que o desenvolvimento está dependente da criação criativa e a sustentabilidade está dependente da capacidade da civilização de utilizar os recursos de forma eficiente sem colocar em causa a sua subsistência (Sachs, 2004). Depreende-se, nesse sentido, que pensar no desenvolvimento com base na trilogia composta pela dimensão social, económica e ambiental, não é suficiente para o alcance efetivo de sustentabilidade. Hawkes (2001), revoluciona o conceito, referindo que a cultura se encontra no núcleo do desenvolvimento sustentável e considerando-a como o lugar que enraíza a vida social. Políticas são consideradas culturalmente sustentáveis quando no seu conceito estiver intrínseco as dimensões, social, económica, ambiental e cultural, assegurando-se, assim, um futuro mais sustentável. Segundo Coelho (2007, pp. 9-21), a cultura deve ser sustentável, não por ser uma alavanca para o desenvolvimento económico, mas pelo peso da sua própria definição.

A discussão em torno do desenvolvimento sustentável deve ter em conta que a própria sustentabilidade é uma questão cultural. Em adição, Francisco (2015) indica que se pode incorrer num pensamento falacioso ao considerar a cultura como o quarto pilar da sustentabilidade, uma vez que, involuntariamente, pode-se atribuir diferentes pesos a cada uma dessas dimensões. Existe uma inter-relação entre todas as dimensões da sustentabilidade cultural na mesma medida que que todas se influenciam e possuem o mesmo peso.

⁸ UNESCO (2017). Cultura: no coração dos ODS. Obtido em novembro de 2022, de <https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods>.

O principal desafio na construção de indicadores trata-se de encontrar uma medida que mais se aproxime do conceito desejado. Não obstante, indicadores bem elaborados e confiáveis podem contribuir para o fortalecimento da articulação e mobilização das partes interessadas em torno das propostas que se pretendam implementar. A construção dos indicadores deve ter em consideração a utilização de dados de fontes confiáveis ou recolhidos com metodologia adequada, devem ser rastreáveis permitindo a identificação da sua origem e fáceis de comunicar. O indicador deve ser facilmente compreendido e a sua construção e cálculo devem ser simples o que permitirá favorecer a sua utilização para tomada de decisões, na implementação de programas, projetos e ações (Rocha, 2010).

Segundo Takashina (1999), os indicadores são representações quantificáveis utilizados para a melhoria da qualidade e desempenho de um produto, serviço ou processo. Como auxiliadores na tomada de decisão, espera-se que obedecem a critérios de seletividade, simplicidade, clareza, abrangência, rastreabilidade, rapidez de disponibilidade e baixo custo de obtenção. O objetivo de um indicador são o de gerar informação à tomada de decisão, monitorizar o cumprimento e efetuar a avaliação e o seguimento das políticas, planos e programas (Rocha, 2010). É, por isso, importante que a sua construção seja fruto de um processo rigoroso de consulta e investigação sendo, para o efeito, necessária a participação de atores estatais, diferentes representantes do sector cultural e sociedade civil, com vista a fomentar o diálogo cultural obtendo-se, dessa forma, uma visão mais ampla da realidade cultural

Importa aludir sobre as consequências irreversíveis que a deterioração do património cultural poder exercer sobre os valores culturais, razão de identidade e pertença local, culminando na interrupção de transferência da herança cultural entre gerações e fracasso no alcance do desenvolvimento sustentável (Throsby, 1999).

1.1.4. O papel da UNESCO na construção de indicadores culturais

É em 1967 que a UNESCO inicia uma tentativa de criação de um índice de desenvolvimento cultural, contudo a noção de desenvolvimento cultural começa por ser traduzida em escassos indicadores associados, essencialmente, aos meios de comunicação (UNESCO, 1982a). Ainda, na mesma década, a UNESCO promove em Veneza a primeira conferência focada nas políticas culturais onde os aspetos institucionais, administrativos e financeiros das políticas culturais foram tema de destaque (IPHAN, 1964).

A década de 70 revela-se bastante promissora, visto que se iniciam ações mais organizadas no âmbito dos indicadores culturais, nomeadamente, com a criação de uma equipa de especialistas em estatística que introduz o debate em torno do tema (Arroyo, 1999). Em 1972 é proposto o estabelecimento de definições e classificações uniformes de indicadores no desenvolvimento cultural, de natureza qualitativa e quantitativa (UNESCO, 1972). Não obstante dos variadíssimos esforços levados a cabo pelos vários autores que se propuseram a estudar o tema ou pelas entidades internacionais que se empenharam em criar metodologias no sentido de permitir uma correta avaliação do desenvolvimento sustentável dos territórios é, de facto, de destacar o papel da Agenda 2030 apresentada pela UNESCO, em que se verifica, claramente, o papel atribuído à cultura para a promoção do desenvolvimento sustentável dos povos.

A ação irracional do homem no uso dos recursos limitados da terra causara danos ambientais desastrosos no planeta. A globalização que por um lado trouxe oportunidades económicas vantajosas, também levantou questões relacionadas com o desenvolvimento levando a que sob a égide da Organização das Nações Unidas, os Estados-membros orientassem políticas para a concretização dos 8 objetivos fundamentais conhecidos como os “Objetivos do Milénio (Roma, 2019). Apesar dos resultados positivos obtidos, os objetivos traçados não conseguiram colmatar todas as desigualdades, ficando ainda muito por fazer. Nesse sentido, é adotada uma nova política, a “Agenda 2030” que estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) comprometendo-se a erradicar a pobreza e reduzir disparidades nos contextos económico, social e ambiental. Alcançar os objetivos traçados pressupõe uma colaboração participativa entre os diversos agentes públicos, privados e a própria sociedade civil aos níveis global, nacional e local. O poder local é o que assume o papel mais fundamental dada a sua proximidade ao território o que lhes permite identificar mais facilmente os problemas e corrigi-los através de políticas locais. Também as empresas têm um papel de destaque uma vez que impulsionam o crescimento económico e criação de emprego deve também por isso adotar uma responsabilidade social implementando ações amigas do ambiente. Por fim, a comunidade civil deve assumir a sua participação face aos objetivos da sustentabilidade (Santana et al., 2019).

I.1.5. Os Indicadores Temáticos da Cultura

A ferramenta proposta pela UNESCO, no âmbito da AGENDA 2030, com vista a avaliar o desenvolvimento sustentável, é composta por 22 indicadores distribuídos por 4 dimensões, em sintonia com os ODS (ver figura 4). Foi construída a partir de dados existentes e possibilitou

mensurar, com base em informações quantitativas e interpretações qualitativas, o alcance da cultura para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2014).

Pode-se começar por alegar que os indicadores são instrumentos conceptuais e metodológicos que oferecem informação rigorosa e pertinente para a tomada de decisão no âmbito do setor cultural e, como resultado produz informação processada com determinado propósito. Contudo, a qualidade dos indicadores depende da qualidade, ou até mesmo existência e disponibilidade da informação que se pretende recolher. Nesse sentido, as estatísticas culturais são o principal meio de recolha de informação no âmbito dos indicadores culturais (Castellano, 2005, p. 11) devendo, para o efeito, cumprir determinados requisitos, nomeadamente, de fiabilidade, clareza e precisão, comparabilidade, eficiência, pertinência e, ainda, devem ser capazes de identificar as causas do desenvolvimento. De acordo com Carrasco (Arroyo, 1999) os indicadores culturais devem ser capazes de oferecer as características globais do desenvolvimento cultural da sociedade, como um todo, identificar as suas disparidades, auxiliar na classificação dos sectores culturais e indicar traços comparáveis, identificar as causas do desenvolvimento cultural para que seja mais fácil decidir quais as variáveis que mais influenciam o desenvolvimento para atingir os objetivos propostos, medir as tensões que podem surgir como resultado das decisões tomadas e melhorar as consequências que podem ser refletidas na cultura em detrimento das mudanças sociais, económicas e tecnológicas.

O papel da cultura para um mundo mais sustentável é, nos dias de hoje, amplamente reconhecido e refletido na agenda internacional. Os Indicadores Temáticos da Cultura na Agenda 2030 têm por objetivo medir e monitorar o progresso da contribuição da cultura para a implementação nacional e local dos Objetivos e Metas da agenda. Têm sido vários os esforços da UNESCO em adaptar políticas que melhor aproximem a cultura no desenvolvimento sustentável, tomando-se como exemplo mais recente, a integração da cultura na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, olhando com especial destaque para a Meta 11.4⁹. A estrutura avalia tanto o papel da cultura como setor de atividade quanto a contribuição transversal da cultura em diferentes ODS e áreas políticas. Como conjunto de indicadores temáticos, pretende-se apoiar e complementar os indicadores globais acordados na Agenda 2030 e fomentar a articulação entre os diversos objetivos e metas.

A estrutura conceptual, a metodologia e os mecanismos de implementação dos indicadores temáticos baseiam-se tanto quanto possível em fontes de dados existentes, usando dados qualitativos e quantitativos para avaliar a contribuição da cultura, integrar dados de relatórios

⁹ A meta visa fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo. Obtido a dezembro de 2022, de <https://pt.unesco.org/courier/april-june-2017/cultura-no-coracao-dos-ods>.

sobre convenções e programas de cultura da UNESCO, desenvolver instrumentos a nível nacional e urbano, priorizar a capacitação de agências relevantes, facilitar a cooperação entre instituições, propor uma estrutura adaptável a diferentes capacidades estatísticas. Os indicadores têm por objetivo medir e acompanhar os progressos da contribuição da Cultura para a implementação nacional e local do ODS da Agenda 2030, avaliando-se tanto o papel da cultura como setor de atividade, como a sua contribuição transversal para os diferentes ODS e respetivos domínios políticos. Podendo ser implementados numa base voluntária por países e cidades, assentam num quadro conceptual sólido que permite a análise aprofundada das múltiplas formas como a Cultura contribui para as dimensões económica, social e ambiental do Desenvolvimento, construindo a evidência do papel transformador da Cultura, tornando-a, assim, mais visível e tangível (UNESCO, 2019).

Segundo a Unesco (2014), a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável é clara. O papel dos indicadores é mostrar como essa contribuição ocorre, isto é, quais os mecanismos que mapeiam essa conexão. Nessa interpretação, a cultura é totalmente instrumental, sendo utilizada para atingir outros fins, igualmente importantes. Contudo, a dificuldade de se desenvolver indicadores associados às atividades culturais e criativas (Conselho Europeu, 2016).

Os Indicadores Temáticos da UNESCO para a Cultura na AGENDA 2030 (ver figura 5) correspondem a um quadro de indicadores organizados em quatro dimensões: ambiente e resiliência, prosperidade e qualidade de vida, conhecimentos e competências, por último, inclusão e participação. Têm por objetivo medir e monitorizar o progresso da contribuição da cultura para a implementação dos Objetivos e Metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2019).

No tópico seguinte serão expostas as quatro dimensões temáticas e os indicadores propostos em cada uma dessas dimensões (ver Fig. 5), seguida de uma breve explicação do que cada uma pretende alcançar, assim como, a sua contribuição específica no âmbito dos ODS.

- **Primeira dimensão: meio ambiente e resiliência**

Esta dimensão temática propõe uma estrutura para avaliar o papel da cultura e a sua contribuição para lugares sustentáveis e enfatiza o património cultural e natural, bem como o ambiente urbano. Os indicadores propostos avaliam o grau de comprometimento dos países na proteção do património cultural e natural, e permitem fornecer dados sobre a gestão sustentável do património e a inclusão do conhecimento tradicional nas políticas e estratégias territoriais.

Também avaliam os aspetos físicos/espaciais da qualidade do ambiente urbano, bem como o espaço público e a infraestrutura cultural. A cultura contribui para o meio ambiente e a resiliência por meio de diferentes objetivos e metas dos ODS (UNESCO, 2019), com recurso aos indicadores que se apresentam na Tabela 1.

O primeiro indicador, que corresponde à despesa em património pretende avaliar o gasto total per capita, público e privado, para a preservação, proteção e conservação do património, cultural e natural, segmentados de acordo com os diferentes tipos de património, considerando a definição proposta no âmbito da Convenção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972).

O segundo indicador, diz respeito à gestão sustentável do património, onde se pretende através do recurso a listas de verificação, obter uma visão geral do conjunto de vantagens e desvantagens da ação pública destinada a proteger e promover a gestão sustentável do património por meio da análise de três componentes: registos e inventário nacionais e internacionais, a ação destinada a proteger, salvaguardar e gerir o património através da participação de todos os *stakeholders* e promoção da sustentabilidade e, por fim, o nível de apoio mobilizado para salvaguardar e revitalizar o património. Através do indicador que trata o tema da adaptação às mudanças climáticas e resiliência, pretende-se com recurso, uma vez mais, a listas de verificação, visa avaliar as medidas tomadas para promover a mitigação e adaptação às alterações climáticas, bem como melhorar a resiliência através da proteção e gestão sustentável do património cultural, tangível e intangível, e do património natural.

Relativamente aos equipamentos culturais, penúltimo indicador, intenta avaliar a diversidade de equipamentos culturais e a sua distribuição com enfoque territorial, permitindo a identificação de zonas culturais em relação à população, transporte, administração e centros económicos. Por fim, como o último indicador desta dimensão cultural, referente ao espaço aberto à cultura, tenta-se avaliar a extensão dos espaços abertos públicos, a natureza desses espaços e seu grau de uso público, incluindo mercados tradicionais (UNESCO, 2019).

Tabela 1 - Dimensão "ambiente e resiliência". Fonte: adaptado de UNESCO (2019).

Meio ambiente e resiliência				
Despesa em património	Gestão sustentável do património	Adaptação às mudanças climáticas e resiliência	Equipamentos culturais	Espaço aberto à cultura

- **Segunda dimensão: prosperidade e qualidade de vida**

A segunda dimensão diz respeito à “Prosperidade e Qualidade de Vida”. Esta dimensão temática proporciona um quadro para avaliar o contributo da Cultura para promoção e viabilização de economias mais inclusivas e sustentáveis, através da geração de rendimentos e emprego, bem como, estimulando as receitas através de bens culturais, serviços e empresas. Esta dimensão temática, está em conformidade com a epígrafe “Prosperidade” dos ODS. O objetivo dos sete indicadores propostos nesta dimensão (ver tabela 2) traduz-se em avaliar a contribuição da cultura relativamente a aspetos chave da economia, nomeadamente, PIB, comércio, meio ambiente, empresas e despesa local.

Esta dimensão pressupõe, ainda, um indicador sobre a Governança da Cultura que fornece provas das estruturas de governação existentes para apoiar um papel próspero da cultura no desenvolvimento económico local e nacional e na criação de meios de subsistência.

Esta dimensão permite observar para efeito de diagnóstico a contribuição do setor cultural e criativo (SCC) para o crescimento económico, incluindo ao nível da produção, das taxas de empregabilidade e tendências no emprego cultural (indicadores parcialmente disponíveis), as micro e pequenas empresas do respetivo setor, identificando tendências e clusters (indicadores parcialmente disponíveis), as despesas em Cultura dos agregados domésticos para aferir a dimensão do mercado local de atividades culturais, bens e serviços e contribuir para o desenvolvimento de políticas culturais geradoras de inclusão social através das atividades culturais, o comércio internacional de bens culturais e serviços para esclarecer o contexto legal e medidas que podem ser desenhadas para aumentar essas exportações, estruturar um modelo de Governança que permita a construção de indicadores relevantes para o desenvolvimento de políticas alicerçadas em evidências (UNESCO, 2019).

Tabela 2 - Dimensão "prosperidade e qualidade de vida". Fonte: adaptado de UNESCO (2019).

Prosperidade e qualidade de vida						
Cultura no PIB	Emprego cultural	Empresas culturais	Despesa doméstica	Comércio de bens e serviços culturais	Financiamento público da cultura	Governança da cultura

Terceira dimensão: conhecimentos e competências

A penúltima dimensão, “Conhecimento e Competência”, fornece um quadro para avaliar o contributo da cultura para a construção de conhecimentos e competências, incluindo os conhecimentos locais e a diversidade cultural. Centra-se especificamente no contributo da cultura para a transmissão de valores culturais, conhecimentos e competências locais e na promoção do empoderamento através da formação educacional, de processos, políticas e materiais. Sublinha o papel da diversidade cultural no ensino primário, secundário e superior, bem como na formação profissional, e centra-se no desenvolvimento aprofundado dos currículos para integrar os conhecimentos culturais.

Os indicadores propostos pela dimensão (ver tabela 3) pretendem avaliar o nível de empenhamento das autoridades e instituições públicas na integração e aproveitamento dos conhecimentos culturais para promover o respeito e a valorização da diversidade cultural, a compreensão desenvolvimento sustentável e a transmissão de valores culturais, bem como na atribuição de prioridade à formação cultural (incluindo a formação avançada em matéria de conservação do património) e na promoção de aptidões e competências nos domínios criativos.

Para efeitos de diagnóstico, são abordados os programas de formação e educação para o desenvolvimento sustentável avaliando em que medida incluem a diversidade cultural, o património e os valores culturais tanto ao nível da educação formal, como informal e avaliar a educação artística e cultural nos sistemas formais e informais (UNESCO, 2019).

Tabela 3 - Dimensão “Conhecimentos e Competências”. Fonte: adaptado de UNESCO (2019).

Inclusão e participação

Cultura para a coesão social	Liberdade artística	Acesso à cultura	Participação cultural	Processos participativos
---------------------------------	---------------------	---------------------	--------------------------	-----------------------------

- **Quarta dimensão: inclusão e participação**

Por fim, a última dimensão pretende abordar a questão da inclusão e participação fornecendo um quadro para avaliar o contributo da cultura na construção da coesão social, bem como na promoção da inclusão e da participação. Centra-se na capacidade de acesso das pessoas à

cultura, no direito de todas as pessoas a participarem na vida cultural e na sua liberdade de expressão cultural, incluindo a liberdade artística e criativa. Este programa explora igualmente as formas como as práticas culturais, os sítios, os elementos e as expressões culturais transmitem valores e competências conducentes à inclusão social. Nesta dimensão, através dos indicadores propostos (ver tabela 4) avalia-se a capacidade da cultura para estimular o envolvimento efetivo das comunidades locais na vida pública. Para tal, são observadas determinadas ações, tais como, identificar, avaliar e monitorizar o acesso e a capacidade de participação cultural de todo o tecido social tanto ao nível dos equipamentos culturais, como às práticas da produção, criação, distribuição e disseminação de conhecimentos, bens e serviços culturais, monitorizar a participação e o acesso cultural, identificar e avaliar as oportunidades para os cidadãos e profissionais do SCC participarem nos processos de decisão relacionados com o desenvolvimento de políticas, medidas e programas que lhe dizem respeito, tanto a nível nacional, como local e os processos participativos (UNESCO, 2019).

Tabela 4 - Dimensão "inclusão e participação". Fonte: adaptado de UNESCO (2019).

Conhecimentos e competências				
Educação para o desenvolvimento sustentável	Conhecimentos culturais	Educação multilingue	Educação cultural e artística	Formação cultural

1.1.6. Contributo das instituições internacionais e nacionais

Como exposto em tópicos anteriores, a relação entre cultura e desenvolvimento é muito complexa e tem merecido, ao longo dos anos, especial atenção por parte da comunidade internacional, contributo do reconhecimento generalizado do seu papel no desenvolvimento dos territórios. Não se poderia deixar de iniciar esta tema, sem destacar o papel fundamental desempenhado pela UNESCO, na procura de aproximar os valores culturais ao conceito de desenvolvimento sustentável cuja menção primordial, apesar de reducionista, data da década de 1980 (Soini & Birkeland, 2014). Com a redefinição do conceito de herança cultural como “todo o corpo de signos materiais – tanto artísticos quanto simbólicos – transmitidos pelo passado para cada cultura e assim, para toda a humanidade” (UNESCO, 1989), inicia-se o debate em torno do

simbolismo imaterial da cultura, introduzindo-se a ideia de cultura intangível. Os autores Soni e Birkland (2014) defendem que a cultura tem efeitos sobre as ações e dinâmicas da sociedade sendo, por isso, necessário identificar com exatidão a sua influência.

O Relatório de Brundtland, data de 1987, é merecedor de destaque no âmbito ambiental, tendo em conta que defende o desenvolvimento sustentável como uma prática “que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades” (WCED, 1987), promovendo o interesse da comunidade internacional para as questões de desenvolvimento sustentável (Gonçalves, 2015).

Na Conferência do Rio, em 1992, é estabelecida a Agenda 21 (Organização das Nações Unidas, 1992), onde, sob o ponto de vista internacional, começaram a ser discutidos os problemas ambientais e sociais decorrentes do processo de desenvolvimento. Importa, também referenciar a Carta da Terra, ainda no âmbito da mesma conferência, outro importante documento que resultou da Cimeira da Terra, inspirado em várias fontes, onde se inclui as tradições religiosas e filosóficas do mundo, literatura sobre ética global, experiência prática dos povos, e termina com um olhar prospetivo que revela a interdependência global e a responsabilidade universal, lembrando também que a diversidade cultural é uma herança preciosa (Earth Charter Commission, 1992).

A sustentabilidade cultural foi, somente, implementada oito anos após a oficialização Relatório de Brundtland, através da divulgação de um outro, em 1995, o Relatório da World Commission on Culture and Development “Our Creative Diversity¹⁰”, pelo que se pode admitir que a inclusão da cultura como pilar para o desenvolvimento sustentável é relativamente recente (Swanson, 1997). Este documento introduziu oficialmente a debate do papel da dimensão cultural no âmbito das políticas de Desenvolvimento Sustentável, colocando a cultura a par do crescimento económico, da inclusão social e do equilíbrio ambiental enquanto uma ferramenta essencial de desenvolvimento sustentável assente, por um lado, numa frente relacionada com o desenvolvimento do sector cultural por si e, por outro, procurando orientar uma aproximação que coloca a cultura em foco das políticas públicas (Martins & Nunes, 2016).

A viragem do milénio ficou marcada pela Cimeira do Milénio da Organização das Nações Unidas, onde são adotados os Objetivos do Milénio que deveriam ser alcançados até 2015 (UN, 2015a) e em 2002, decorre em Joanesburgo a Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WSSD, 2002), também conhecida como Rio+10, contando com a presença de vários países que apresentaram as Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável a avaliou-se os

¹⁰ Obtido a novembro de 2022, de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000104333>.

progressos decorrentes da Cimeira da Terra e eficácia das medidas adotadas (Alves, 2011), que, de entre outros objetivos, promoveu ações globais a mudança de padrões de produção e consumo, com vista à proteção sustentável dos recursos naturais (Vieira, 2008).

No âmbito do Rio+20, em 2012, resultam as Metas do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), criando-se uma dinâmica integradora que se alarga ao contexto ambiental, social e económico vindo a ser redigido o documento “O futuro que queremos” (UN, 2018a). Foram desenvolvidos pelo Estados Membros um conjunto de objetivos alicerçados nos ODM e em convergência com a agenda para o desenvolvimento pós-2015, com o principal objetivo de criar uma agenda transformadora (MNE, 2017). Não obstante, somente na última década, o papel integrador da cultura tem vindo a ser oficializado, impulsionado, em grande parte, pelos estudos sobre a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável onde, uma vez mais, se destaca a UNESCO que, através da Declaração de Hangzhou, defende a inclusão da cultura nas políticas de desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2013).

A Agenda 2030 é o documento mais recente e atual para se alcançar desenvolvimento sustentável, cuja abordagem se estende a vários temas, nomeadamente, pobreza, fome, alterações climáticas, entre outros, contemplando, para o efeito, 17 ODS e 169 metas. Assinado na Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável da ONU e adotado por todos os Estados-Membros, este documento pretende ser uma ferramenta para auxiliar na erradicação da pobreza, maior desafio global do DS. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, da ONU, são contributos essenciais para a Sustentabilidade dado que possuem um grande número de países a suportá-los e a comprometerem-se com uma acentuada renovação da defesa das várias ecologias, por isso priorizam metas. Os seus 330 indicadores estabelecem uma estrutura política, correspondendo a uma orientação para a ação. As suas metas são específicas, mensuráveis, ambiciosas e ao mesmo tempo realistas. A sua análise produz novas estatísticas sociais, económicas e ambientais, que constituem um incentivo para a comunidade, no sentido de um futuro Sustentável (United Nations, 2015; Jones et al., 2016; Lima et al., 2017).

I.2. Património mundial, cultural e natural

Neste tópico pretende-se fazer uma abordagem sintetizada ao conceito de património, na sua grandeza cultural e natural, tendo em conta, que se trata um tema fundamental para a conclusão deste trabalho. À semelhança do que acontecera no tópico anterior, será realizada uma contextualização conceptual ao tema e um enquadramento histórico com vista à valorização do estudo, como, também, enriquecimento individual de todos os que, por razões diversas, se cruzarem com esta investigação.

I.2.1. Cultura, breve reflexão sobre o termo

A cultura é um dos mais estudados e discutidos conceitos dentro das Ciências Sociais no curso da história da humanidade. Num sentido concreto e formal, podia-se considerar a definição de (Canedo, 2009) que afirma que a cultura, no sentido etnográfico amplo, é qualquer conjunto que inclua conhecimentos, crenças, arte, moralidade, lei, costumes e quaisquer outros hábitos e habilidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade. A cultura compreende vários aspetos de carácter: ideológico, sócio histórico, da visão de mundo dos povos, uma vez que é fruto de práticas sociais e, portanto, deve ser entendida como um fenómeno social, como aponta Charles (1987, p. 125) a cultura faz parte e molda a realidade social, sendo ao mesmo tempo um elemento constitutivo e constituinte dela. Por isso, o estudo da cultura deve ser integrado ao estudo da sociedade, considerada como um todo dinâmico que é criado e recriado por meio de diversas práticas culturais. De acordo com o mesmo autor, a cultura pode ser classificada de acordo com as condições materiais, influência entre os povos, ações ou práticas sociais.

Dadas as diferentes visões, é importante considerar de onde e quem valoriza a cultura, como menciona Throsby (2003, p. 276) a arte tem o seu próprio valor, para quem a produz, para quem a consome, para seu gozo privado, para quem contribuir com doações voluntárias para financiá-lo e para aqueles que contribuem com os seus impostos. Importa realçar, ainda, o valor simbólico inerente à, que tem um papel relevante nos processos de desenvolvimento económico local e consequentemente de desenvolvimento humano, sendo um elemento de coesão social, elemento de identidade de um povo e de paz, conforme afirmado na Bateria de Indicadores da UNESCO (Alonso & Medici, 2012, pp. 4-7). Por sua vez, Rausell-Köster (2013, p. 287) resume que o valor intrínseco da cultura se deve ao facto de ela maximizar o bem-estar da comunidade, satisfazendo os seus direitos culturais enquanto promove o desenvolvimento individual e social.

A UNESCO, na sua Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, define a cultura como “o conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social que inclui, além das artes e das letras, formas de vida, formas de viver juntos, sistemas de valores, tradições e crenças”.

Na visão de Hopenhayn (1994), a cultura tem dois significados. Uma que está associada ao passado, às “grandes obras” do espírito humano, seja no campo intelectual, científico, artístico, arquitetónico ou arqueológico. A outra, por sua vez, está ligada aos modos de vida, valores, linguagem e códigos de comunicação de um povo, bem como as suas formas de reflexão e criação. Hopenhayn argumenta que, no mundo rápido e mutável em que vivemos, a cultura se transforma em um “diálogo contínuo do mundo inteiro com o mundo inteiro”.

1.2.2. Evolução e definição do conceito de Património

A abordagem ao património cultural não deverá ser possível, sem que antes se faça uma breve consideração ao conceito de património e se clarifique a confusão conceptual que persiste entre estes dois termos. O conceito de património deriva do termo latim “pater” que remete à conceção económica e jurídica de herança familiar, transmitida de geração em geração (Bucho, 2010, p. 51) A grande diferença entre o conceito de património e o património cultural deve-se ao facto do primeiro representar bens individuais geralmente materiais enquanto o segundo se trata de bens coletivos de dimensão tangível ou não, representando tudo aquilo que herdamos da nossa cultura e que nos define enquanto povo (Silva, 2019).

O património cultural é o pilar da sociedade contemporânea e a base da sua identidade, manifestando nos indivíduos a necessidade de perceber os valores do mundo atual e procurar entender, através dos bens herdados, de onde veio e o tempo em que vive. Representa a memória coletiva de determinada comunidade, marca da sua continuidade, cujo passado a distingue de outras por via da transmissão do legado do passado para o presente e futuro (Pinto, 2016, p. 28). Constitui-se a partir de um processo de valores, usos, modos de vida, saberes e conhecimentos, enquanto mecanismo de afirmação e legitimação. Originalmente, o conceito de património era entendido como aquilo que se herdava, remetendo ao conceito de herança, existindo uma clara interligação entre estes dois termos. Dito isto, pode-se afirmar que “todos os indivíduos são herdeiros, sendo o património a sua herança cultural” (Mendes, 2012, p. 13). Sendo este um bem comum adquirido pelos indivíduos, geração após geração, provoca neles um sentimento de pertença, visto que reflete a sua perseverança, mesmo mediante as constantes e inevitáveis alterações dos tempos, mantendo em comum, com os demais, as características

basilares da sua existência (Moreira, 2006, p. 135). Para além da sua característica singular, o património cultural representa também a identidade coletiva de um povo, possibilitando o seu reconhecimento mediante a sua diferenciação e distinção.

O conceito de património remete a um conjunto de bens, naturais e culturais, herdados do passado, transversais a várias gerações e que funcionam como ferramenta de ligação entre o passado, presente e futuro (Ramos, 2019). Pode-se afirmar, então, que o património cultural é o conjunto de todos os bens, herdados ou criados, testemunhos da civilização, portanto, portadores de interesse cultural, sejam eles tangíveis ou intangíveis (Café, 2007) e o seu interesse cultural relevante deve refletir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade e singularidade (Barranha, 2016), agrupados em três grandes grupos.

O património cultural é “o composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural” (Declaração de Caracas, 1992). Conclui-se, assim, que o património cultural é o conjunto de todos os bens materiais e/ou imateriais que representam a história de um povo, nomeadamente, os seus costumes, gastronomia, religião, lendas, cantos, danças, linguagem, superstições, rituais, festas, etc., (Massonetto et al., 2012).

Para além destes conceitos referidos acima, temos de ter em conta que o património cultural agrega, consoante a alínea 1 do artigo 2 da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização”. “O objetivo do património é garantir a sobrevivência dos grupos sociais e também património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas” (alínea 3 do artigo 2 da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro).

1.2.3. Valorização e proteção do património cultural

A proteção do património foi concebida no plano internacional para impulsionar um movimento de solidariedade entre os estados com vista à obtenção de paz e segurança, progresso tecnológico e desenvolvimento dos meios de comunicação.

A Declaração do México, de 1985, elaborada na Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais, defende a cultura “como o conjunto dos traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social” (ICOMOS, 1985), dentro dos mais

variadíssimos contextos que constituem a vida humana e os elementos que a envolvem, dando à sociedade uma perspetiva bastante ampla do termo.

Embora tenha sido na Antiguidade Clássica que começa a surgir o interesse do Homem pelos testemunhos do passado, é, somente, no Renascimento, que o termo é concebido face ao entendimento generalizado para a necessidade de proteger o património devido ao seu valor enquanto manifestação cultural e símbolo identitário da comunidade (Chagas, 2014). O início do século XIX ficou marcado por grandes transformações económicas, sociais e políticas na sociedade moderna, nomeadamente, no que diz respeito a preocupações relativas à conservação e proteção do património cultural, designadamente, os monumentos históricos, devido à sua importância e contributo como elemento criador de diferenciação (Menezes, 2010, p. 4). Estas preocupações tomam proporções maiores com o aparecimento de alguns arquitetos e engenheiros que mostram maior sensibilidade a questões relacionadas com a conservação e restauro de monumentos históricos, nomeadamente, Viollet-le-Duc e Ruskin (Pimenta, 2015, p. 53), impulsionadores de duas importantes linhas de preservação totalmente opostas.

Enquanto o inglês John Ruskin defendia que por meio da restauração se perderia a grandiosidade e beleza da arquitetura do passado, devendo-se optar pela conservação preventiva¹¹, aceitando-se e valorizando-se as marcas do tempo como parte integrante do ciclo natural do património. Esta postura mais conservadora foi contraposta pela liberdade e criatividade da restauração estilística¹², movimento liderado pelo arquiteto francês que defendeu a legitimação da restauração como medida necessária à preservação dos edifícios, sendo por este entendido como o caminho para a perfeição (Villela, 2017).

Nos últimos anos, a preocupação com a preservação do património cultural pauta as ações de inúmeras instituições, mundialmente, sejam elas públicas ou privadas, e vários programas de atividades relacionadas com o património estão a ser desenvolvidos (Pinto, 2016). Como referido anteriormente, as preocupações com a preservação e proteção do património cultural não são recentes. Desde os primórdios da existência humana que as ações do homem refletem o cuidado por manter e preservar os seus bens, não pelo valor cultural e histórico percebido, mas, sobretudo, em prol das suas características utilitárias, sendo necessário, não só, preservar e proteger, mas também moldar e adaptar, à medida que novas necessidades emergissem e a realidade se alterasse (Pimenta, 2015). Pode-se afirmar, com base nesta premissa, que o património não possui carácter estático, mas trata-se sim de um processo evolutivo cujo valor

¹¹ Conjunto de medidas tomadas para reduzir os efeitos da deterioração dos edifícios e bens culturais, provocada pela ação do tempo ou homem, de modo a preservar as suas características sem a necessidade do restauro.

¹² Linha de restauro baseada em analogias, feita segundo estilos históricos, tal como Viollet-le-Duc propunha.

percebido se altera na mesma medida em que se alteram as circunstâncias sociais, culturais, demográficas e políticas do momento. Considerando que a cultura é um fenómeno em constante alteração, torna-se inatingível uma única noção do conceito (Alvarenga, 2019).

A ação humana, associada a catástrofes naturais e ambientais, são fatores que levam a que o tema sobre políticas de preservação e conservação seja discutido ao longo de vários anos. Para o efeito, esta perceção da necessidade de proteger e conservar foi oficializada com a Convenção de Haia em 1954, ratificada e publicada em Diário da República a 30 de março de 2000, na sequência da destruição massiva do património durante a II Guerra Mundial, fator que contribuiu para a nova linha de pensamento que considerava que a “degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constitui um empobrecimento de todos os povos do mundo” (UNESCO, 1972) e, por isso, deve ser responsabilidade de todos mantê-lo, preservá-lo e transmiti-lo às gerações futuras (Silva et al., 2020).

A criação da consciência coletiva para a preservação e conservação do património motivou a organização da Convenção de Paris, promovida pela UNESCO em 1972, para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, onde se faz a separação destes dois últimos conceitos. Apesar da escassa bibliografia específica sobre o conceito de património natural (Karpinski, 2018), a Convenção de Paris define o património natural como sendo um conjunto de recursos do planeta herdados pelas atuais gerações e, em particular, os seus mais relevantes elementos físicos, biológicos e geológicos, incluindo os habitats de espécie de flora e fauna e áreas com valor científico, estético e de conservação (Convenção de Paris, 1972).

Em Portugal, as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural são estabelecidas pelo Decreto-Lei 107/2001 de 8 de setembro, onde assume a língua portuguesa como parte integrante do património cultural por ser um símbolo de “soberania nacional (...) elemento essencial do património cultural português¹³”. O valor do Património Cultural é definido na Convenção de Faro (2008) como um conjunto de recursos herdados do passado, exprimindo os valores em evolução, crenças, conhecimento e tradições, abrangendo uma diversidade de elementos e significados.

Em Portugal, as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural são estabelecidas pelo Decreto-Lei 107/2001, de 8 de setembro, que defende, no seu artigo 7º “o direito à fruição dos valores e bens que integram o património cultural” e no seu artigo 11º o dever “de preservação, defesa e valorização do património cultural” (Decreto-Lei n.º 107/2001), quer por

¹³ Dec. Lei n.º 107/2001, art.º 2º, alíneas 2 e 3.

parte de agentes públicos responsáveis por essa defesa, quer por toda a comunidade envolvente, seja ela anfitriã ou visitante.

Na verdade, esta última reflexão tem, no decorrer dos anos, servido de base às várias publicações e recomendações de organizações comunitárias, com especial atenção à Agenda 2030 sobre a égide da Assembleia Geral das Nações Unidas, que prioriza o desenvolvimento sustentável num contexto social, económico e ambiental, incluindo dentro dos seus 17 objetivos, preocupações com a criação de instituições fortes e parcerias que permitam alcançar os objetivos traçados. A noção de património natural é reforçada em Portugal pelo Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de Julho, que define as leis de base da política do ambiente e enquadra a legislação produzida sobre a conservação da natureza e da biodiversidade, fundamentais à sobrevivência humana (Spínola, 2020, p. 77), apresentando no seu artigo 3º o conceito de património natural como “o conjunto dos valores naturais com reconhecido interesse natural ou paisagístico, nomeadamente do ponto de vista científico, da conservação e estético” (Decreto-Lei n.º142/2008, 2008).

A Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural¹⁴, considera como património cultural material, os monumentos, os locais de interesse e os conjuntos. A legislação apresenta o património cultural de acordo com deferentes classificações e tipologias, nomeadamente, histórico, artístico, documental e bibliográfico, arqueológico, paleontológico, científico e técnico, etnográfico e gastronómico. Do ponto de vista territorial, é classificado pela legislação como local, regional, nacional, mundial, etc. Segundo o indicado no Decreto-Lei nº 117/97, “através da salvaguarda e valorização do património cultural, deve o Estado assegurar a transmissão de uma herança nacional cuja continuidade e enriquecimento unirá as gerações num percurso civilizacional singular” sendo que “o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais”, embora todos devam ser responsáveis por preservar, defender, conservar e valorizar o património cultural¹⁵.

O século XX foi marcado por grandes transformações em vários aspetos da vida, inclusive, no âmbito do património cultural. A visão tradicionalista, que considerava somente como património os bens monumentais e artísticos, foi repensada na sequência da devastação causada, não só, pelas duas grandes guerras mundiais, mas também, pelos desastres naturais, crescente urbanização, pobreza, poluição, turismo de massas que, em conjunto, levaram a uma perda significativa do património cultural e natural, acabando por dar origem ao reconhecimento da

¹⁴ Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, 16 de novembro de 1972.

¹⁵ Decreto-Lei nº 117/97: Diário da República. Obtido em dezembro de 2022, de <https://dre.tretas.org/dre/82137/decreto-lei-117-97-de-14-de-maio>.

diversidade cultural e reflexão sobre os bens deixados pelos antepassados como constituintes da base identitária de um lugar, região, país ou cultura (Hartog & Guerreiro, 2019, p. 48).

Durante o Renascimento surgem as primeiras convenções e tratados internacionais com normas para a navegação, o comércio e a conduta dos estados em tempo de guerra. Em 1931, após a Primeira Guerra Mundial o Serviço Internacional de museus escreveu a Carta de Atenas, a primeira norma internacional relacionada como restauro dos monumentos patrimoniais. Durante o século XIX surgem mais regras relacionadas ao património material que se alargam ao património imaterial no século seguinte (Custódio, 2011, p. 6). É, portanto, a partir de 1931, que surgem as primeiras normas internacionais na área do património, primeiro com a Carta de Atenas e, no ano seguinte, em 1932, a publicação da resolução sobre a conservação de monumentos históricos e obras de arte pela Sociedade das Nações¹⁶. Após pouco mais de uma década, em 1945, surge a UNESCO, alicerçada à Organização das Nações Unidas, responsável pela conceção de algumas das convenções fundamentais, tais como, Convenção de Haia, Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, Convenção para a proteção do Património Subaquático e Convenção para a Salvaguarda do Património Intangível.

O Conselho da Europa foi fundado em 1949 como organização intergovernamental europeia à qual Portugal só viria a aderir em 1976, produziu e aprovou a Convenção Cultural Europeia, Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa e a Convenção Europeia da Paisagem, tendo sido também responsável pela divulgação de várias recomendações e aprovação da Carta Europeia do Património Arquitetónico. ICOMOS, organismo não governamental, é concebido em 1965, na cidade de Paris, tendo sido o criador da Carta de Veneza em 1964, desempenhando um papel relevante relativamente ao património mundial (Custódio, 2011, pp. 36-37). Em Portugal foi criado, em 1980, o Instituto Português do Património Cultural¹⁷, tendo vindo a ser sucedido, em 1992, pelo IPPAR¹⁸, “destinado a promover a salvaguarda e a valorização de bens que, pelo seu valor histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnográfico ou paisagístico,

¹⁶ Atual Organização das Nações Unidas.

¹⁷ Decreto-Lei N.º 59/80. Diário da República. 3 de abril de 1980. Obtido em dezembro de 2022, de <https://files.dre.pt/1s/1980/04/07900/06380642.pdf>.

¹⁸ Decreto-Lei N.º 106-F/92. Diário da República. 1 de junho de 1992. Obtido em dezembro de 2022, de <https://files.dre.pt/1s/1992/06/126a01/00280038.pdf>.

integrassem o património cultural do País” e que, por sua vez, no ano de 2006, é fundido com o Instituto Português de Arqueologia, dando origem ao IGESPAR¹⁹.

O património tem sido promovido pela UNESCO como um instrumento “para construir e desenvolver uma cultura de paz no mundo” (Pérez, 2009, p. 154). “A Conferência das Nações Unidas para a conceção de uma organização educacional e cultural foi convocada em Londres de 1 a 16 de novembro de 1945” (UNESCO, 2002) onde marcaram presença 37 países que instituíram a carta que estabeleceu a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Entre as várias cartas e convenções organizadas pela UNESCO relacionadas com a preservação e conservação do Património Cultural, destaca-se a Convenção para a proteção Mundial, Cultural e Natural, criada no âmbito da 17ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris, que surge como resposta à crescente preocupação sobre a conservação do património cultural e natural mundial tendo por objetivo proteger todos os bens e naturais com valor cultural universal excepcional. É a partir do século XX, que se começam a registar mudanças ao inicial conceito de património que estaria relacionado, somente, com os bens monumentais. Este conceito é, mais tarde repensado, vindo a reconhecer-se e associar-se a diversidade cultural, os legados do passado e bens intrínsecos à base identitária da comunidade (Custódio, 2011).

1.2.4. Olhar sobre o património cultural imaterial

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 2003, assumiu-se como um importante instrumento no que diz respeito à salvaguarda do património imaterial, pois veio cobrir uma lacuna, no âmbito legislativo da proteção cultural, visto que, até então, não considerava a proteção do património imaterial (UNESCO, 2003).

O património cultural imaterial é exposto na alínea 2 do artigo 1º da Lei n.º 139/2009 de 15 de junho como “todas as manifestações culturais, expressas em práticas, representações, conhecimentos e aptidões, de carácter tradicional, independentemente da sua origem popular ou erudita, que as comunidades, os grupos e os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural, e que, transmitidas de geração em geração, são constantemente recriadas pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade coletiva.” O Património Cultural Imaterial é, ainda, referido na alínea 4 do artigo 2.º da Lei n.º 107/01 como os “bens imateriais que constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva

¹⁹ Decreto Lei n.º 215/2006. Diário da República. 27 de outubro de 2006. Obtido a dezembro de 2022, de <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/215/2006/10/27/p/dre/pt/html>.

portuguesas”, ou seja, o conjunto de modos de estar e características que, apesar de não serem visíveis, ilustram e caracterizam toda a cultura de um povo. Foi somente em 2003 que a valorização do património imaterial se intensificou com a organização pela UNESCO da “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial” onde se definem os parâmetros para a sua classificação (UNESCO, 2003).

Para efeitos da convenção, considera-se património cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconhecem como fazendo parte integrante do seu património cultural. O património cultural imaterial manifesta-se através das tradições e expressões orais, incluído a língua como vetor do património cultural, das artes do espetáculo, das práticas sociais, rituais e eventos festivos, dos conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza, das aptidões relacionadas ao artesanato tradicional. Convenção definiu como objetivos a salvaguarda do património cultural imaterial, o respeito pelo património cultural imaterial das comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa, a sensibilização local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo, a cooperação e o auxílio internacionais, no quadro de um mundo cada vez mais globalizado, que ameaça uniformizar as culturas do mundo aumentando, simultaneamente as desigualdades sociais. A par da valorização dos bens imateriais, que fora muitas vezes desconsiderado, a convenção veio sensibilizar para a importância da preservação de bens intangíveis que muitas vezes se perdem face à sociedade cada vez mais globalizada (UNESCO, 2003).

1.2.5. Enquadramento nacional do património

Segundo o Artigo 1.º da Lei n.º 13/85, de 6 de julho, referente à Lei de Bases do Património cultural publicada em 1985, “o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo”.

A adesão de Portugal à UNESCO acontece, somente, após a revolução do 25 de Abril de 1974, criando-se sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Missão Permanente de Portugal junto da UNESCO, e a Comissão Nacional da UNESCO, em 1975 e 1979, respetivamente. A Convenção do Património Mundial é ratificada em 1980 e, três anos mais tarde, são inscritos, na Lista do Património Mundial, os primeiros bens culturais (Pereira, 2012; citado por Barros, 2019).

Em Portugal, as normativas internacionais só começam a ser consideradas após o 25 de abril de 1975, com o fim do regime salazarista. É, somente, nos anos 60 que se cria o ministério exclusivamente dedicado ao património cultural. O Instituto Português do Património Cultural (IPPC) – que vem mais tarde dar origem ao Instituto Português dos Museus (IPM) – é instituído nos anos 80 e o IPPAR I, que é mais tarde convertido em IPPAR II, tutelavam em conjunto, a partir de então, as leis sobre a salvaguarda e proteção do património arquitetónico através da classificação de imóveis, definição de áreas de proteção e acompanhavam a legislação em termos de controlo territorial. Eram, também, responsáveis pela administração dos monumentos nacionais, substituindo parcialmente a Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) que havia sido criada em 1929 e extinta na década de 60 (Paula, 2011).

A Direção Geral do Património Cultural (DGPC) foi fundada em 2012, sucedendo à IGESPAR e Instituto dos Museus e da Conservação, sendo a sua missão estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que define que esta deve “assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional” além de outras várias atribuições que lhe são imputadas. A estrutura principal da DGPC é criada pela Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, no seu artigo 1º, onde também se circunscreve territorialmente o exercício de funções da direção.

Com a adesão à convenção, em 1979, Portugal compromete-se a responder pelo desenvolvimento de uma ética de conservação do património seguindo as orientações para a aplicação da Convenção do Património Mundial (Barros, 2019, p. 36). Portugal conta já com 17 bens classificados pela UNESCO (ver tabela 5) 16 culturais e 1 natural, tendo as mais recentes inscrições sido anunciadas aquando da 43.ª Sessão em Baku, Azerbaijão, a 7 de julho de 2019.

I.3. Desenvolvimento do território

Tal como em qualquer campo de investigação, são vários os autores que apresentam a sua própria definição do termo, em parte, influenciados pelas suas motivações e vivências. Considerou-se pertinente iniciar o tópico com a definição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicado em 1965, a partir do qual se entende o desenvolvimento como “(...) o processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser” (PNUD, 2012, cit. por Rigueiro, 2014, p. 3). Esta definição remete a uma maior abrangência do termo, que deixa de representar somente o desenvolvimento do território sob o ponto de vista do rendimento, mas, por outro lado, integra novos aspetos, tais como, a qualidade de vida e bem-estar.

O conceito de desenvolvimento está associado quer a fenómenos amplos e diversos como a situações mais simples e específicas. Neste tópico, será realizada uma abordagem ao termo na sua relação com o território, com base numa ideia de progresso e melhoria de determinado lugar ou região. Em última estância, no próprio desenvolvimento humano.

I.3.1. Introdução ao conceito

O desenvolvimento, no âmbito da sua terminologia, está vulgarmente associado ao processo de crescimento, e é detentor de significado complexo e multidimensional. O termo surge no limiar do século XX, exclusivamente alicerçado ao contexto económico, época em que o desenvolvimento era estimado com base no crescimento económico medido, essencialmente, pelo Produto Interno Bruto (PIB). A alteração à conceção inicial do termo, só acontece entre os anos 60–70, sob influência da valorização que outros fatores começam a adquirir, nomeadamente, aqueles que priorizam as pessoas, a sua participação ativa na sociedade e o seu bem-estar geral. As preocupações de índole social são, assim, introduzidas nos debates em torno do desenvolvimento (Rigueiro, 2014).

Costa e Reis (2008) defendem que o desenvolvimento de qualquer região deve ter como objetivo melhorar as condições de vida da população, minimizar as assimetrias regionais e combater as desigualdades entre regiões. O desenvolvimento resulta, em grande parte, da capacidade de cada região conseguir solucionar os seus problemas através da criação de sinergias, pelas diversas entidades locais para, dessa forma, se adaptarem e se ajustarem às pressões externas, sem nunca descurar o carácter sustentável do desenvolvimento que se aspira alcançar.

Perante as enormes desigualdades que se verificavam na sociedade, no que diz respeito ao seu desenvolvimento, começou-se a refletir sobre aspetos que, até então, não haviam sido equacionados, nomeadamente, a liberdade, justiça, sustentabilidade ambiental e social. O crescimento económico foi, e talvez ainda seja, muitas vezes confundido com desenvolvimento na medida em que uma sociedade economicamente estável seria suficiente para que fosse considerada desenvolvida, ignorando-se alguns aspetos fundamentais, que gerou graves consequências no que diz respeito à diversidade cultural.

Desenvolvimento é definido na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento²⁰ como um “processo económico, social, cultural e político abrangente, que visa a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base na participação ativa, livre e significativa no processo desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios que dele deriva”, cujos princípios não vão de encontro à realidade capitalista que imperava na época, assente na promoção da produção e do consumismo que contribuíam a uma acelerada destruição do planeta e agravava a exclusão social. Só em 1987, em Tóquio, se definem os conceitos que levaram à definição de desenvolvimento sustentável, sugerindo que a humanidade tem influência sobre o progresso sustentável se capaz de servir-se dos recursos sem comprometer a sua utilização por gerações futura. Esta definição remete para uma participação ativa da sociedade, chamada a intervir na defesa do ambiente e paz social com vista ao alcance de uma distribuição equilibrada de riqueza e políticas que estejam ao encontro do respeito pela diversidade e liberdades fundamentais.

Atualmente, ao conceito de desenvolvimento está subjacente a ideia de que os Estados deverão ser capazes de usar os seus recursos endógenos em prol do seu próprio desenvolvimento sustentável. Citando Reigado (2000, p. 173) “a paz, o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente são interdependentes e inseparáveis” cujas preocupações deverão centrar-se no ser humano e nas suas necessidades presentes e futuras, rejeitando-se quaisquer políticas que sistem o uso descomedido dos recursos que culminem no seu esgotamento e no aumento exponencial das desigualdades que conduzirá a uma perda irreversível para o planeta e indivíduos como os que decorrem das teorias e modelos de desenvolvimento tradicional. Para o autor, o desenvolvimento sustentável conjuga três aspetos fundamentais: o ecológico, o económico e o sociocultural, embora, conforme o referido por Bilhim (2004), não se pode descurar que o conceito agrega problemas socioeconómicos e ambientais, devendo-se ter alguns aspetos em consideração, nomeadamente, a importância por reconhecer e valorizar o ambiente, promover a igualdade entre cidadãos e definir estratégias de ação com tendo consciência das consequências

²⁰ Adotada pela resolução 41/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986. Obtido em dezembro de 2022, de <https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/decl-dtodesenvolvimento.pdf>.

a longo prazo das mesmas. A reflexão anterior remete a dois novos conceitos de desenvolvimento, o local e endógeno.

De acordo com o Glossário do Desenvolvimento Territorial (DGOTDU, 2011, p. 8), o desenvolvimento endógeno é uma forma específica de desenvolvimento económico, visto estar dependente dos recursos endógenos de cada território, tais como, “os recursos naturais e as matérias-primas, as competências, o conhecimento e a capacidade de inovação, as produções locais específicas (agricultura, floresta, artesanato, indústria local) e os fatores de atração para a economia turística e residencial (condições climatéricas, património natural e cultural, paisagem atrativa e outras amenidades)”. Este propõe-se a satisfazer as necessidades básicas e conseqüente aumento da qualidade de vida e proteção do ambiente, permitindo uma relação equilibrada entre interesses culturais, económicos, políticos e sociais.

1.3.2. Os diferentes modelos de desenvolvimento

Como refere Gomes et al. (2007, pp. 75-76) o conceito de desenvolvimento está, atualmente, associado a uma procura “integradora, integral, endógena e ecológica, local, equilibrada e harmoniosa, racial e cultural, embora, nem sempre tenha sido tão ampla.

O crescimento económico e tecnológico registado durante a revolução industrial dos anos 50, embora tenha gerado algum desenvolvimento, contribuiu para acelerar e intensificar as desigualdades sociais, abrindo um fosso entre grupos sociais que viram piorar as suas condições de vida e os que beneficiaram das alterações (SACHS, 2000). Também no âmbito ambiental se registaram graves conseqüências devido à utilização massiva dos recursos ambientais, conduzindo a um desenvolvimento ecologicamente insustentável (Loureiro, 2000), reconhecendo-se, por um lado, as conseqüências negativas que o crescimento económico gerava para o ambiente e, por outro lado, não menos relevante, a elevada despesa com a proteção ambiental que seriam de evitar (Chaves, 1994).

A par do crescimento económico, de sociedades mais industrializadas, tenta-se difundir-lo as sociedades menos desenvolvidas sem consideração por características e dinâmicas singulares, desenvolvendo-se o modelo funcionalista cujo objetivo se centrava no aumento da produção e, conseqüentemente, crescimento económico nos países mais pobres (Amaro, 2003) de natureza meramente económica e tecnológica que não permitia solucionar muitos problemas de cariz local que foram surgindo, sobretudo, em regiões mais periféricas. Nesse contexto, o primeiro

objetivo de desenvolvimento é encontrar um local que favoreça o crescimento, o que conduz ao aumento das assimetrias entre os territórios (Rita & Mergulhão, 1997).

O paradigma funcionalista defende que o desenvolvimento é desencadeado em determinados sectores de atividade, mais dinâmicos e tecnologicamente mais avançados, e a partir de áreas geográficas específicas, denominadas como polos de desenvolvimento ou crescimento, difundindo-se gradualmente a outros sectores ou territórios numa perspetiva de “baixo para cima”. Esta linha de pensamento, não permite que o desenvolvimento seja uniforme e desencadeia grandes desequilíbrios territoriais (Niederle & Radomsky, 2016).

Durante décadas, o desenvolvimento esteve associado aos centros industriais e urbanizados, privilegiando-se as grandes cidades para a localização das atividades, tornando-as em grandes polos de atração populacional que, conseqüentemente, gerou um enorme êxodo rural. Este abandono rural trouxe, na mesma medida, o abandono da história, usos, costumes e modos de vida. Este modelo foi desacreditado nos anos 70 e visto como um fracasso. A crise do paradigma funcionalista levou ao surgimento do modelo territorialista, que entende a participação das pessoas como condição para o sucesso das políticas (Mergulhão, 1997). Este novo paradigma remete para a ideia que a promoção do desenvolvimento requer a mobilização do potencial endógeno dos diferentes territórios, inclusive, a própria integração e mobilização da população e estruturas sociais e políticas de cada território. Os conceitos de local e lugar assumem especial relevância neste paradigma, sendo que por lugar se assume como microterritórios, ligados em rede e inseridos em diferentes escalas geográficas e o local pode ser compreendido sob a dimensão local, espacial, identidade e política (Hadjimichalis, 1994). Conforme o paradigma territorialista o desenvolvimento está dependente da capacidade de cooperar, otimizando energias e recursos internos, combinando-os com os recursos externos com vista à manutenção das dinâmicas num contexto multidimensional.

Enquanto no paradigma anterior, com base na política regional tradicional, assente numa estratégia de cima para baixo, entende-se que o crescimento não tem de ser polarizado e pode ser difundido através do potencial existente nele próprio. Foi, gradualmente, sendo substituído por uma orientação de baixo para cima que se propõe a ultrapassar os desequilíbrios regionais recorrendo aos recursos próprios dos territórios apoiados com os fatores externos. Do ponto de vista territorialista, o desenvolvimento não se traduz somente pelo crescimento económico, mas é alargado a outros níveis, tendo em consideração as especificidades e singularidades de cada região, valorizando-se os seus recursos endógenos e características de cada comunidade, sendo esses constituem a base do processo de desenvolvimento, esta participação ativa da comunidade no processo de desenvolvimento melhorando as suas condições de vida. O

desenvolvimento é adequado às especificidades de cada região existindo um permanente respeito pelo ambiente (Mergulhão, 1997; Raposeiro, 2015).

No conceito territorialista, o desenvolvimento é mais do que crescimento económico, na medida em que se alarga ao nível social e político, onde a especificidade de cada região é tida em conta. Os recursos económicos e as características ímpares da comunidade, são valorizadas, constituindo a base do processo de desenvolvimento. Envolvimento da comunidade e a sua participação são fatores-chave no desenvolvimento contribuindo à melhoria da sua condição de vida (Mergulhão, 1997; Raposeiro, 2015). Em prol desta ideologia, dá-se início a dois outros modelos de desenvolvimento: desenvolvimento sustentável (DS) e desenvolvimento local (DL).

1.3.3. Desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável

Segundo Amaro et al. (1992) a procura de um novo conceito que se traduza por um processo efetivo de desenvolvimento pode ser promovido através das iniciativas de desenvolvimento local, na medida em se anulam fatores de impedimento à plena realização do ser humano nas várias dimensões da sociedade. Partindo da premissa que as características e recursos endógenos de cada região são únicos, faz com que sejam valorizados e considerados base do processo de desenvolvimento com a participação ativa da comunidade nesse processo, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade de vida de todos.

Veiga (2005, p. 81) defende que “o horizonte em que se define o desenvolvimento, tem evoluído para perspetivas mais integradas, multidimensionais e pluridisciplinares”. O conceito de desenvolvimento local surge como resposta perante a dificuldade do modelo funcionalista em solucionar problemas de carácter local invocando a intervenção de agentes locais e o seu consequente contributo à criação de melhores condições de vida, cuja natureza, segundo Reis (1992, p. 32) “resulta de uma junção original e complexa entre mobilização cívica de cariz identitário e formas de gestão pública exercidas, descentralizadas por agentes associativos na base da contratualização com o Estado” e define-se como um “processo endógeno geralmente assente em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo económico e a melhoria da qualidade de vida das populações” (Carvalho et al., p. 503). Alcançar desenvolvimento local, requer a junção de um conjunto de fatores, nomeadamente, condições produtivas próprias, formas de representação coletiva e condições socioeconómicas e territoriais e, para o efeito, é necessário que os agentes locais consigam mobilizar e promover iniciativas que contribuam para a valorização e potencialização dos recursos endógenos existentes, assegurando-se, assim, o bem-estar social.

A mobilização dos recursos, físicos e humanos, promovem um desenvolvimento capaz de gerar diferenciação e diversidade, por conseguinte, é potenciador de riqueza cultural, natural e material, assente numa forte base social, com o fim último de satisfazer as necessidades locais. Neste sentido e consoante o afirmado por Reis (1998), o desenvolvimento local caracteriza-se por “um impulso generoso, de carácter local e endógeno, assente na mobilização voluntária”, cujo é objetivo originar ações com as quais se produzem sinergias entre agentes locais com vista à melhoria das condições de vida e garantia do bem-estar social, propondo-se a combater os problemas ambientais e desigualdades sociais. No entanto, o conceito tende a limitar as oportunidades das gerações futuras no sentido em que compromete “a satisfação das necessidades de uma parcela significativa da população mundial e uma resposta ao processo de degradação ambiental gerado pelo estilo de crescimento” (Carvalho, 2009, p. 79). Segundo Albino e Leão (1997, p. 22) deve estar em cumprimento com um conjunto de objetivos, entre os quais se destaca, valorização dos recursos locais, reforço das capacidades da comunidade residente, atratividade, intensificação da cooperação, criação de estratégias que alteram as condições iniciais em aspetos fundamentais para a população, criação de redes internas que promovam estratégias concertadas de desenvolvimento para a população e territórios com interesses díspares.

No ano de 1987, definem-se em Tóquio, os conceitos que levam à definição de desenvolvimento sustentável (Gomes et al., 2007), tendo por preocupação fundamental as necessidades presentes e futuras do Homem, colocando-se, para o efeito, de lado, qualquer política que leve ao esgotamento dos recursos, nomeadamente, as teorias e modelos de desenvolvimento tradicional (Reigado, 2000). Dá-se, assim, lugar ao conceito de desenvolvimento sustentável que combina o aspeto ecológico, económico e sociocultural, com aceitação do público. Embora se considere que este novo conceito veio dar resposta a várias lacunas, trouxe consigo problemáticas relacionadas com os problemas ambientais agravados pelo crescimento económico, e problemas no contexto socioeconómicos, nomeadamente, a pobreza e fome (Bilhim, 2004). Para o mesmo autor, uma estratégia de desenvolvimento sustentável deve reconhecer a importância da valorização do ambiente, igualdade entre cidadãos, definição de estratégias que antevêm as consequências a longo prazo.

Mais tarde, veio a destacar-se, a definição da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que defendia que o “desenvolvimento sustentável está nas mãos da Humanidade – que satisfaça as necessidades da geração presente sem comprometerem a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas” (CMMAD, 1987, p. 29). Contudo, é somente no ano de 1992, no Rio de Janeiro, que surgem, no âmbito da Conferência do Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, os primeiros princípios e compromissos para alcançar

um desenvolvimento sustentável (Bilhim, 2004), entre os quais se defende que os Estados devem apostar nas capacidades endógenas de forma a alcançar desenvolvimento sustentável (Reigado, 2000). Este conceito contempla a participação de todos na tomada de decisão, defendendo, ainda, o cuidado pelo meio ambiente e paz social, intervenção do Homem na sociedade, distribuição equilibrada do crescimento económico e, por último, criação de políticas que vão ao encontro do respeito pela diversidade e liberdades fundamentais (Gomes et al, 2007).

No Relatório Brundtland desenvolvimento sustentável é definido como “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987), dando resposta aos problemas e desigualdades sociais, assim como, ao processo de degradação ambiental influenciado pelo estilo de crescimento económico em vigor. Carvalho (2009, p. 84) acrescenta que o modelo de desenvolvimento pode influenciar “a relação entre a degradação e a capacidade de recuperação da natureza” no sentido em que os ecossistemas detêm dinâmicas específicas e singulares, pelo que a sua capacidade de carga é definida pela natureza a partir da qual organiza as suas atividades de produção e consumo.

As teorias fundamentalmente de base económica que surgiram após a revolução industrial foram sendo questionadas devido à gradual tomada de consciência de que os recursos naturais se esgotam. Surge, nesse sentido, o princípio da sustentabilidade, contribuindo para que se imponham limites e se reorganizar o processo civilizacional da Humanidade orientado para a problemática ambiental (Raposeiro, 2015, p. 22).

Os graves acidentes ambientais registados na década de 60 do século passado tornou claro a vulnerabilidade dos ecossistemas naturais frente aos avanços do desenvolvimento industrial e modo de produção aliado ao desconhecimento em relação à complexidade dos ecossistemas e mecanismos naturais de autorregulação. A crise ambiental contribui para o esgotamento dos recursos naturais e degradação dos espaços, refletindo a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes da produção e consumo e, em consequência, impõe limites ao crescimento económico. A impossibilidade de imputar custos decorrentes da degradação dos espaços e recursos devido à inexistência do estabelecimento pleno dos direitos de propriedade sobre os recursos naturais contribuem para a criação de estratégias do eco desenvolvimento, promovendo novos tipos de desenvolvimento baseado nas condições e potencialidades dos ecossistemas e na gestão prudente dos recursos (Sachs, 1982; Álvaro, 2009; Paulo Raposeiro, 2015. p. 23).

Foi durante a Conferência sobre o Ambiente Humano²¹, que se reconheceu internacionalmente a existência de uma estreita relação entre as medidas de defesa ambiental com o desenvolvimento da economia e a “prosperidade do mundo” (UCP, 2004). A Declaração de Estocolmo criada no âmbito da Conferência de Estocolmo apela à união de esforços com vista à conservação e melhoria do meio ambiente em prol do benefício de todos. Em sequência da anterior cimeira é elaborado, a pedido do Clube de Roma²², o relatório intitulado de “Os Limites do Crescimento”²³, alertando que o crescimento económico desmesurado teria um efeito negativo e irreversível nos escassos recursos naturais do planeta e na sua capacidade de renovação (UCP, 2004). Em prol da proteção do meio ambiente. No âmbito da proteção do meio ambiente importa realçar a relevância do Relatório de Brundtland que permite identificar alguns aspetos ambientais mais problemáticos na capacidade de desenvolvimento de países do Sul, propondo, ainda, que haja a criação de um compromisso entre ecologia e economia assente no conceito de desenvolvimento sustentável cuja intervenção tecnológica possa ser conciliada com a capacidade ecossistémica do planeta suportar essa mesma intervenção, alcançando-se assim uma simbiose entre ambiente e desenvolvimento (Carvalho, 2007, pp. 31-32).

Embora a implementação do desenvolvimento sustentável estivesse inicialmente assente no desenvolvimento económico e proteção do ambiente, na sequência da cimeira de Copenhaga, a dimensão social foi agregada, vindo-se mais tarde a incluir a vertente institucional, remetendo a audiência à forma de governação das instituições e sistemas legislativos, assim como, todos as entidades, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, que se possam considerar de interesse à promoção do desenvolvimento sustentável (Carvalho, 2009).

O desenvolvimento, dentro da sua natureza multidimensional, está direcionado à sociedade sendo entendido como “um processo complexo de mudanças e transformações de ordem económica, política e, principalmente, humana e social” (Oliveira, 2002). Embora não se deva descuidar a estreita relação entre desenvolvimento e crescimento económico, o termo é muito mais amplo no sentido em que engloba as dimensões políticas, cultural e ambiental, relacionadas com as necessidades individuais do ser humano. Martins (2017) considera as características e conhecimento socioculturais e ambientais dos locais, representam o pilar do desenvolvimento endógeno, considerando, ainda, a participação ativa dos diversos agentes locais e sociedade civil. Os recursos externos devem ser considerados, sem que entrem em conflito com a

²¹ Conferência sobre o Ambiente Humano resulta da Conferência de Estocolmo promovida pela ONU em 1972.

²² Organização não governamental (ONG) que teve início em abril de 1968 em Roma na Itália. Obtido em dezembro de 2022, de <https://blog.portaleducacao.com.br/entendendo-o-clube-de-roma-de-1972/>.

²³ Livro escrito em 1972 que modelou as consequências do crescimento rápido da população mundial considerando os recursos naturais limitados, comissionado pelo Clube de Roma.

identidade local, com vista à sua preservação, partindo do pressuposto que “a determinação das opções e o controlo devem ser locais e os benefícios mantidos no local” (Costa, 2021).

Por produtos endógenos, entende-se como aqueles que são originários de determinado território, diferenciados, a partir dos quais é possível conceber outros produtos e atividades sem descuidar a sua dimensão social, económica, cultural e natural. O desenvolvimento regional associado ao conceito de desenvolvimento endógeno assenta no pressuposto da valorização dos recursos particulares e diferenciadores de um território. Costa e Reis (2008) defendem que o desenvolvimento que qualquer região deve ter como objetivo melhorar as condições de vida da população, minimizar as assimetrias regionais e combater as desigualdades entre regiões. Resulta, em grande parte, da capacidade que a região tem em conseguir solucionar os seus problemas através da criação de sinergias por parte das várias entidades locais, para, em conjunto, enfrentar as pressões externas de forma sustentável.

A promoção do desenvolvimento local sustentável conduz a intervenções de âmbito cultural, sendo, para o efeito, criados instrumentos que permitem a reflexão sobre a importância do tema. No âmbito da Agenda 21 da Cultura, os vários países signatários assumem a importância de refletir sobre a resolução de problemas sociais e ambientais, tornando-se, dessa forma, num importante instrumento para o progresso, desenvolvimento local e qualidade de crescimento. Através da ação participativa de todos, ambiciona-se o alcance dum equilíbrio entre as ações ambientais, justiça social e crescimento económico. Com a Agenda 21 da Cultural é unanimemente aceite que o património é “fruto da contribuição coletiva de todos os povos” e orienta as políticas culturais para a defesa dos direitos humanos, diversidade cultural, sustentabilidade, democracia participativa e criação de condições de paz (UCLG, 2004).

Secção II

Trabalho Empírico

Capítulo II

Metodologia de Investigação

Num processo de investigação deve explicar-se, detalhadamente, os princípios metodológicos e métodos a utilizar, pelo que este capítulo apresenta toda a explicitação e fundamentação no que diz respeito às opções metodológicas e ao processo de investigação seguido neste estudo. Para o efeito, o autor apresenta e discute, nesta secção, as escolhas metodológicas e os instrumentos utilizados nesta investigação, expondo-se conforme concebidos na literatura e como serão postos em prática nesta investigação em particular, para responder aos objetivos definidos, à pergunta de partida e confirmação das hipóteses formuladas.

II.1. Justificação metodológica

O processo metodológico foi concebido com base nas orientações expostas por vários autores (Bogdan e Bilken, 1982; Grawitz, 1993; Demo, 1996; Freixo, 2011; Pocinho, 2012; Stake, 2016; Cesário et al., 2020; Quivy e Campenhoudt, 2022) correspondendo a fase inicial à definição de pergunta de partida e respetivos objetivos gerais e específicos da investigação, dando-se, de seguida, início à construção e aprofundamento do campo teórico.

Em qualquer pesquisa de carácter científico é necessário considerar uma estratégia metodológica, não só, enquanto orientação da pesquisa, mas também, enquanto dimensão do conhecimento, privilegiando os métodos quantitativos, que conferem maior objetividade ao estudo, e também os métodos qualitativos, que por conduzirem a investigação a modelos mais abstratos, permitem a abertura à discussão e ao debate. Atendendo à complexidade e transversalidade da pesquisa, que incide em campos nem sempre objetivos, é crucial que o investigador considere os vários aspetos causar interferência, pois todos eles são importantes para obter um conhecimento mais profundo sobre o fenómeno em estudo.

Embora Demo (1996) entenda a estratégia metodológica como a conjugação de conhecimentos teóricos, epistemológicos e práticos que traçam uma lógica progressiva de aproximação à realidade, importa ressaltar que a metodologia não é definitiva, podendo ser retomada mediante a revisão do projeto. Considerando que na ciência não existem certezas, uma vez que novos conhecimentos adquiridos podem tornar as teorias existentes como obsoletas e inadequadas (Freixo, 2011) é importante que a investigação pressuponha a utilização de uma metodologia adequada capaz de aproximar a investigação à realidade. A diversidade de metodologias e formas de explorar as possibilidades de investigação podem conduzir à dificuldade em determinar o processo metodológico, pelo que se torna crucial uma que o investigador obtenha um conhecimento profundo sobre os diferentes modelos para selecionar o mais adequado ao seu projeto. Nesse sentido, qualquer pesquisa de carácter científico deverá considerar a utilização de procedimentos operacionais rigorosos, bem definidos e adaptados ao género do problema e ao fenómeno em estudo (Grawitz, 1993).

A metodologia adotada assentou numa abordagem combinada e teve em consideração a exposição de Cesário et al. (2020, pp. 23-33), sendo que teve por base a recolha de dados primários e secundários, qualitativos e quantitativos, para aprofundar o conhecimento sobre a temática em estudo. Nesse sentido, procedeu-se à pesquisa e análise de material bibliográfico, nomeadamente, dissertações, artigos científicos, relatórios oficiais, normativos legais, dados estatísticos, entre outros.

A escolha da ferramenta metodológica utilizada, conferiu uma inquestionável originalidade à análise tendo em conta o seu carácter pioneiro, quer no meio académico como científico. De ressaltar, ainda, a atualidade da discussão em torno da sustentabilidade e dos seus ímpares benefícios, em prol do território e toda a sua população, elevando a relevância e importância dos resultados que a presente dissertação poderá produzir. Para o efeito, com vista a avaliar o desenvolvimento sustentável do ADV, recorreu-se à utilização do instrumento metodológico proposto pela UNESCO, selecionando-se de entre os 22 indicadores disponíveis, aqueles que, mediante o espaço temporal, esforço e custo da sua obtenção, se consideraram mais relevantes, capazes de quantificar e fornecer dados que permitiram compreender como a cultura interage, influencia e contribui para o processo de desenvolvimento do território em análise. Este processo resultou na seleção de um conjunto de 6 indicadores que o investigador considerou serem os mais pertinentes segundo as características que devem possuir.

Embora seja de realçar as inúmeras vantagens da ferramenta metodológica adotada, assim como, os inúmeros benefícios que a mesma pode trazer à análise, não se deve descurar as lacunas que esta apresenta, atendendo à sua extrema complexidade e abrangência, o que poderá dificultar, quer a recolha como o tratamento de dados e, conseqüentemente, afetar a qualidade da análise.

Em termos de estratégia de investigação, a opção adotada recaiu sobre o estudo de caso, pela sua singularidade, unicidade e especificidade, considerando que a investigação se debruça sobre um processo particular, especificamente, a construção de um sistema de indicadores culturais que permitem mensurar o desenvolvimento sustentável para a região. A escolha do tema em volta do estudo de caso deve-se à existência de uma relação próxima e emocional do autor relativamente à região em causa, por ser, não só, o seu local de residência, mas, também, onde tem vindo a desempenhar, ao longo da última década, as suas funções laborais, o que lhe permitiu acompanhar a evolução multidimensional da região, assim como, a sua transformação aos mais diversos níveis.

Este trabalho de investigação divide-se em quatro fases. Tal como se esquematiza na figura seguinte, na fase inicial procedeu-se à revisão da literatura, a segunda fase considerou a abordagem ao estudo de caso, a seguir, a construção do sistema de indicadores culturais. Por último, na quarta fase procedeu-se à análise e interpretação dos resultados.

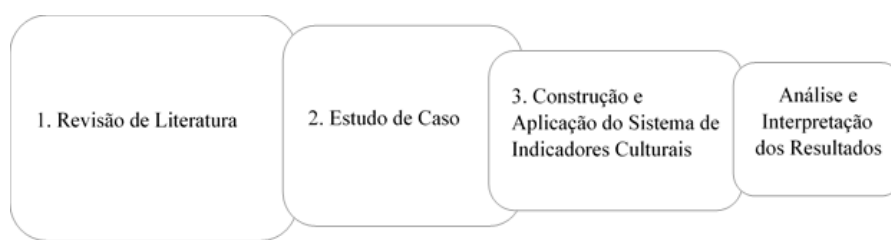


Figura 4 - Esquema das fases metodológicas. Elaboração própria.

A revisão de literatura foi um dos principais métodos utilizado nesta dissertação. Nesse sentido, ressalta-se que a presente dissertação tem fundamentação em vários artigos científicos, livros, dissertações, publicações e relatórios. Para compreender a definição dos conceitos-chave, procedeu-se à revisão bibliográfica no campo da cultura associada a outras áreas, que estão interligadas transversalmente ao desenvolvimento sustentável, sobretudo, na tentativa de compreender as questões relacionadas em torno dos indicadores culturais. O estudo de caso consistiu na caracterização da região alvo do presente estudo no âmbito das suas características culturais, mas também históricas, sociais e demográficas. Observou-se a seguir os vários casos de implementação dos indicadores culturais, que geraram diferentes resultados nos locais onde foram implementados.

Após se clarificar a questão dos indicadores culturais e a com obtenção de conhecimento significativo sobre a sua aplicação, sobretudo através de casos de implementação de modelos similares, tais como, México, Peru e Colômbia, procedeu-se à construção e aplicação de um sistema de indicadores culturais para a região em estudo. A apresentação e discussão dos resultados foi considerada na última fase.

II.2. Investigação qualitativa e quantitativa

A investigação pode ser desenvolvida com base em critérios quantitativos ou qualitativos. Do ponto de vista da abordagem quantitativa, a investigação assenta numa linguagem matemática, nomeadamente, por dados estatísticos, onde variáveis são postas em relação entre elas, representadas por escalas e medidas e que são estritamente controladas (Stake, 2016). O objetivo da investigação quantitativa é a busca de neutralidade e de objetividade fornecida precisamente pelos dados numéricos e estatísticos (Gonçalves, 2014) No caso da investigação qualitativa, caracteriza-se por tratar o fenómeno estudado numa perspetiva integrada e holística, enquanto considera vários pontos de vista, juntando diversos tipos de dados e utilizando diferentes

instrumentos metodológicos, para obter uma visão ampla do fenómeno ou do caso estudado. Visto que não considera uma proposta com estrutura rígida, possibilita que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novas abordagens (Godoy, 1995b) e que, simultaneamente, possam ser moldadas e ampliadas à medida que outras questões sejam introduzidas (Holliday, 2004).

Enquanto a abordagem quantitativa tem por base variáveis, a qualitativa baseia-se em acontecimentos (Stake, 2016, p. 55), expostos sob influência da representação, interpretação e subjetividade do próprio investigador (Holliday, 2004, p. 732). Atendendo à metodologia, a investigação do tipo qualitativo assume a forma de pesquisa documental, estudo de caso investigação etnográfica, com particular propensão para uma observação participante (Godoy, 1995; Stake, 2016, pp. 52-53) indica como principais diferenças entre as duas abordagens, a distinção entre explicação e compreensão como objetivo da investigação, a distinção entre um papel pessoal e impessoal para o investigador e a distinção entre o conhecimento descoberto e o conhecimento construído, sublinhando como a distinção destas duas abordagens não está diretamente relacionada com o uso de dados quantitativos e qualitativos, mas sim com a busca de causas ou de acontecimentos, privilegiando a explicação e o controlo, no primeiro caso, e a compreensão das inter-relações, no segundo caso.

Embora se considera que as duas abordagens estejam em lados opostos, elas também se completam na medida em que a abordagem qualitativa prevê a enumeração e reconhecimento das diferenças quantitativas, enquanto no âmbito da abordagem quantitativa, está subjacente a descrição e interpretação do investigador (Stake, 2016, p. 52).

II.3. Objetivos de investigação

No âmbito de uma investigação, o objetivo "constitui um enunciado declarativo que precisa as variáveis-chave, a população alvo e a orientação da investigação, indicando, conseqüentemente, o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo" (Freixo, 2011, p. 164). Esta pesquisa objetiva especificar as condições em que a cultura se desenvolve atualmente e promove o desenvolvimento, tendo por base os pressupostos anteriormente mencionados. Conhecer o desempenho da cultura no território, considerando as variáveis sugeridas pelos Indicadores Temáticos para a Cultura da UNESCO, para se compreender o seu impacto no desenvolvimento sustentável do território em análise, ambicionando-se ser o ponto de partida para futura produção científica que tenha especial contributo para as ciências sociais e,

sobretudo, para o desenvolvimento ambiental, social, económico e cultural da região, almejando, em última estância, o benefício geral da comunidade local.

Esta investigação apresenta como propósito, analisar e compreender o desenvolvimento sustentável da região do ADV com base no seu património cultural com fim último de concluir se a cultura contribui para o crescimento sustentável do território e bem-estar geral da comunidade local. Nesse sentido, a abordagem concetual do presente trabalho de investigação, teve por base a definição de um objetivo geral (OG), que se traduziu por Determinar o impacto da cultura no desenvolvimento sustentável da região classificada do ADV, durante o período 2001-2021.

Os autores Baptista e Sousa (2011, p. 26) sugerem que se estabeleça uma diferenciação entre os objetivos gerais e específicos, tendo em conta que “tanto os objetivos gerais como os específicos permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados”. Com base nessa premissa, considerou-se essencial proceder à definição dos seguintes objetivos específicos (OE):

- **OE1** - Explorar o conceito de cultura;
- **OE2** - Compreender o conceito de desenvolvimento tendo em conta as suas diferentes dimensões;
- **OE3** - Entender o conceito de indicador cultural, assim como, a sua capacidade de medir e avaliar o desenvolvimento sustentável do território;
- **OE4** - Evidenciar a importância da preservação e valorização do património cultural atendendo à sua capacidade potenciadora de fomentar o desenvolvimento do território;

Os quatro primeiros objetivos são cumpridos no primeiro capítulo. Por outro lado, os restantes objetivos servirão de guia à parte empírica da investigação. Na seguinte tabela, apresenta-se de forma esquematizada os objetivos traçados para a presente investigação.

Tabela 5 - Esquema metodológico: objetivos gerais e específicos. Elaboração própria.

Objetivo Geral
Determinar o impacto da cultura no desenvolvimento sustentável da região classificada do Alto Douro Vinhateiro, durante o período 2001-2021.
Objetivos Específicos
1. Determinar o conceito de cultura;
2. Compreender o conceito de desenvolvimento tendo em conta as suas diferentes dimensões;
3. Entender o conceito de indicador cultural, assim como, a sua capacidade de medir e avaliar o desenvolvimento sustentável do território;
4. Evidenciar a importância da preservação e valorização do património cultural atendendo à sua capacidade potenciadora de desenvolvimento.

II.4. Elaboração e formulação das perguntas de investigação

Para os autores Quivy e Campenhoudt (2022) é essencial que a investigação seja divulgada em forma de pergunta de partida tendo em conta os critérios de clareza, exequibilidade e pertinência, pois, para estes, uma das maiores dificuldades num projeto de investigação passa por "traduzir o que vulgarmente se apresenta como um foco de interesse ou uma preocupação relativamente vaga num projeto de investigação operacional". Tendo por pressuposto tal exposição, considerou-se essencial definir a seguinte pergunta de partida: " Qual foi o contributo que a cultura teve para o desenvolvimento sustentável da região classificada do ADV durante o período 2001-2021?".

Como já se referiu, este trabalho pretende investigar se o desenvolvimento da região do ADV cumpre com princípios de sustentabilidade, conforme as quatro dimensões propostas pela

UNESCO na sua metodologia e em sintonia com as Metas e Objetivos traçados na Agenda 2030. Nesse sentido e atendendo à questão de partida, considerou-se pertinente elaborar perguntas de investigação que contemplem os quatro aspetos, ou dimensões, significa que por cada dimensão será, a seguir, proposta e discutida uma pergunta de investigação. Tendo isto em consideração e com base nos objetivos formulados na secção anterior, é agora, possível estabelecer quais as perguntas de investigação desta dissertação:

- **Ambiente e resiliência:** o património cultural e natural do ADV é capaz de fomentar a criação dum território mais sustentável?
- **Prosperidade e qualidade de vida:** a cultura pode promover uma economia mais inclusiva e próspera mediante a geração de emprego, criação de riqueza, etc.?
- **Conhecimentos e competências:** o conhecimento cultura pode conduzir à promoção de respeito e valorização da diversidade cultural?
- **Inclusão e participação:** a cultura pode conduzir à construção da coesão social, assim como à promoção da inclusão e da participação?

Por sua vez, para Baptista e Sousa (2011, p. 26) “as hipóteses são uma resposta prévia ao problema proposto e são, habitualmente, desenvolvidos com base em estudos anteriormente realizados consoante o tema escolhido”, pelo que a “hipótese deve justificar o trabalho da parte empírica da investigação” (Hill & Hill, 2002, p. 22). Tendo em consideração que “uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos (...) uma pressuposição que deve ser verificada” (Quivy & Campenhoudt, 2022), foram elaboradas as seguintes hipóteses (H) alinhadas às perguntas de investigação anteriormente definidas:

- **H1** - A proteção do património cultural e natural através de uma gestão sustentável e inclusão do conhecimento tradicional contribuem para a criação de lugares mais sustentáveis;
- **H2** - O desenvolvimento económico local pode ser alcançado mediante contributo do sector cultural e criativo;
- **H3** - A educação e formação cultural pode contribuir à sensibilização da sociedade para a diversidade cultural e promoção da conservação e preservação da cultura;
- **H4** - As práticas culturais, os sítios, os elementos e as expressões culturais transmitem valores e competências, conduzindo à construção da coesão social, bem como na promoção da inclusão e da participação.

A tabela que se segue apresenta de forma sintetizada a informação anteriormente apresentada para facilitar a sua compreensão para o público, servindo também de guia orientador ao investigador. Para cada pergunta de investigação foi formulada uma hipótese, seguindo as quatro dimensões dos Indicadores Culturais da Cultura para o Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 6 - Esquema metodológico: questão de partida e perguntas de investigação e hipóteses. Elaboração própria.

Questão de Partida: Qual foi o contributo que a cultura teve para o desenvolvimento sustentável da região classificada do Alto Douro Vinhateiro durante o período 2001-2021?	
Perguntas de investigação	Hipóteses
Ambiente e resiliência: o património cultural e natural do ADV é capaz de fomentar a criação dum território mais sustentável?	A proteção do património cultural e natural através de uma gestão sustentável e inclusão do conhecimento tradicional contribuem para a criação de lugares mais sustentáveis.
Prosperidade e qualidade de vida: a cultura pode promover uma economia mais inclusiva e próspera mediante a geração de emprego, criação de riqueza, etc.?	O desenvolvimento económico local pode ser alcançado mediante contributo do sector cultural e criativo.
Conhecimentos e competências: o conhecimento cultural pode conduzir à promoção de respeito e valorização da diversidade cultural?	As autoridades e instituições públicas conseguem promover o empoderamento cultural através de políticas educacionais eficazes.
Inclusão e participação: a cultura pode conduzir à construção da coesão social, assim como à promoção da inclusão e da participação?	As práticas culturais, os sítios, os elementos e as expressões culturais transmitem valores e competências conduzindo à construção da coesão social, bem como na promoção da inclusão e da participação.

Estas perguntas servem para provar a utilidade da discussão em torno da construção de indicadores culturais e da necessidade de se discutir o processo. Após a revisão da literatura, direcionou-se a atenção para a análise do estudo do caso do Alto Douro Vinhateiro, caracterizando as suas características físicas, sociodemográficas e, sobretudo, as culturais. Esta fase foi crucial, na medida serviu de auxílio à construção do sistema de indicadores culturais.

De modo a alcançar os objetivos propostos e dar resposta às questões de partida, considerando a natureza do assunto em questão, selecionaram-se as técnicas de recolha de dados e técnicas de tratamento correspondentes que a seguir se apresentam.

II.5. Opções e procedimentos metodológicos

Através da metodologia aplicada a este projeto pretende-se organizar e classificar as informações de modo coerente com vista a compreender a relação existente entre indicadores culturais e desenvolvimento sustentável. O estudo consiste numa abordagem qualitativa suportada por uma análise documental de fontes bibliográficas que se constituem como o referencial teórico em que assenta o presente estudo e que decorrerá ao longo de todo o processo. Segundo Bogdan e Biklen (1994) o projeto de investigação deve considerar a escolha de um estudo que pareça razoável em tamanho e complexidade para que possa ser concluído dentro do tempo e dos recursos disponíveis, pelo que a metodologia se orientou para o cumprimento dessas características.

A fase exploratória foi realizada com a recolha de dados secundários, qualitativos, através da revisão de literatura, visando adquirir conhecimento relativamente à Cultura em geral e à problemática da investigação, em particular. A revisão de literatura foi efetuada pela leitura de artigos científicos e capítulos de livros, documentos de entidades oficiais, nomeadamente da UNESCO, CCDR-Norte, Direção Geral do Património Cultural, autarquias da região, e demais que se consideraram pertinentes, para um aprofundamento dos tópicos que se enquadravam no objeto de estudo. Assim, a revisão de literatura assentou em 4 tópicos centrais para o desenvolvimento do trabalho que nos propomos realizar: (i) a cultura enquadrada na temática a investigar; (ii) o desenvolvimento e a sua relação com a cultura; (iii) os indicadores culturais; (iv) a caracterização do ADV, região escolhida para aplicação dos indicadores. Também foi realizada uma recolha de dados secundários, quantitativos, acedendo a dados estatísticos oficiais, nomeadamente, da Direção Geral do Património Cultural, do PORDATA, do INE, da UNESCO, da CCDR Norte, Fundação Calouste Gulbenkian e autarquias da região.

Numa primeira estância procurou-se estabelecer o objeto do estudo e a sua significância. Ultrapassado esse ponto procedeu-se à identificação dos indicadores culturais que melhor poderiam traduzir a realidade. A seguir, iniciou-se a construção dos instrumentos de recolha de dados, mediante adaptação da proposta metodológica da UNESCO atendendo ao contexto do presente estudo e, posteriormente, iniciou-se a recolha e registo de dados. Por fim, o material recolhido foi analisado e processado de modo a dar consistência a este projeto, culminando na redação e discussão dos resultados tendo como ponto de ligação o referencial teórico que suporta o estudo.

II.6. Técnicas de recolha, análise e tratamento de dados

Segundo Coutinho (2011, p. 99) “todo e qualquer plano de investigação, seja ele de cariz quantitativo, qualitativo ou multi-metodológico implica uma recolha de dados originais por parte do investigador”. Adicionalmente, Fortin (2009) sublinha a importância de recorrer a diversos instrumentos de recolha com vista à extração de dados reais que possam acrescentar integridade à investigação. Ainda segundo o mesmo autor, “a escolha do método de recolha dos dados depende do nível de investigação, do tipo do fenómeno ou de variável e dos instrumentos disponíveis”. Considerando as reflexões do autor conclui-se que optar pelo instrumento de recolha de dados mais adequado à realidade poderá ditar o sucesso das fases metodológicas que implicam a compreensão, exploração de um novo domínio, verificação das hipóteses e avaliação de um novo projeto.

De acordo com o sugerido por Godoy (1995b), o processo de análise não deveria ser considerado somente como a fase a seguir à recolha de dados, mas constante ao longo de toda a investigação provocando um confronto regular dos dados com as questões orientadoras do estudo o que permitiria um reajuste gradual e constante no âmbito da interpretação. Existe uma relação complexa entre a análise e as perguntas de investigação no sentido em que ambas se influenciam ao longo de toda a investigação. Com efeito, a análise consiste num processo que se desenvolve ao longo da investigação orientada pelas perguntas de investigação, na mesma medida em que pode ajudar a reformular essas mesmas perguntas. Segundo Bogdan e Bilken (1982) trata-se do processo de pesquisar e organizar sistematicamente as transcrições de entrevistas, notas de campo e outros materiais acumulados para aumentar a compreensão do autor relativamente a esses e permitindo divulgar a sua descoberta à restante comunidade.

II.6.1. Técnica de recolha: estudo de caso

No entendimento de Bogdan e Biklen (1982), o estudo de caso trata-se de um exame detalhado de uma configuração, ou um único objeto. Permite que o investigador se concentre num caso específico e, conseqüentemente identifique as várias dinâmicas mediante a observação, questionamento e estudo dos processos interativos em curso (Bell, 1993, p. 23).

O estudo de caso trata-se, portanto, de um método de investigação que se foca na análise aprofundada de uma unidade, que pode ser um individuo, ambiente, situação ou fenómeno cuja característica principal se centra no facto de estudar a unidade dentro do seu contexto (Yin, 2010). Podem ser escolhidos com base na singularidade ou, quando se trata de estudos de casos múltiplos, pela sua semelhança (Godoy, 1995b). Em ambos, o investigador pretende auferir a complexidade do fenómeno e relacioná-lo com o contexto da sua investigação.

Embora Stake (2016) considere diferentes tipos de estudos de caso, no âmbito do presente projeto importa ressaltar o estudo de caso instrumental, que ocorre quando o investigador tem de enfrentar um problema de investigação, uma perplexidade ou a compreensão de um fenómeno, pode sentir a necessidade de estudar um caso em particular para alcançar um conhecimento mais profundo. Para o autor, no âmbito do presente estudo, trata-se de um estudo de caso instrumental, pois visa adicionar um elemento a mais – o estudo de caso – ao conhecimento sobre uma temática particular. Godoy (1995b) considera que o investigador, deverá ter abertura a novas descobertas, novos elementos ou novas dimensões que possam surgir ao longo do estudo e, por isso, a escolha das fontes de informação adequadas é fundamental para a obtenção de dados. Adicionalmente, o investigador deverá estar preparado para transpor limites, procurar elementos e utilizar fazer uso de quaisquer ferramentas, em áreas de conhecimento que até então não haviam sido consideradas, reinventado a sua abordagem, sempre que necessário.

A principal razão que fundamentou a escolha desta metodologia, consistiu na premissa de que o universo é composto, por natureza, por vários micro contextos que fazem parte do contexto mais amplo. Para que melhor se compreenda o fenómeno será feita uma contextualização da região, nomeadamente, nas suas vertentes, cultural, social, económica e ambiental. Portanto, o estudo de caso incidiu sobre uma única região, neste caso a região classificada do ADV. A discussão final teve consideração as perguntas de investigação para analisar a capacidade de medir o desenvolvimento cultural com base na construção e aplicação de indicadores culturais.

Por sua vez, para o estudo de caso elegeu-se a região do ADV e pretende-se, mais especificamente, analisar o nível de desenvolvimento sustentável aplicando a metodologia

proposta pela UNESCO em estreito alinhamento com as Metas e Objetivos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta investigação tem por principal finalidade recolher eventuais contributos à elaboração de um projeto de implementação metodológica dos indicadores culturais para o desenvolvimento do ADV e, através da extração de dados, pretende-se formular recomendações que permitam melhorar a produção de futuros planos.

II.7. Descrição do contexto e da metodologia

A presente dissertação foi baseada na proposta da UNESCO mediante adaptação dos Indicadores Temáticos da Cultura para o Desenvolvimento Sustentável, de natureza qualitativa e quantitativa. Consiste num quadro de indicadores temáticos com objetivo de medir e monitorizar o progresso da contribuição eficiente da cultura para a implementação nacional e local dos Objetivos e Metas das Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta metodologia foi desenvolvida para facilitar a recolha de dados pelos diversos países e cidades com características díspares. De seguida, procedeu-se à delimitação espacial da região que seria alvo da análise e, seguidamente, à recolha de indicadores que abrangessem as quatro dimensões propostas, nomeadamente, ambiente e resiliência, prosperidade e qualidade de vida, conhecimentos e competências e, por último, inclusão e participação social. A recolha incidiu em fontes de pesquisa externa como as publicações estatísticas oficiais provenientes do Instituto Nacional de Estatística (INE), Pordata, tendo sido complementado, com diversos relatórios publicados pelas autarquias correspondentes ao universo em estudo. Simultaneamente, a informação estatística recolhida é tratada, sob o formato de tabelas, em folhas de cálculo Microsoft Office Excel, devidamente desagregados a nível espacial, pela Região ADV (NUTS III e município) e a nível temporal, de modo a facilitar a leitura coerente e comparável dos indicadores.

No que respeita à seleção de indicadores, como referido acima, tomou-se por base o conjunto de indicadores propostos pela UNESCO que, devido à limitação temporal e complexidade dos próprios indicadores, obrigou a triagem mais objetiva, tendo sido identificados um conjunto de 6 indicadores de relevância e disponibilidade temporal e geográfica compatível com o objetivo do estudo, de entre os 22 propostos. A seleção dos respetivos indicadores atendeu aos objetivos estrategicamente definidos pelo autor. Posteriormente, procedeu-se à recolha de dados, referentes aos indicadores selecionados.

Com base no mesmo modelo, a análise e tratamento de dados envolve a utilização de software de cálculo e análise estatística Microsoft Office Excel, com vista a trabalhar os indicadores à

escala municipal ou, não sendo possível, à escala da sub-região NUTS III - DOURO. Além disso, salienta-se a preocupação por uma análise temporal uniforme dos indicadores, que permita a comparabilidade e evolução dos diversos municípios considerados.

II.8. Interpretação dos resultados

A discussão final dos resultados terá em consideração as perguntas de investigação a partir das quais o investigador poderá formular a sua descrição do fenómeno trazendo alguma subjetividade ao estudo. A apresentação da informação que se configura nesta fase, contará com o auxílio de gráficos e/ou tabelas concebidas a partir da ferramenta Microsoft Office Excel.

Capítulo III

Estudo de Caso

Neste capítulo, pretende-se traçar, em linhas gerais, os aspetos principais da região em estudo que representa o estudo de caso desta investigação, elaborando o seu perfil, descrevendo a sua história e analisando as diferentes dinâmicas com base em dados estatísticos e bibliográficos disponíveis.

*“E fez-se o vinho, o vinho fez os homens
e os homens fizeram o Douro”*

A. Barreto (1993)

III.1. Alto Douro Vinhateiro

Este tópico foi estruturado com o intuito de obter conhecimento sobre a contextualização histórica da região do Alto Douro Vinhateiro, além dos seus atributos tangíveis e intangíveis, que contribuíram para que a 14 de dezembro de 2001 recebesse o selo da UNESCO, no seguimento da integração na Lista do Património Mundial da UNESCO que viria a conduzir à sua classificação como património da humanidade na categoria de paisagem cultural viva e evolutiva.

Tendo em conta que o presente projeto incide sobre uma região específica, considera-se pertinente dedicar uma fase da investigação à respetiva caracterização territorial do objeto em estudo. Para o efeito, a informação que a seguir se apresenta recai, essencialmente, sob os aspetos geográficos e socioeconómicos da região, assim como, as suas características culturais, entre outros que possam vir a ser considerados relevantes pelo investigador.

O objeto de estudo deste projeto, como referido anteriormente, é o Alto Douro Vinhateiro, região classificada, contemplando os seus 24.629 hectares de superfície, o que corresponde a cerca de 10% da área total da Região Demarcada do Douro (RRD), repartidos por 13 concelhos, tendo o rio Douro como eixo central.

A caracterização que a seguir se apresenta teve por base a consulta de documentos publicados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), nomeadamente “Candidatura do Alto Douro Vinhateiro” e “Valores fundamentais do Alto Douro Vinhateiro Património Mundial”.

III.2. Contexto histórico

A região duriense conta com uma história ancestral, cuja origem remonta à era da pré-história, comprovada pela presença de arte rupestre em algumas áreas da região que dita o início do seu povoamento. Estes vestígios arqueológicos são ilustrativos do forte enraizamento histórico da região que viria a fundamenta a sua candidatura a Património Mundial. Não obstante, é durante o período românico que se verifica a redefinição do Vale do Douro no âmbito da ocupação do território e das atividades económicas, nomeadamente, através da introdução das culturas da vinha, oliveira e cereais, cultura marcadamente mediterrânea. A ocupação românica, detentora de uma enorme simbiose cultural, marca o início da reconfiguração da região mediante o reaproveitamento de fontes de água termal, edificação de pontes, unificação de populações e, sobretudo, através do início do cultivo da vinha e fabrico do vinho.

Durante a Idade Média, o vale do Douro cai sob o domínio dos suevos, visigodos e muçulmanos, influências que naturalmente, também, traduzem a imensa diversidade cultural presente na região e no povo. O conjunto de todas estas interferências, conferem à região e ao povo duriense uma vasta riqueza, assim como, uma forte identidade cultural.

Detentora de uma vasta riqueza patrimonial e cultural, nomeadamente, no que diz respeito ao património imaterial alicerçado à arte do saber-fazer, no âmbito de classificação nacional são, somente, considerados os bens culturais imóveis. O ADV conta com um total de 255 bens imóveis classificados, dos quais 207 correspondem a bens imóveis de interesse público, 28 são monumentos nacionais e 20 correspondem a bens imóveis de interesse municipal. Através da visualização da tabela que se segue, constata-se que Vila Real é o município com maior número de bens classificados, sobretudo na categoria de bens imóveis de interesse público, seguindo-se Lamego e Peso da Régua. Por outro lado, São João da Pesqueira é o município que apresenta o menor número de bens classificados.

Tabela 7 - Número de bens imóveis culturais classificados no ADV, em 2021. Fonte: INE.

	Total	Monumentos nacionais	Imóveis de interesse público	Imóveis de interesse municipal
ADV	255	28	207	20
Alijó	14	1	12	1
Armamar	11	1	10	0
Carraceda de Ansiães	14	5	9	0
Lamego	32	4	26	2
Mesão Frio	10	0	10	0
Peso da Régua	27	1	24	2
Sabrosa	24	0	24	0
Santa Marta de Penaguião	14	0	14	0
São João da Pesqueira	6	1	4	1
Tabuaço	20	1	14	5
Torre de Moncorvo	18	3	13	2
Vila Nova de Foz Côa	22	5	15	2
Vila Real	43	6	32	5

III.3. Enquadramento geográfico e socioeconómico

O ADV é uma região localizada no território continental português, inserida na região estatística NUTII – Norte. Considera-se pertinente referir que, embora em termos geográficos esteja inserida na sub-região correspondente à sub-região estatística NUTIII – Douro, o ADV não cobre toda a sua dimensão. Para o efeito, dos 19 municípios que integram a totalidade da região, somente 13 integram o ADV no contexto da classificação (ver figura 6).

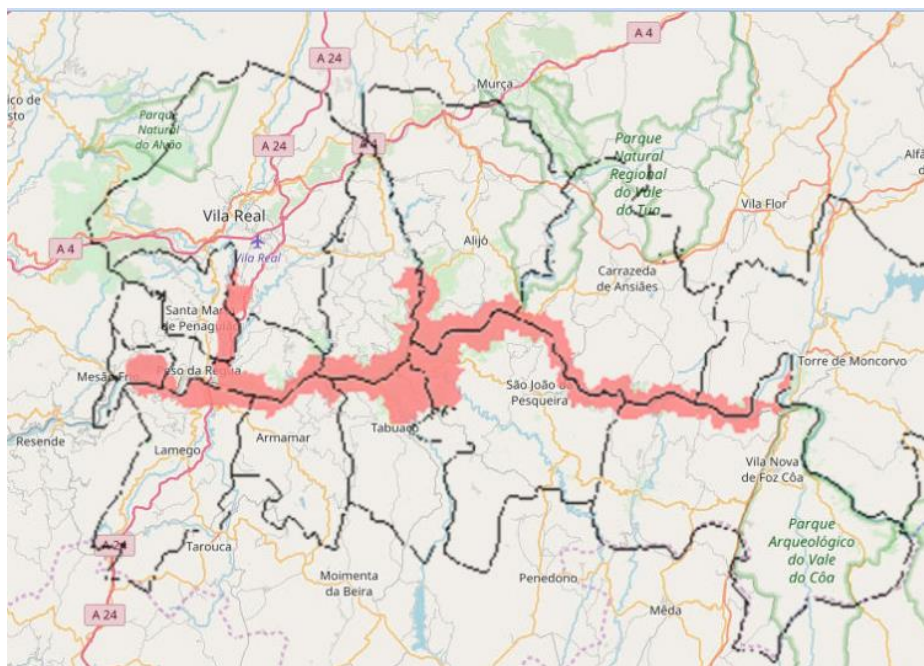


Figura 5 - Mapa dos limites geográficos do Alto Douro Vinhateiro. Fonte: Aguiar et al. 2001.

Em termos populacionais, conforme se pode apurar na Tabela 8, de acordo com os censos de 2021, o ADV contava com um total de 150.211 mil residentes distribuídos por 2.915km², em torno de 80% da população total da sub-região estatística do Douro, sendo o sexo feminino o que apresenta maior representatividade, cerca de 53%. No que diz respeito à área da superfície, contata-se, através da visualização da Tabela 9 que a o ADV ocupa 72% da superfície total da região do Douro.

Tabela 8 - População residente no ADV em 2021. Fonte: INE.

	HM	H	M
Douro	183875	87368	96507
ADV	150211	71247	78964
Alijó	10486	5116	5370
Armamar	5678	2670	3008
Carrazeda de Ansiães	5490	2633	2857
Lamego	24312	11493	12819
Mesão Frio	3547	1655	1892
Peso da Régua	14540	6833	7707
Sabrosa	5548	2661	2887
Santa Marta de Penaguião	6100	2898	3202
São João da Pesqueira	6775	3321	3454
Tabuaço	5034	2375	2659
Torre de Moncorvo	6826	3224	3602
Vila Nova de Foz Côa	6304	2992	3312
Vila Real	49571	23376	26195

Tabela 9 - Área e densidade populacional, 2021. Fonte: INE.

	Área	Densidade populacional
	km ²	N.º/km ²
DOURO	4031,58	45,6
ADV	2915,69	51,5
Alijó	297,60	35
Armamar	117,24	48,3
Carrazeda de Ansiães	279,24	19,6
Lamego	165,42	146,6
Mesão Frio	26,65	132,7
Peso da Régua	94,86	152,6
Sabrosa	156,92	35,4
Santa Marta de Penaguião	69,28	87,8
São João da Pesqueira	266,11	25,4
Tabuaço	133,86	37,8
Torre de Moncorvo	531,56	12,8
Vila Nova de Foz Côa	398,15	15,8
Vila Real	378,80	130,9

III.4. A evolução da viticultura

Os primeiros vestígios do cultivo de vinha na região ADV remontam ao período da ocupação romana. Durante o séc. XII verificou-se um desenvolvimento na viticultura, expandindo-se entre os séculos XIII e XIV, época em que se dá início à comercialização e exportação dos primeiros vinhos. As melhorias verificadas na qualidade do vinho, durante a idade média deve-se, em parte, à fixação e ao trabalho desenvolvido pelas ordens religiosas, nomeadamente, a ordem monástica de Cister.

A Idade Média ficou marcada pela fixação e crescimento das ordens religiosas na região, que investiram em grandes explorações vitícolas nas zonas que mais as beneficiariam, dando surgimento a quintas, algumas das quais ainda hoje existem. Paralelamente, desenvolve-se o tráfego de produtos da região para o Porto, através do rio, tornando-se um importante entreposto de comercialização e distribuição de produtos do Douro, sobretudo, os vinhos, abrindo o Douro às principais rotas mercantis europeias. Neste contexto, os vinhos produzidos no Douro começam a ser exportados para vários países europeus, beneficiando, por um lado, dos conflitos bélicos que impediam o abastecimento noutras regiões vitícolas europeias e, por outro lado, da instalação no Porto de entidades flamengas, holandesas e inglesas, transformando o Douro na principal área vitícola exportadora de Portugal, no final do séc. XVII. O tratado de Methuen, veio reforçar em 1703, as trocas comerciais entre Portugal e Grã-Bretanha e, conseqüentemente, a relação-luso-inglesa, em parte devido à concessão de direitos preferenciais aos vinhos portugueses. Os vinhos generosos do Douro tornaram-se dependentes do mercado inglês, ao longo do séc. XVIII.

Em 1756, o Estado Português institui a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em sequência da degradação da qualidade dos vinhos e dos preços, sendo que a sua principal função consistia em determinar a quantidade de vinho de embarque que cada produtor podia vender, fiscalizar através mediante emissão de guias de transporte e possuía o monopólio do comércio dos restantes vinhos, assim como da produção e do comércio de aguardente. No âmbito da criação da Companhia, Marquês de Pombal, procede à primeira delimitação e regulamentação da RDD.

Simultaneamente à demarcação da região vinícola também se estabelece um cadastro com a distinção das áreas segundo as suas potencialidades e especificando para cada propriedade a sua capacidade de produção. As sucessivas delimitações da Região Demarcada conduzem ao aumento da área, dos iniciais 40 mil hectares para 250 mil, em virtude da evolução técnica nos domínios da produção, dos transportes e comercialização, sem nunca descurar a forte identidade

característica do território duriense, nomeadamente, pelo seu reconhecido valor enquanto a “região do vinho de Porto”, configurando-lhe, desde o século XVIII, características económicas e culturais específicas. Após vários anos com altos e baixos a Companhia acaba por perder definitivamente os seus poderes mediante a ineficácia da sua ação.

O século XIX é marcado por uma crise profunda provocada pelas diversas pragas de míldio, oídio e filoxera, que conduziram à destruição de quase todas as vinhas, deixando o Douro numa enorme crise social. A devastação dos vinhedos, conduziram à diminuição da produção, exportações e, conseqüentemente, dos rendimentos. Esta conjuntura provocou alterações profundas na reestruturação fundiária no final do século, emergindo uma nova classe empresarial vitícola, novos sistemas de plantação da vinha, inovações biológicas, químicas, mecânicas e profissões especializadas. O aparecimento de doenças fitossanitárias, como o oídio e a filoxera, tiveram um efeito avassalador, condicionando a organização do território do Douro. Contudo, foi a filoxera que mais contribuiu para a transformação da paisagem e socioeconómica devido às enormes perdas que os viticultores verificaram, obrigando-os a vender ou a abandonar as suas propriedades, vindo dar origem aos mortórios e introdução de novas técnicas, destacando-se a utilização de videiras americanas plantadas no solo e enxertadas com as castas indígenas.

A Grande Depressão dos anos 30 voltou a conduzir a região a uma nova crise que provocou a descida dos preços e acumulação de excedentes, sendo necessário apelar à intervenção do Estado, o que resultou na criação da Casa do Douro na qual todos os agricultores estavam obrigados a pertencer. Estabeleceram-se limites à produção do vinho do Porto, garantiu-se o escoamento dos vinhos, fixação de preços mínimos, controlo dos preços, fornecimento de aguardente e cadastro de todas as vinhas de região demarcada. O Instituto do Vinho do Porto é criado em 1933, cuja missão passa por arbitrar as relações entre as instituições sectoriais, fiscalizar, garantir a qualidade e promover a denominação de origem.

A partir dos anos 50 começam a surgir cooperativas, com objetivo de diminuir custos de vinificação e, em simultâneo, criar capacidade de armazenagem, possibilitando absorver os excedentes de anos de grande produção para os libertar em anos de carência conseguindo, assim, regular o mercado. O Entrepasto do Douro, é criado em 1977, mas é somente 20 anos depois que começa a assumir um papel relevante na expedição e exportação do vinho do Porto, com importantes efeitos no desenvolvimento regional.

III.5. Classificação da região

A inscrição de um bem patrimonial na Lista do Património Mundial da UNESCO, implica que instantaneamente, esse bem seja protegido pela legislação portuguesa, adquirindo de forma imediata o estatuto de Monumento Nacional, sob tutela do Ministério da Cultura sendo que as bases da política e do sistema de proteção e promoção do património cultural são estabelecidas ao abrigo da Lei n.º 107/01, de 8 de setembro. À escala territorial, os municípios asseguram a aplicação dos regulamentos municipais com diretrizes específicas no âmbito da proteção e promoção. No caso específico do Alto Douro Vinhateiro, as normas orientadoras fundamentais para a preservação e salvaguarda da paisagem classificada são estabelecidas pelo Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território, agregando os treze municípios inscritos.

No âmbito das componentes únicas e identitárias da região, conseguidas pela harmonia entre a natureza e o trabalho do Homem, levam à sua inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, a 14 de dezembro de 2001, na categoria de Paisagem Cultural Evolutiva Viva, enfatizando esta cultura ancestral coletiva associada à cultura da vinha e do vinho, fundamentada de acordo com os seguintes critérios: (iii) o ADV produz vinho desde há cerca de dois mil anos e a sua paisagem foi moldada pelas atividades humanas; (iv) as componentes da paisagem do ADV são representativas do completo leque de atividades associadas à produção vitivinícola (socialcos, quintas, aglomerados, capelas e vias de comunicação); (v) a paisagem cultural do ADV constitui um excepcional exemplo de uma região vitivinícola tradicional europeia, refletindo a evolução desta atividade humana através do tempo. As características biofísicas deste território, alicerçadas ao seu património histórico, cultural e natural, com toda a sua biodiversidade, conferem ao ADV Valor Universal Excepcional.

O território acarreta uma dupla dimensão natural e cultural, na perspetiva de que é o resultado da combinação entre a ação humana e as condições naturais. O ADV apresenta um vasto património cultural que pode contribuir à promoção de um desenvolvimento mais sustentável, melhorando a vida da população local e, conseqüentemente, conduzindo ao seu bem-estar geral e felicidade.

O ADV é uma região centrada na cultura da vinha, com uma paisagem ilustrativa de diversos períodos da história humana e da evolução tecnológica, transformando-a no testemunho de uma civilização que continua viva pelo esforço gigantesco de gerações de viticultores que, ao longo de séculos, se dedicaram à cultura da vinha em condições ambientais e físicas extremas.

A cultura do ADV é percebida não só através das características enquanto paisagem vinícola, mas também, através de todo o seu património material e imaterial, incluindo as crenças,

tradições, modo de vida, etc. Esta paisagem é o reflexo da atividade humana ao longo dos séculos, uma obra criada e moldada pelo Homem que lhe confere o carácter evolutivo e vivo, no âmbito do qual foi classificada. A presença de várias ordens religiosas na região, teve um papel muito importante na dinamização, não só, da vitivinicultura e comercialização de vinhos do Douro, mas também, na riqueza de património monumental construído (igrejas, conventos, ermidas e mosteiros), principalmente nos concelhos de Lamego, Tabuaço e Tarouca. De ressaltar ainda as festas, romarias e outros festejos religiosos realizados ao longo de todo o ano, os ranchos folclóricos, as danças e cantares, os trajes variados e os utensílios de aparência, pois são elementos simbólicos da tradição e de saber. Do ponto de vista do património natural, manifesta-se nos elementos minerais, flora, fauna e paisagem.

III.5.1. Proteção do património classificado

A Região do Alto Douro Vinhateiro foi classificada a 14 de dezembro de 2001, abrange 13 municípios – ou 19 tendo em consideração a zona tampão – com mais de 24 mil hectares, na sua maioria ocupados com cultivo da vinha para produção de vinhos do Porto e vinhos DOC Douro, mas também outras culturas como a oliveira e amendoeira, de carácter mediterrâneo. A área abrangida pelo ADV corresponde a cerca de um décimo do total da Região Demarcada do Douro (RRD), sendo um dos 15 sítios nacionais Património da Humanidade. Embora se considere para efeitos da ADV somente uma reduzida área da demarcação pombalina, esta corresponde à mancha mais representativa da RRD.

Tendo em vista a conservação e proteção desse conhecimento e arte que deriva das primeiras técnicas e instrumentos utilizados durante este período, são unidos esforços por instâncias internacionais e organismos nacionais na criação de políticas com vista à preservação das características identitárias do Douro.

Com o intuito de proteger o bem classificado e de garantir a manutenção das condições que lhe conferem o valor excecional, o estado português comprometeu-se a elaborar o Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV). Posteriormente, no âmbito da avaliação sobre o estado de conservação do bem, estabeleceu-se o Sistema de Gestão do Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade, que determina como missão da CCDR-N, proteger, conservar e valorizar, divulgar e promover a paisagem Cultural Evolutiva e Viva do Alto Douro Vinhateiro, dando origem ao Gabinete Técnico Missão Douro que, por sua vez, presta apoio técnico e auxilia na gestão do bem.

Capítulo IV

Análise e Interpretação dos Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados que a investigação produziu. Perspetivando-se complementar a teoria com o conhecimento empírico, é intenção do investigador apresentar os dados recolhidos, discuti-los e interpretá-los à luz dos pressupostos teóricos que foram enunciados no capítulo segundo, tendo em conta os objetivos definidos para o presente estudo.

Tendo em consideração a estruturação dos índices e indicadores, discutida anteriormente, procedeu-se à análise e interpretação das variáveis em estudo, com o auxílio de gráficos e tabelas.

IV.1. Nota introdutória

Esta investigação partiu do princípio de que a cultura pode beneficiar o desenvolvimento sustentável de determinado território, tendo em consideração as necessidades basilares da comunidade com vista a garantir o seu bem-estar e felicidade. Esse desenvolvimento pode ser mensurado com base na aplicação de indicadores culturais e respetiva análise dos dados que esses produzem que, por sua vez, podem contribuir para o diagnóstico da situação real em que o território se encontra e, mediante o planeamento de ações, melhorar essa mesma realidade.

Neste capítulo objetiva-se apresentar uma proposta de marco conceitual e de indicadores culturais que possam contribuir para futuras ações no campo do desenvolvimento sustentável da Região ADV.

A aplicação dos indicadores culturais pretendeu responder ao objetivo geral da investigação, ao terceiro e quarto objetivos específicos e ainda verificar as hipóteses de estudo, como seguem:

- H1 - A proteção do património cultural e natural através de uma gestão sustentável e inclusão do conhecimento tradicional contribuem para a criação de lugares mais sustentáveis;
- H2 - O desenvolvimento económico local pode ser alcançado mediante contributo do sector cultural e criativo;
- H3 - As autoridades e instituições públicas são capazes de promover o empoderamento cultural através de políticas educacionais eficazes;
- H4 - As práticas culturais, os sítios, os elementos e as expressões culturais transmitem valores e competências conduzindo à construção da coesão social, bem como na promoção da inclusão e da participação.

O território onde os indicadores foram aplicados é o ADV, procedendo-se à sua caracterização no capítulo anterior, por apresentarem características culturais específicas de valor universal excecional.

IV.2. Análise e interpretação dos indicadores culturais

Atendendo à complexidade da metodologia e as limitações temporais a que a presente pesquisa está sujeita, será feita uma seleção de alguns indicadores que se considerem mais adequados considerando a disponibilidade e existência de informação, assim como, a facilidade na sua recolha.

Os indicadores selecionados e que servirão à análise que a seguir se apresenta são: “Despesa em cultura”, “Equipamentos culturais”, “Financiamento público da cultura”, “Educação multilingue”, “Formação cultural” e “Acesso à cultura”. Na figura seguinte apresenta-se graficamente os indicadores selecionados.

Figura 8 - Síntese dos indicadores culturais selecionados.



Figura 6 - Síntese dos indicadores culturais selecionados. Elaboração própria.

IV.2.1. Análise da dimensão “Ambiente e resiliência”

IV.2.1.1. Indicador “Despesa em Património”

No âmbito desta dimensão pretende-se efetuar uma análise com base no indicador à despesa per capita, pública e privada, dedicada à preservação, proteção e conservação do conjunto de património cultural e natural, repartido por tipo de património (cultural, natural e misto), nível de governo, tipo de gastos e tipo de financiamento privado. Este indicador ilustra como a ação das entidades públicas, ao nível local, nacional e internacional, destinadas a proteger e salvaguardar o património cultural e natural tem repercute diretamente na proteção do património e maior sustentabilidades dos territórios.

A correta análise deste indicador, como prevê a metodologia proposta pela UNESCO, tem em conta a despesa total na preservação, proteção e conservação do património cultural e natural, a soma da despesa pública para a preservação, proteção e conservação do património cultural e natural e a soma da despesa total privada para a preservação, proteção e conservação do património cultural e natural.

Antevê-se que uma das maiores dificuldades em calcular este indicador deve-se ao facto de não haver uma clara distinção entre as atividades culturais, naturais e de outros tipos, as transações financeiras podem ser contabilizadas várias vezes em diferentes níveis da administração pública e, por último, este indicador aborda somente os investimentos monetários, excluindo regulamentos nacionais ou políticas nacionais/locais para a preservação, proteção e conservação do património cultural e/ou natural.

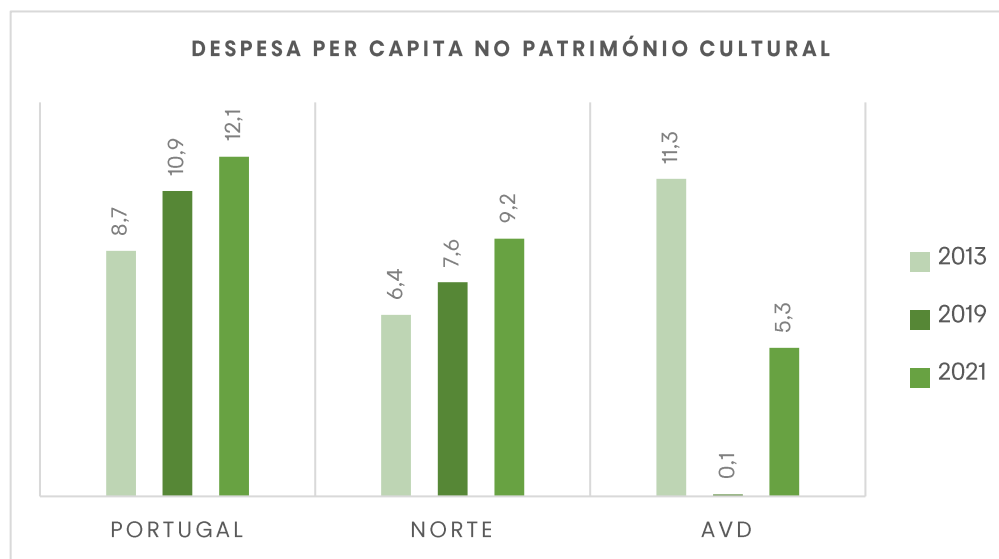
A análise desta dimensão foi efetuada com base no subtema “Despesa em Património”. Para o efeito foram recolhidos dados estatísticos em plataformas digitais de bases estatísticas, nomeadamente, PORDATA e INE. A procura incidiu sobre a despesa, pública e privada, para a salvaguarda do património cultural e natural, contemplando-se a divisão entre os diferentes tipos de património, à escala municipal, regional e nacional.

Embora, tenha sido possível a recolha de informação, nem todos os dados foram passíveis de ser analisados, tais como, o financiamento privado do património na forma de doações em espécie, sector privado sem fins lucrativos ou patrocínios devido à indisponibilidade de informação. A credibilidade da informação que aqui se apresenta poderá ser contestável, na medida em que os dados apresentados pelos municípios poderão ter sido canalizados para diferentes usos que não estejam inteiramente relacionados com a salvaguarda do património. Também não foi possível cumprir com o período que se havia estipulado, uma vez que não existe informação relativa ao ano de 2001. Para o efeito, numa tentativa de favorecer a comparação de dados, a análise que se

segue será feita com base em informação dos anos 2013, 2019 e 2021. A razão que motivou a escolha destes anos, prendeu-se, não só, pela facilidade na recolha de informação e existência de dados, mas também porque, atendendo ao propósito desta dissertação, pretende-se efetuar uma análise comparativa de forma a compreender a evolução que a região do ADV registou após a classificação como património da Humanidade. Para o efeito, considerou-se pertinente a escolha de um ano que mais se aproximasse à data da classificação, tendo-se optado pelo ano de 2013, devido à disponibilidade de dados, o ano 2021 para tornar possível uma análise com dados mais atuais. A análise irá contemplar o ano de 2019, numa tentativa de compreender os efeitos que a pandemia provocou no sector cultural.

O Gráfico 1 deixa claro o gradual desinvestimento público na cultura da ADV na última década em comparação com os valores registados a nível nacional e região Norte. No âmbito geográfico em análise, o ADV é o único a apresentar uma queda no investimento público no que respeita ao seu património cultural e natural. Ao nível do ADV é possível ainda verificar que o ano de 2019 registou uma queda abrupta na despesa em património cultural, podendo ser justificado por um conjunto de fatores, nomeadamente, a insegurança causada pela crise pandémica que se instalava, realização das eleições legislativas, ambos obrigando à canalização das verbas para outras atividades e, até mesmo, pelo agravamento no processo de despovoamento do território e redução do número de óbitos.

Gráfico 1 - Despesa em património cultural, per capita. Elaboração própria.

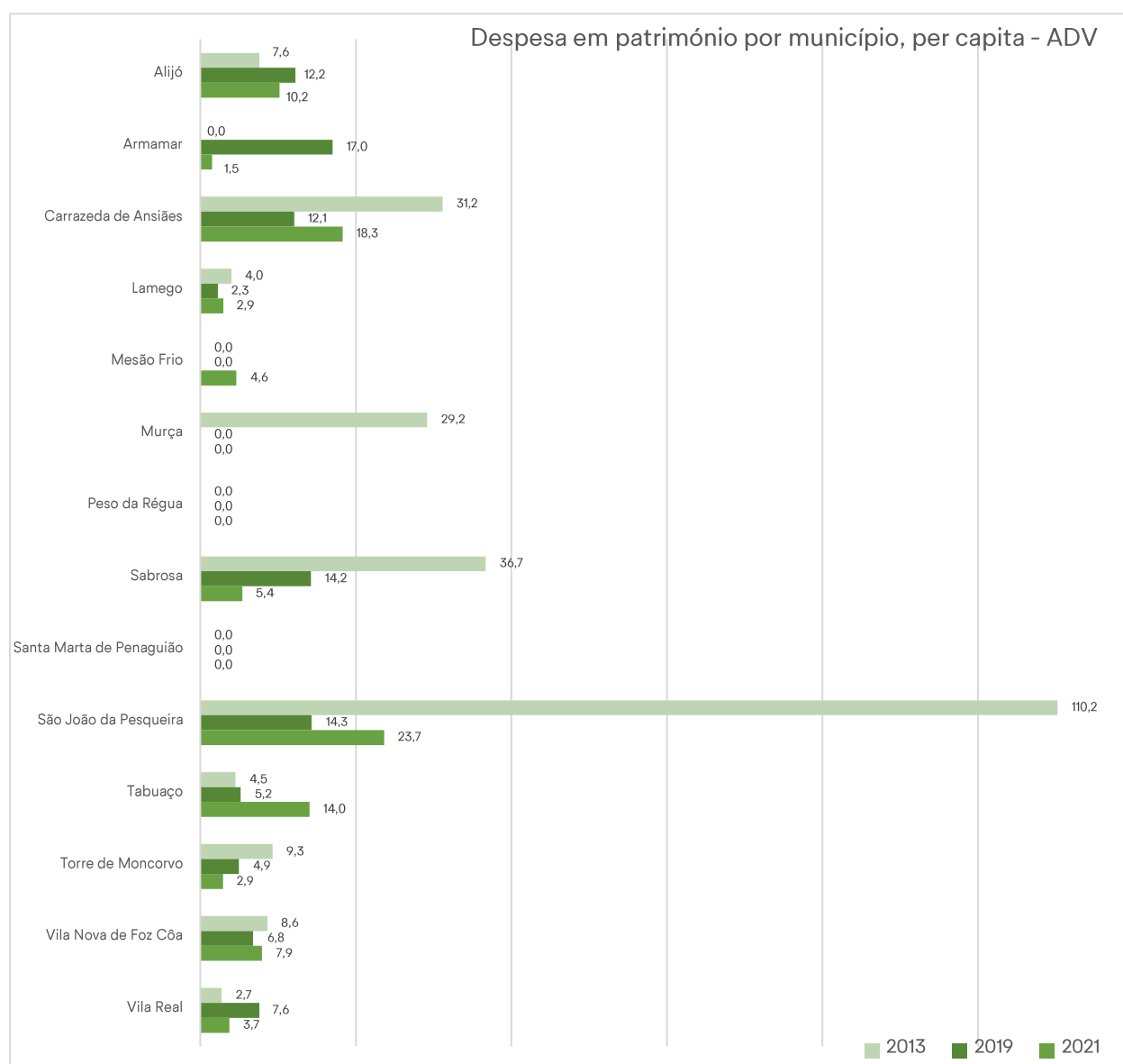


Relativamente aos dados apresentados pelo gráfico que se segue, é evidente que o município de São João da Pesqueira foi o que maior despesa per capita registou no ano de 2013, seguindo-se

Sabrosa, Carrazeda de Ansiães e Murça. No ano de 2021, o mesmo município voltou a registar o maior valor no mesmo tipo de despesa. De salientar, a falta de dados relativamente aos municípios de Mesão Frio, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, demonstrando uma alegada inexistência de ações no âmbito da proteção do seu património cultural.

Pese embora a forte pressão que a conjuntura social e política anteriormente mencionada exerceu sob os organismos públicos, é de salientar o esforço de Alijó, Armamar, Torre de Moncorvo e Vila Real que, ainda assim, foram capazes de direcionar esforços na proteção e salvaguarda do seu património cultural, no ano de 2019.

Gráfico 2 - Despesa em património por município, per capita. Elaboração própria.



A partir da visualização dos gráficos 3 e 4, depreende-se com facilidade que grande parte da despesa municipal no âmbito da proteção do património é direcionada para os museus. No ano de 2021 não existe referência a gastos relativamente ao PI, sendo que no ano 2013, no mesmo património registou-se uma despesa de 3%, revelando uma atitude negligente perante este bem tão valioso e peculiar, estruturante da identidade e da memória coletiva na região do ADV. Estamos perante uma situação que, a ser decorrente, poderá comprometer a sua transmissão às gerações sucessoras, caso continue a ser alvo de desvalorização nas políticas e ações dos órgãos e entidades competentes pela sua preservação.

Verificou-se, por outro lado, um aumento da despesa no património classificado como “Monumentos, centros históricos, sítios protegidos”, que em 2013 representava cerca de 3% da despesa total, passando para 10% em 2021. Por outro lado, o património classificado como “Sítios Arqueológicos” sofreu uma redução em torno dos 50%.

Gráfico 3 - Distribuição da despesa por tipo de património no ADV: 2013. Elaboração própria.

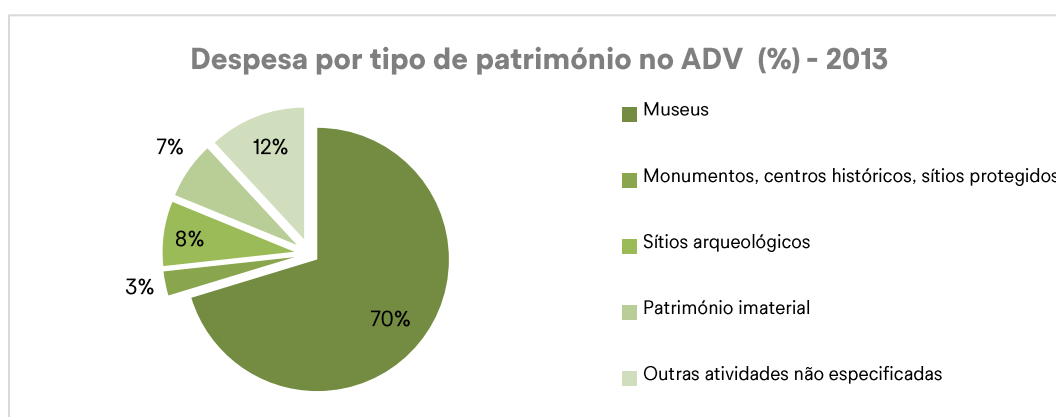
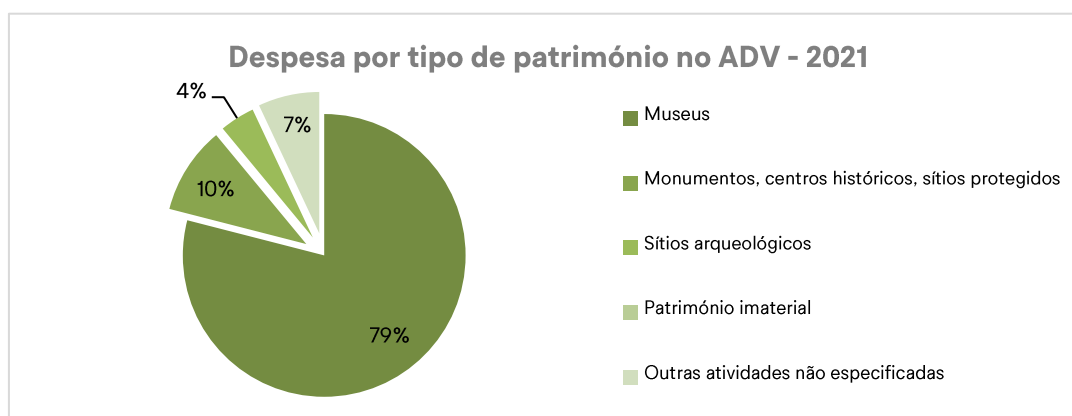


Gráfico 4 - Distribuição da despesa por tipo de património no ADV: 2021. Elaboração própria.



As seguintes representações (gráficos 5 e 6) indicam o valor gasto no património cultural e natural pelos municípios do ADV, fornecendo uma clara ideia da queda gradual em termos de investimento que o património tem verificado ao longo dos anos no âmbito da sua proteção. No gráfico 6, foi feita uma comparação da despesa percentual do ADV em comparação com o total nacional. Analisando a informação obtida, constata-se que em 2013, a despesa do ADV correspondeu a cerca de 2% do total nacional, enquanto em 2021 ficou abaixo de 1%.

Gráfico 5 - Evolução da despesa no património do ADV nos anos 2013, 2019 e 2021 (€). Elaboração própria.

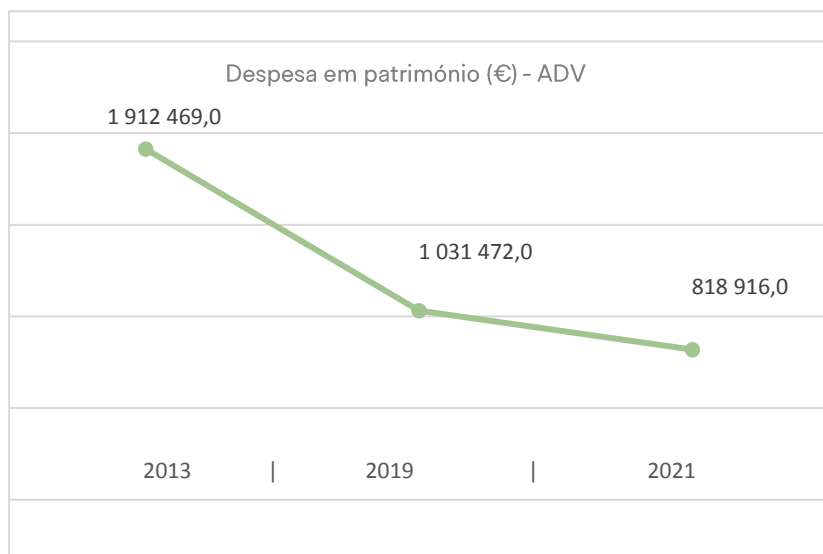
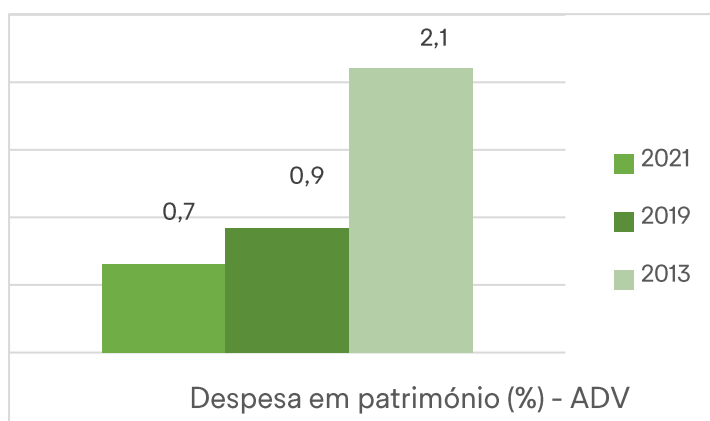


Gráfico 6 - Percentagem da despesa em património do ADV me comparação com a despesa nacional em património. Elaboração própria.

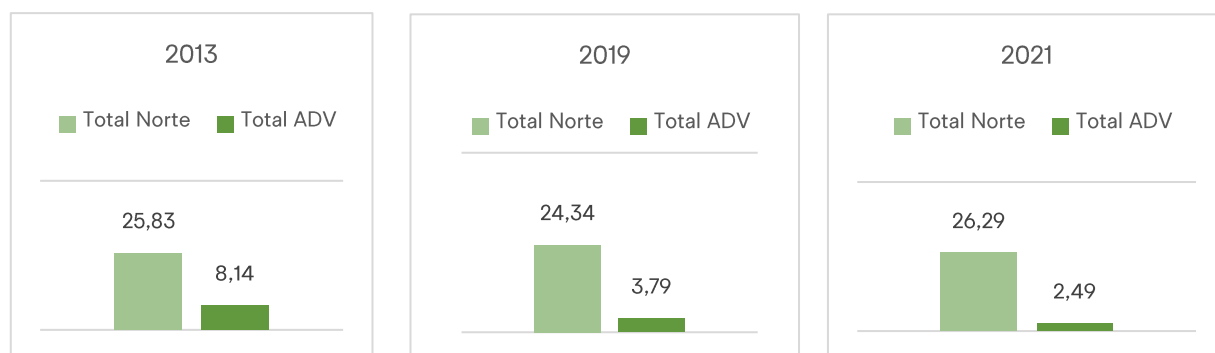


Os dados apresentados no gráfico 16 evidencia a ineficácia das estratégias municipais no que diz respeito à proteção e valorização do seu património cultural, mediante a visível redução no financiamento dessa ao longo dos últimos anos.

Para finalizar a análise da presente dimensão, a apresentação gráfica seguinte apresenta a percentagem da despesa em património das regiões Norte e ADV em relação ao total nacional. Consta-se que não existe variação muito significativa em relação à despesa em património da região Norte em relação à despesa nacional no mesmo setor. Analisando os mesmos dados relativamente à região do ADV em relação à região Norte, verificou-se uma descida bastante expressiva entre os anos 2013 e 2019, tendo havido, ainda, uma descida de mais de 1 ponto percentual entre 2019 e 2021.

Gráfico 7 – Percentagem da despesa em património na Região Norte e ADV, no total nacional. Elaboração própria.

Despesa em património (%) – ADV e Norte



A partir da análise anterior pode-se concluir que tem existido no ADV, ao longo da última década, um decréscimo no investimento por parte do setor público com vista à proteção do património cultural e natural, podendo colocar em risco, a longo-prazo, a existência do mesmo, a sua transmissão a gerações futuras e a própria disponibilidade para utilização da atual comunidade. O património cultural e natural, como fora já mencionado, é um importante veículo de desenvolvimento sustentável de um território e elemento de diferenciação de uma comunidade pelo que a aposta na sua proteção deve ser tida em conta por parte dos agentes locais.

Apesar de se considerar que, para que a análise produza resultados confiáveis, se deve incluir outros parâmetros e dimensões, de forma a se comprovar se estão alinhados aos objetivos e metas da Agenda 2030, a análise do indicador “Despesa em património” deixou claro que é

imperativo uma mudança na forma como se pensa o património e na forma como este é integrado nas políticas e ações públicas e privadas atendendo à sua enorme capacidade de gerar desenvolvimento sustentável. É evidente a incipiência das políticas culturais, havendo necessidade de um maior investimento público para que a cultura seja efetivamente protegida, assegurando-se a sua continuidade e disponibilidade e dando-se, assim, cumprimento ao direito constitucional de acesso à cultura.

IV.2.1.2. Indicador “Equipamentos culturais”

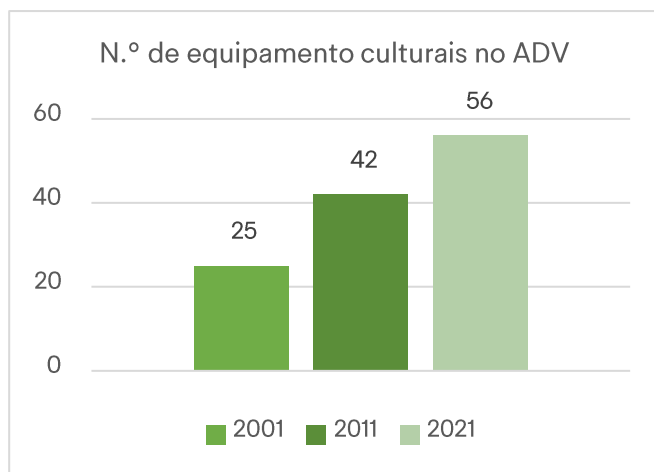
Ainda no âmbito da mesma dimensão na qual, como fora já referido, prevê-se avaliar a contribuição da cultura, para a sustentabilidade e assentamento humano, a partir de uma abordagem ao património material, imaterial e natural, será feita uma análise com base no subtema “Equipamentos culturais”.

Este indicador tem como objetivo avaliar a diversidade dos equipamentos culturais e a sua distribuição numa perspetiva territorial. Este indicador permite identificar as zonas culturais em relação à população, transporte, administração e centros económicos, objetivando avaliar a forma como os equipamentos culturais se integram na paisagem e a sua capacidade de criar um ambiente propício à participação das comunidades em eventos e práticas para a emancipação dos profissionais e empresas culturais. Permite, ainda, efetuar uma avaliação espacial das áreas mais abastecidas ou com maior necessidade de equipamentos culturais.

Os dados para a análise foram recolhidos em plataformas de estatísticas digitais, nomeadamente, PORDATA. A procura de informação incidiu sobre existências de equipamentos culturais disponíveis para utilização da comunidade local, tais como, museus, galerias, cinema, espaços culturais e recreativos, etc. A análise terá em consideração, a quantidade disponível para usufruto da comunidade, capacidade de carga, rendimento económico, entre demais informação que vier a ser considerada relevante para a análise. Pretende-se também estabelecer uma relação entre o número e o sexo dos visitantes, de forma a compreender se existe alguma ligação no âmbito da perspetiva de género.

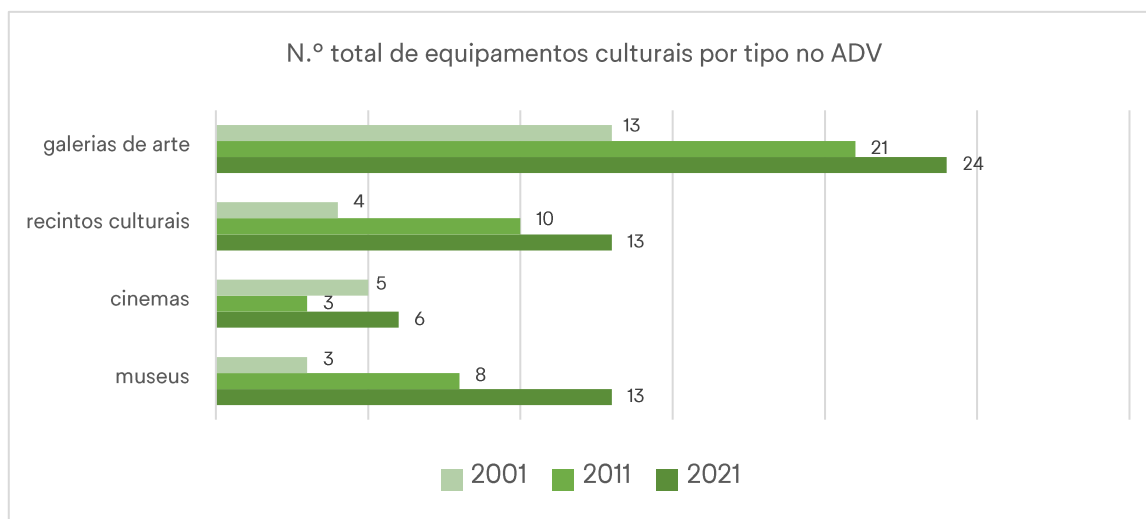
Com base na informação apresentada no gráfico seguinte, é possível verificar o aumento gradual e no número de equipamentos culturais no ADV, passando dos 25 no ano de 2001 para os 56 no ano em análise mais recente.

Gráfico 8 – N.º total de equipamentos culturais no ADV. Elaboração própria.



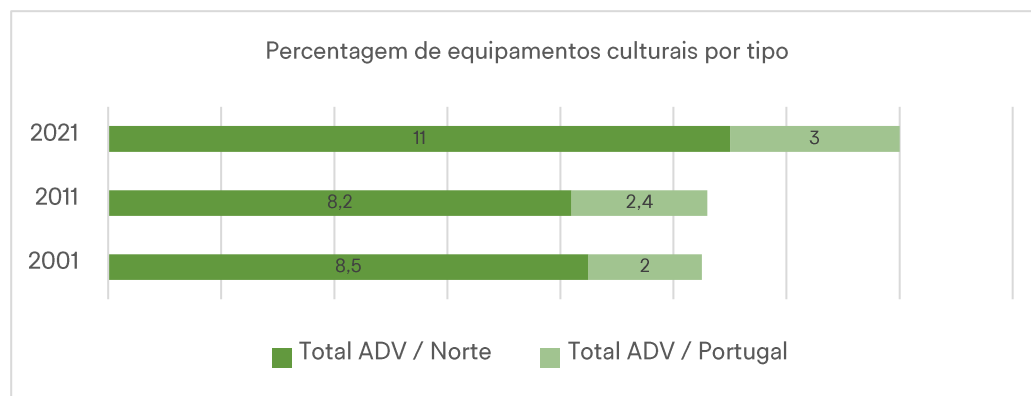
Adicionalmente, no gráfico 9 apresenta-se o número total de equipamentos culturais por tipo, podendo-se inferir que as galerias são o tipo de equipamento que registou maior crescimento nos três anos em análise. Relativamente aos cinemas, é possível verificar um decréscimo no ano 2011 tendo voltando a aumentar no ano 2021, contudo, ficou aquém dos resultados obtidos por outro tipo de equipamentos.

Gráfico 9 – Total de equipamentos culturais por tipo e ano no ADV. Elaboração própria.



Em termos comparativos com a região Norte e Portugal, através do seguinte gráfico é possível verificar que os equipamentos culturais representavam cerca de 11% dos bens totais na região Norte e cerca de 3% relativamente ao total nacional.

Gráfico 10 - Total de equipamentos culturais por tipo e ano no ADV (%). Elaboração própria.



Através dos seguintes gráficos é possível efetuar uma comparação relativamente à evolução dos equipamentos culturais por municípios nos anos 2001 e 2021. Todos os municípios têm registo de equipamentos culturais no ano de 2021, ao contrário do que acontecera no ano 2001 em que alguns municípios não apresentam qualquer registo, nomeadamente, Armamar, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião. Importa ressaltar a evolução do município de Sabrosa que, embora não apresente nenhum equipamento cultural no ano de 2001, no seguinte ano em análise é possível verificar-se a existência de museus, recintos culturais e galerias. Por sua vez, São João da Pesqueira, nos 20 anos que separa esta análise, perde o cinema e ganha museus e galerias.

Gráfico 11 – Número total de equipamentos culturais no ADV em 2001, por tipo. Elaboração própria.

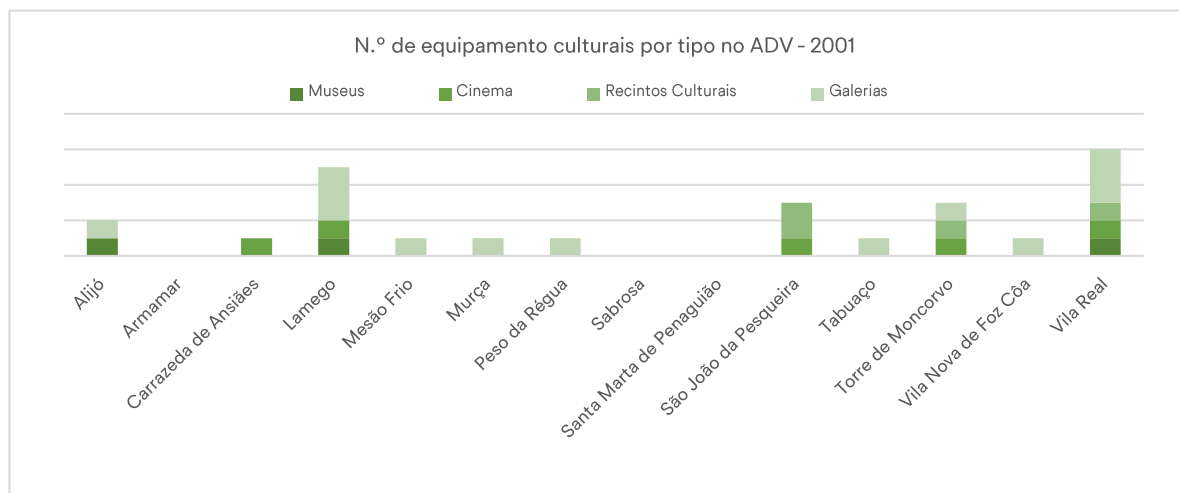
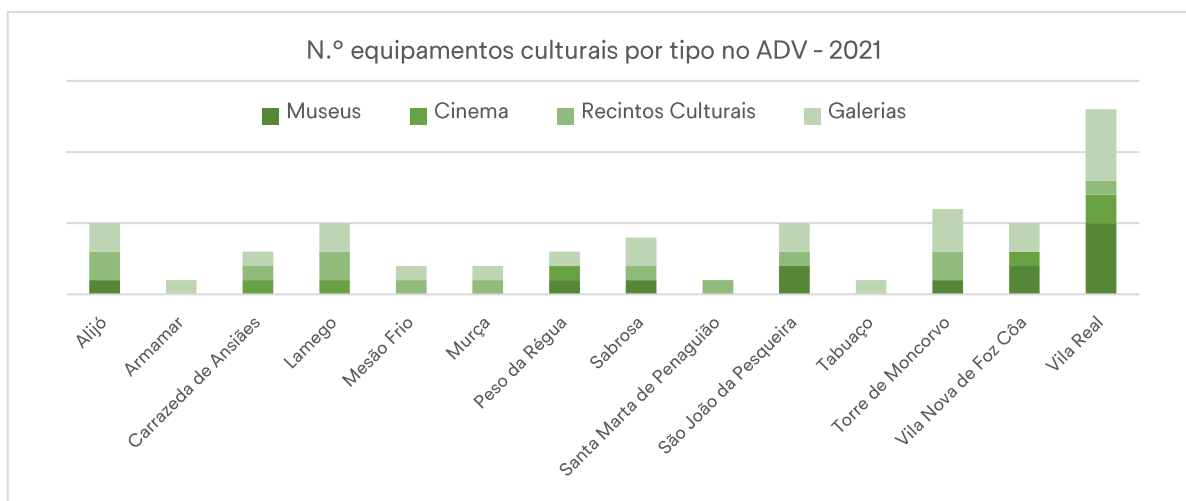
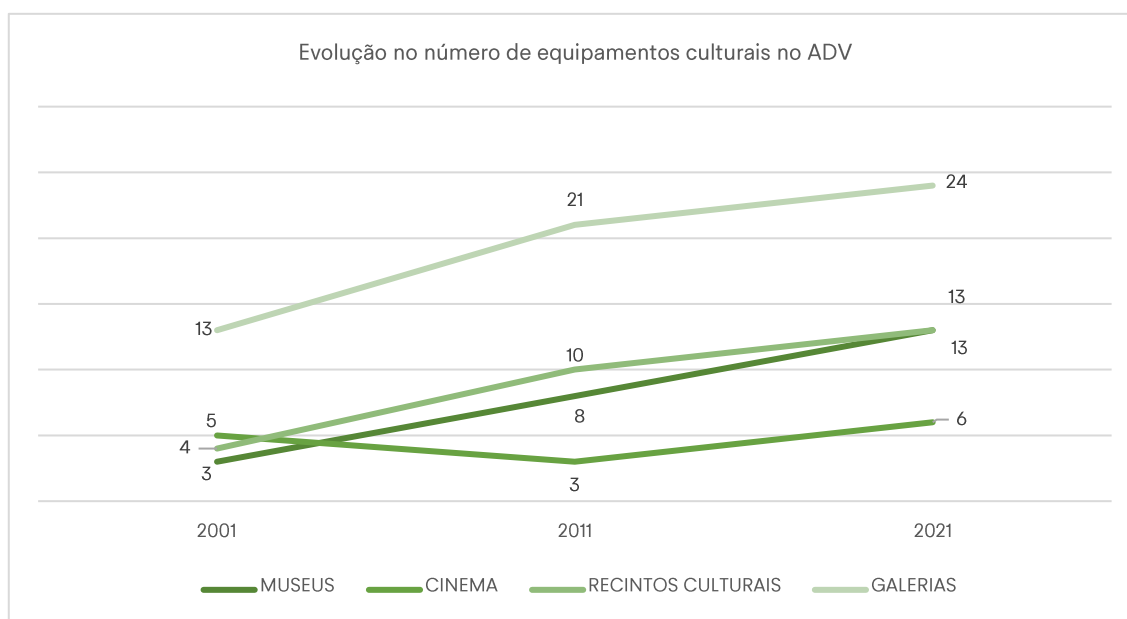


Gráfico 12 – Número de equipamentos culturais no ADV em 2021, por tipo. Elaboração própria.



O gráfico seguinte apresenta uma imagem generalizada da evolução nos equipamentos culturais no ADV sendo possível verificar que de forma geral todos os equipamentos analisados tiveram um crescimento gradual entre os anos 2001 e 2021, embora tenha havido uma queda no caso dos cinemas entre os dois primeiros anos em análise, voltando a aumentar em 2021. Dentro dos equipamentos culturais nomeados, destaque para o maior número de galerias, seguindo-se os recintos culturais que se cruzam em 2021 com os museus e, por último, em menor número os cinemas.

Gráfico 13 - Evolução do número de equipamentos culturais no ADV nos anos 2001, 2011 e 2021. Elaboração própria.



A considerável ausência de dados não permite averiguar se esta dimensão contribui favoravelmente para o desenvolvimento sustentável do ADV alinhado com os ODS da Agenda 2030. Contudo, é possível verificar, com base nos dados analisados, que tem existido uma clara preocupação em garantir a disponibilidade de equipamentos culturais para usufruto da geração atual, tendo as galerias ficado no topo da pontuação nos três anos em análise e o cinema apresentando os resultados menos expressivos, tendo mesmo registado um declínio no ano 2011. Devido à inexistência de dados, não foi possível dar cumprimento à análise por género que a ferramenta propõe, não sendo possível auferir o número de visitantes do sexo feminino ou masculino dos equipamentos culturais.

Adicionalmente, também não se conseguiu proceder à análise com base no património material, imaterial e natural como prevê a metodologia proposta pelo que análise foi realizada com base em dados sobre museus, cinema, recintos culturais e galerias.

Uma vez mais, a inexistência de dados impossibilitou a análise com base no género, gerando uma lacuna nos resultados visto não serem capazes de demonstrar se a evolução é justa e igualitária.

A comparação entre os diferentes municípios do ADV permite auferir que não existe uma distribuição equitativa dos equipamentos culturais no território podendo conduzir a uma intensificação das desigualdades territoriais. Por este motivo, será errático afirmar, com base nesta análise que o desenvolvimento da região está alinhado aos princípios de sustentabilidade propostos pela Agenda 2030.

IV.2.2. Análise da dimensão “Prosperidade e qualidade de vida”

Tal como já fora referido no primeiro capítulo, esta dimensão temática permite avaliar o contributo da Cultura para promoção e viabilização de economias mais inclusivas e sustentáveis, através da geração de rendimentos e emprego, bem como, estimulando as receitas através de bens culturais, serviços e empresas, em conformidade com a secção “Prosperidade” dos ODS. O objetivo dos sete indicadores propostos nesta dimensão (ver tabela 2) traduz-se em avaliar a contribuição da cultura relativamente a aspetos chave da economia, nomeadamente, PIB, comércio, meio ambiente, empresas e despesa local. Esta dimensão pressupõe, ainda, um indicador sobre a Governança da Cultura que fornece provas das estruturas de governação existentes para apoiar um papel próspero da cultura no desenvolvimento económico local e nacional e na criação de meios de subsistência.

No âmbito desta dimensão, o indicador que se propõe a análise é o “Financiamento público da cultura”. A seguir serão discutidos os resultados que a investigação produziu, apresentados sob o formato de gráficos e/ou tabelas.

IV.2.2.1. Indicador “Financiamento público da cultura”

Este indicador visa monitorar o montante de gastos públicos reais dedicados a atividades culturais e criativas. O seu cálculo obtido com base na proporção de gastos públicos dedicados a atividades culturais e criativas e orçamento e gastos públicos anuais para os setores culturais e criativos. Relativamente aos gastos públicos na cultura, deve-se considerar o gasto público por unidade administrativa (município), tipo de despesa pública (corrente e capital), gasto público por habitante, por setor de intervenção, gasto público por fonte. Por outro lado, em relação ao orçamento público, prevê-se a análise considerando o orçamento público por unidade administrativa (município), tipo de despesa pública (corrente e capital), orçamento público por habitante, por setor de intervenção e fonte de financiamento (doação, subsídio do governo central, impostos locais). No âmbito da orçamentação, quando baseada no género, permite perceber como são direcionados os gastos de forma a reduzir as desigualdades.

Algumas das principais dificuldades que podem ser encontradas no cálculo deste indicador, traduzem-se pela fraca distinção entre as atividades culturais e outras atividades, canalização do dinheiro para diferentes usos e o dinheiro pode ser contabilizado múltiplas vezes.

A análise, com base no indicador acima explicitado, iniciou-se com base na despesa pública total com a cultura, à escala municipal, através da comparação de dois anos distintos, nomeadamente, 2013 e 2021. Ter-se-á ainda em consideração a análise repartida entre despesas operacionais e de capital.

A tabela seguinte dá conta do investimento em cultura que cada município do ADV registou em 2013 e 2021. De forma a dar resposta ao objetivo geral foram considerados 2 anos distintos para que seja possível fazer a comparação e, dessa forma, concluir se a evolução registada está de acordo com critérios de sustentabilidade cultural. Para o efeito, iniciou-se a análise construindo uma tabela que indica o investimento total de cada município na cultura.

Tabela 10 - Financiamento público total da cultura em 2013 e 2021, por município. Elaboração própria.

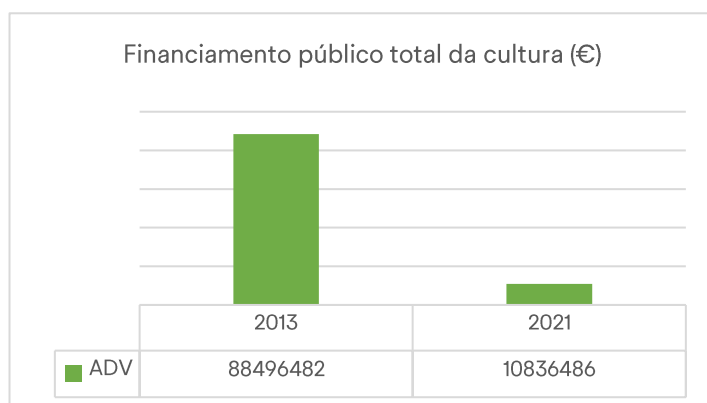
	2013			2021		
	Total	Corrente	Capital	total	Corrente	capital
ADV	88496482	56708465	31788017	10836486	9604708	1231778
Alijó	77223878	48515880	28707998	6696209	5806879	889330
Armamar	6854996	4971125	1883871	437400	317407	119993
Carraceda de Ansiães	210220	210220	0	295608	215216	80392
Lamego	552018	552018	0	608102	608102	0
Mesão Frio	318870	318870	0	406617	406617	0
Peso da Régua	49494	49494	0	157553	148258	9295
Sabrosa	250688	124028	126660	44732	44732	0
Santa Marta de Penaguião	167808	167808	0	360525	337775	22750
São João da Pesqueira	480525	282299	198226	128878	128878	0
Tabuaço	161258	159829	1429	349774	284645	65129
Torre de Moncorvo	1528531	695766	832765	175361	144104	31257
Vila Nova de Foz Côa	266677	231931	34746	269739	269739	0
Vila Real	431519	429197	2322	905988	892356	13632

Com base no seguinte gráfico, é possível concluir que os municípios que apresentaram um maior crescimento no âmbito do investimento público na cultura são Vila Real, Tabuaço, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua. Por outro lado, os municípios de Armamar, Alijó e Torre de Moncorvo apresentaram um investimento muito reduzido no ano de 2021 ficando aquém dos restantes municípios.

Gráfico 14 – Financiamento total da cultura em 2013 e 2021, por município (€). Elaboração própria.



Gráfico 15 - Financiamento público total na cultura em 2013 e 2021 (€). Elaboração própria.



No contexto geral do ADV, como se pode verificar através dos gráficos anteriores, constata-se que o financiamento da cultura em diversos municípios foi bastante superior em 2013 comparativamente ao ano seguinte em análise sendo possível, dessa forma, constar que tem havido uma tendência de desinvestimento na cultura do ADV, comprovada mediante visualização

do gráfico 15, o que pode vir a constituir uma problemática no que diz respeito à proteção e valorização da cultura da região, assim como, à própria conservação da identidade cultural. Pese embora, a existência de resultados bastantes positivos por parte de alguns municípios, a sustentabilidade da região só será efetiva se houver compromisso, por parte de todos os envolvidos, na criação de estratégias eficazes. Com base na presente análise, pode-se afirmar que o desenvolvimento da região não está alinhado aos ODS da Agenda 2030 e, conseqüentemente, terá de haver uma reestruturação nas políticas culturais da região por parte das entidades competentes.

Nos dois próximos gráficos, apresenta-se os resultados relativos ao financiamento público repartido por despesas correntes e de capital, em 2013 e 2021, a partir dos quais se evidencia que houve um considerável decréscimo no âmbito das despesas de capital. Reforçando esta premissa, importa referir a inexistência de despesas de capital em 2021 nos municípios de Lamego, Mesão Frio, Sabrosa, São João da Pesqueira e Vila Nova de Foz Côa, revelando-se, assim, que a totalidade da despesa pública recai sobre as obrigações correntes do município que estão relacionadas com o seu funcionamento, nomeadamente, com os encargos com pessoal e outros custos fixos.

É pertinente ressaltar os valores muito próximos entre despesa corrente e despesa de capital, apresentados em 2013 pelos municípios de Sabrosa e Torre de Moncorvo (gráfico 16), evidenciando uma clara preocupação desses com o investimento em cultura, nesse ano específico.

Se por um lado, se verifica que no ano de 2021 houve um aumento no número de municípios que apresentaram dados relativamente à despesa de capital, olhando para o contexto geral do ADV, percebe-se que essa sofreu uma significativa redução entre 2013 e 2021, traduzindo-se num claro desinvestimento na cultura da região que, mais uma vez, poderá colocar em risco a sua preservação e transmissão a futuras gerações, trazendo implicações às características singulares do território e, conseqüentemente, afetar a felicidade e sentido de pertença da comunidade residente. Não obstante, existiu efetivamente vontade por parte de alguns municípios em garantir o cumprimento de um desenvolvimento mais sustentável, integrando a cultura no âmbito das suas ações.

Gráfico 16 - Financiamento público da cultura: 2013 (€). Elaboração própria.

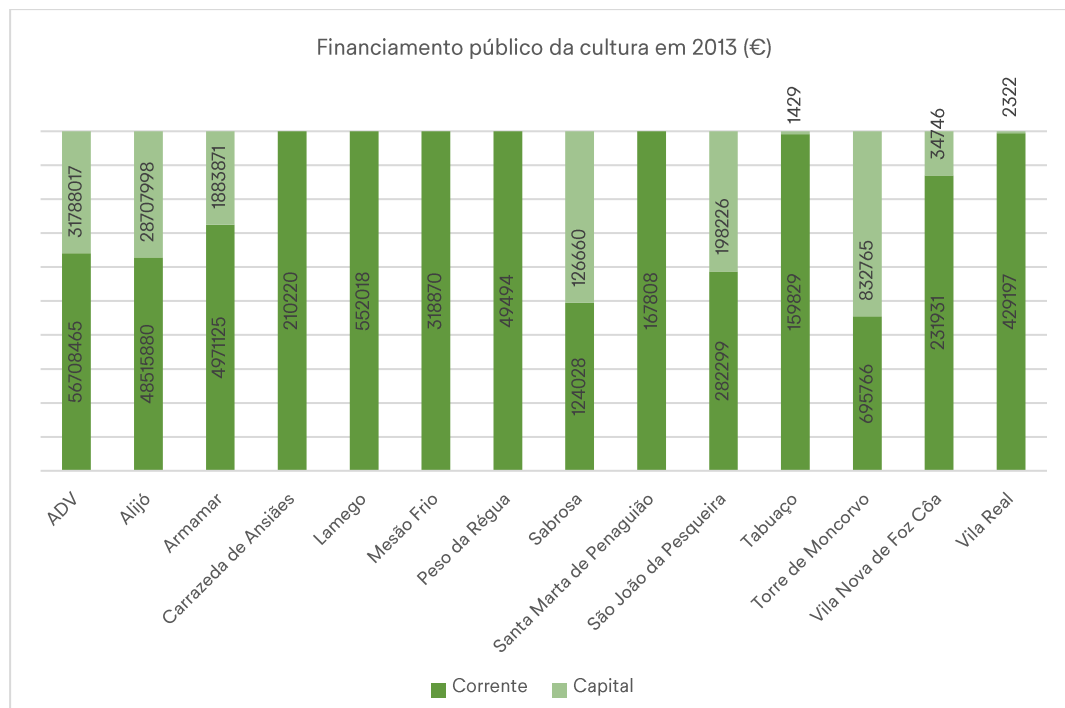
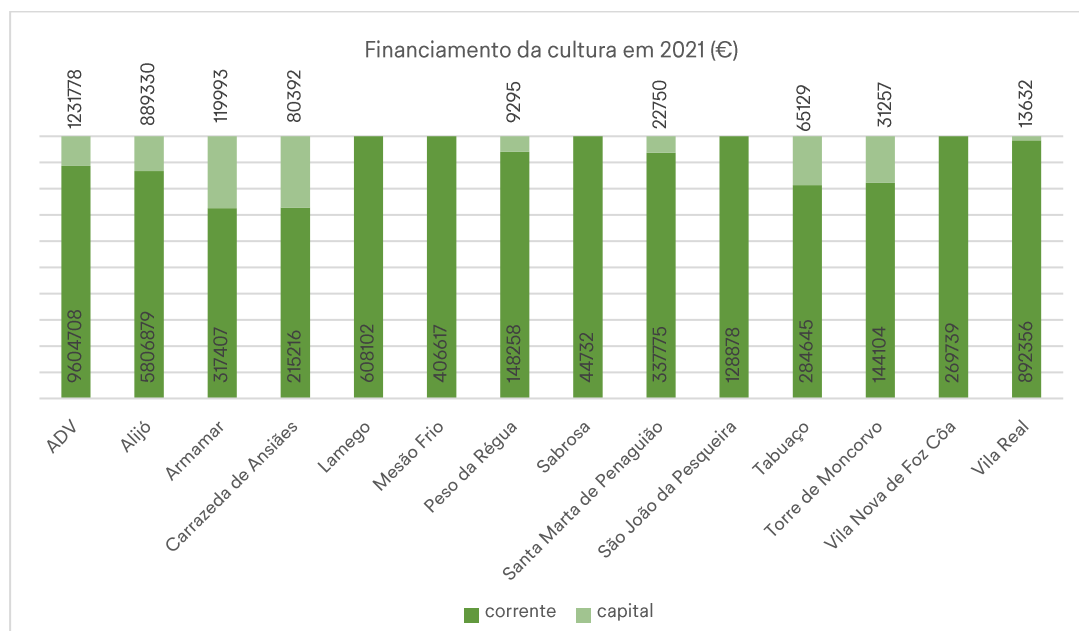


Gráfico 17 - Financiamento público da cultura: 2021 (€). Elaboração própria.



A tabela seguinte apresenta a percentagem do investimento público em relação ao total do ADV. Desataca-se o município de Alijó, cujo investimento representa em 2013 mais de 87% do total da região e 61% em 2021. Sabrosa apresentou o pior resultado em termos de financiamento da cultura no ano de 2021.

Tabela 11 - Proporção do financiamento público em relação ao total do ADV, por município. Elaboração própria.

	2013	2021
Alijó	87,26	61,80
Armamar	7,75	4,03
Carraceda de Ansiães	0,24	2,73
Lamego	0,62	5,61
Mesão Frio	0,36	3,75
Peso da Régua	0,06	1,45
Sabrosa	0,28	0,41
Santa Marta de Penaguião	0,19	3,37
São João da Pesqueira	0,54	1,19
Tabuaço	0,18	3,23
Torre de Moncorvo	1,73	1,62
Vila Nova de Foz Côa	0,30	2,49
Vila Real	0,49	8,36

Sendo o financiamento da cultura o conjunto de iniciativas, medidas e mecanismos financeiros capazes de dotar as organizações culturais com recursos financeiros indispensáveis ao alcance dos seus objetivos culturais e artísticos, à implementação dos seus projetos e atividades e à sua própria sustentabilidade, traduz-se numa ação determinante para garantir a diversidade cultural, a liberdade de criação artística e o acesso da cultura a todos os cidadãos, independentemente da sua condição social e económica.

No cumprimento dos objetivos propostos, conclui-se que no campo do financiamento público a cultura não será capaz de promover um desenvolvimento sustentável na medida em que não existe uma efetiva promoção no setor cultural na região em análise, facto que poderá ser

justificado com a adaptação das políticas públicas em consequência da crise pandémica vigente no período em análise.

Para a correta avaliação deste indicador seria necessário incluir o orçamento na análise. Embora se tenha tentado recolher dados sobre o orçamento relativo ao financiamento da cultura através dos sítios web oficiais dos diversos municípios, a informação que consta nos relatórios anuais publicados são muito complexos, a informação não é clara e, por vezes, inexistente. Visto que esses dados não são fáceis de apurar e a sua recolha depende da disponibilidade de terceiros a validação foi realizada, somente, com os dados que se conseguiram apurar a partir da plataforma estatística do INE. No âmbito da presente análise, também não foi possível apurar o financiamento público em cultura com base no género, elemento fundamental para a criação de um território mais justo e próspero.

Em prol de uma maior facilidade e rapidez na recolha de dados e, simultaneamente, a realização de uma análise mais realista e completa, seria de elevado interesse para todos os intervenientes que fosse considerada pelos órgãos responsáveis a normalização da informação divulgada, no sentido de colmatar a heterogeneidade evidenciada a partir da consulta dos documentos oficiais publicados pelos municípios, dificultando a leitura dos mesmos e afetando negativamente o tempo e esforço gasto na sua obtenção.

IV.2.3. Análise da dimensão “Conhecimentos e competências”

Esta dimensão temática propõe uma estrutura que permite avaliar a contribuição da cultura na criação de conhecimentos e competências, incluídas nas tradições locais e diversidade cultural. Centra-se, especificamente, na contribuição da cultura para a transmissão de valores, conhecimentos e competências culturais locais. Os indicadores propostos no âmbito da presente dimensão, permitem avaliar em que medida as autoridades e instituições públicas integram e utilizam os conhecimentos culturais para fomentar o respeito pela diversidade cultural, impulsionar a compreensão para o desenvolvimento sustentável e a transmissão de valores culturais, assim como, priorizar a formação cultural e promoção de conhecimento e competências no âmbito criativo.

Nesta dimensão, será feita uma análise aos subtópicos “Educação Multilingue” e “Formação Cultural”, numa tentativa de se avaliar o grau de participação na cultura e estudos criativos no ensino pós-secundário. Será, ainda, contemplada uma abordagem à dimensão de género. Para o efeito, serão recolhidos dados em plataformas de estatística digitais, tais como, PORDATA e

INE. A recolha de dados incidu sobre o número de alunos inscritos no ensino superior por áreas de formação. Considerando que a língua é também fator de diversidade cultural, a análise será complementada com dados sobre a formação em línguas no ensino superior. Deve-se notar que as linguagens não verbais não foram levadas em consideração para a construção de este indicador.

IV.2.3.1. Educação Multilingue

Iniciando a análise com o indicador “educação multilingue”, pretende-se compreender a prioridade que o sistema educacional confere à promoção da diversidade linguística, tendo em consideração que a linguagem não verbal não foi contemplada para a construção deste indicador.

Os gráficos 18 e 19, apresentam o número total de alunos inscritos em Artes e Línguas nos anos letivos 2011/2012 e 2021/2022. A partir dos dados expostos, constata-se que nos dois anos letivos em análise, o número de alunos inscritos em Artes foi relativamente semelhante. No que diz respeito aos dados apresentados pelo gráfico 18, é de salientar a diferença expressiva entre o número de alunos inscritos em artes e línguas, assim como, o número reduzido de alunos do sexo masculino inscritos em línguas.

A informação exposta no gráfico 19 deixa evidente a proximidade no número de alunos de ambos os sexos inscritos em artes. A realidade, no que diz respeito ao ensino de línguas, é totalmente distinta, uma vez que os alunos do sexo feminino inscritos representam mais do dobro comparativamente aos alunos inscritos do sexo masculino.

Gráfico 18 - N.º total de alunos inscritos no ensino superior em Artes e Línguas – 2011/2012. Elaboração própria.

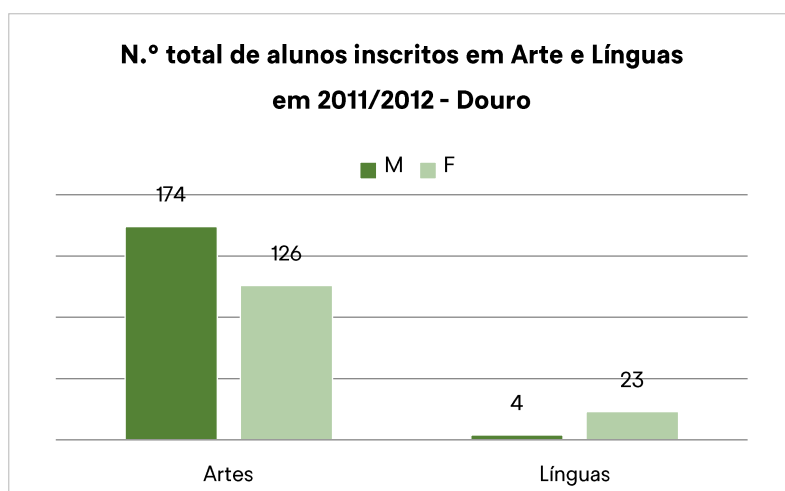
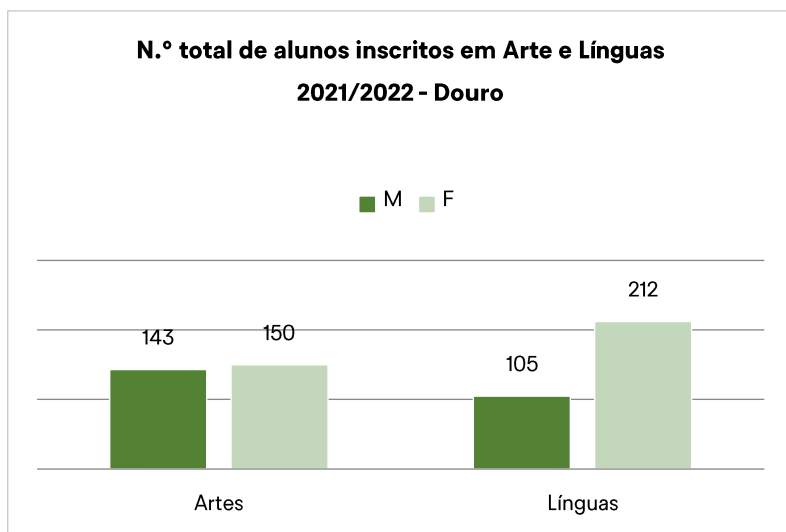


Gráfico 19 - N.º total de alunos inscritos no ensino superior em Artes e Línguas – 2021/2022. Elaboração própria.



Considera-se de extrema importância exaltar o aumento positivo no número de alunos inscritos em Línguas entre 2011/2012 e 2021/2022, revelando a preocupação por parte dos órgãos competentes em fomentar uma sociedade mais inclusiva e competitiva.

Os seguintes gráficos apresentam a percentagem de alunos inscritos no ensino superior por área de formação, no ano letivo 2021/2022, à escala local e nacional. Entende-se, através da imagem apresentada que a percentagem de alunos inscritos em Artes e Línguas tem, ainda, muito pouca representatividade no contexto geral, quer na região NUTS III - Douro, quer no âmbito nacional. Embora, nesta região, o número de alunos inscritos em Artes e Línguas seja muito semelhante, no contexto nacional os alunos inscritos em Artes, é relativamente superior.

Gráfico 20 - Percentagem de alunos inscritos no ensino superior por área de formação em 2021/2022 – Portugal. Elaboração própria.

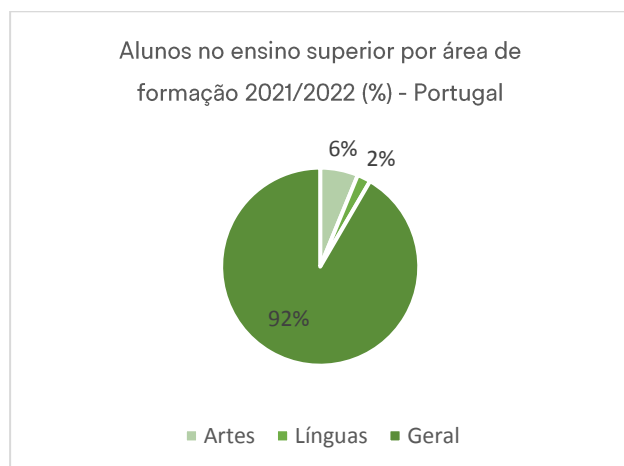
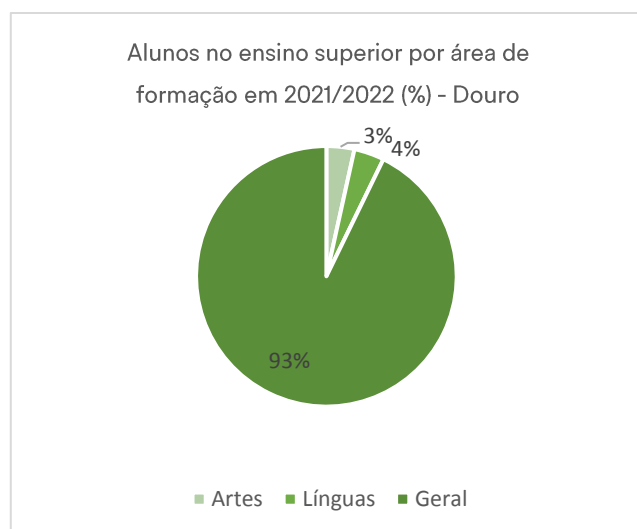


Gráfico 21 - Percentagem de alunos inscritos no ensino superior por área de formação em 2021/2022 – Douro. Elaboração própria.



Os dois gráficos seguintes apresentam a evolução das inscrições nestas duas áreas de formação, ao nível local e nacional. Começar por referir a ausência de dados relativamente ao Douro no ano letivo 2001/2002, salientando a aumento, sobretudo, do número inscrito em artes no ano letivo 2011/2012, seguindo-se de uma ligeira descida no ano 2021/2022. No âmbito das inscrições em línguas, embora tenham sofrido um ténue aumento nos dois primeiros anos em análise, o crescimento foi significativo quando comparado com o ano 2021/2022.

A partir da visualização do gráfico 23, é possível constatar que no contexto nacional a realidade exposta é diferente uma vez que se registou uma queda no número de alunos inscritos em línguas, embora no âmbito das artes, o crescimento foi constante ao longo dos últimos 20 anos. Pese embora, o número nulo de alunos inscritos no ano letivo de 2001/2002, nas duas áreas de ensino em análise, os valores vão afastando-se gradualmente no decorrer dos anos sendo, atualmente, o ensino de Artes bastante mais expressivo comparativamente ao ensino de Línguas.

Gráfico 22 - Evolução do número total de alunos inscritos em artes e línguas no Douro. Elaboração própria.

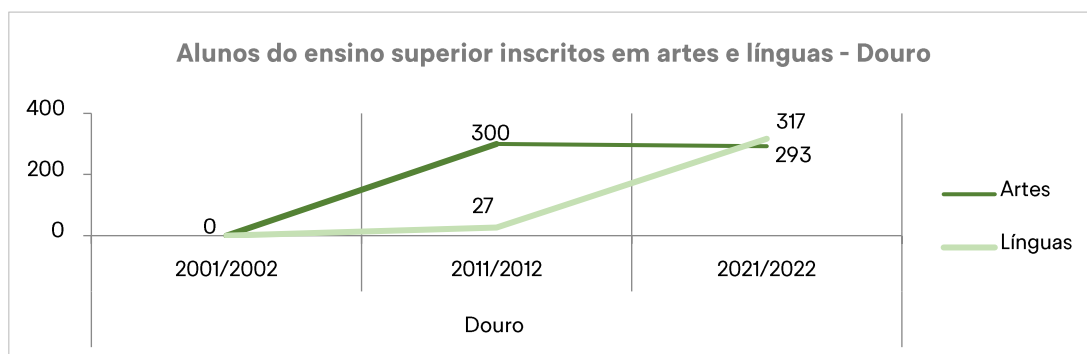
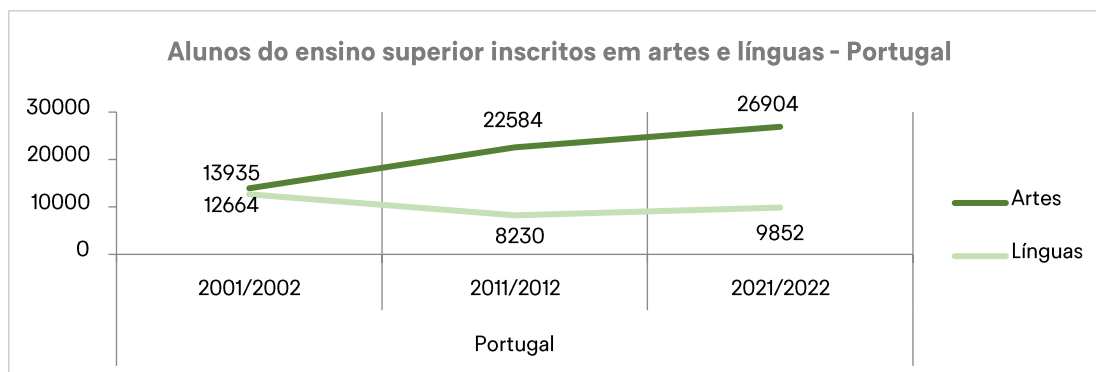


Gráfico 23 - Evolução do número total de alunos inscritos em artes e línguas em Portugal. Elaboração própria.



Relativamente à dimensão de género, entende-se a partir da visualização dos gráficos seguintes, que no ano letivo 2021/2022, o número de alunos inscritos em artes e línguas é relativamente superior no contexto nacional, no entanto, no Douro, houve mais alunos do sexo masculino inscritos em artes. De referir, ainda, que na região do Douro, o número de alunos inscritos em Línguas é superior ao número registado no âmbito nacional.

Gráfico 24 – Alunos do sexo masculino inscritos em artes e línguas em Portugal e no Douro, em 2021/2022 (%). Elaboração própria.

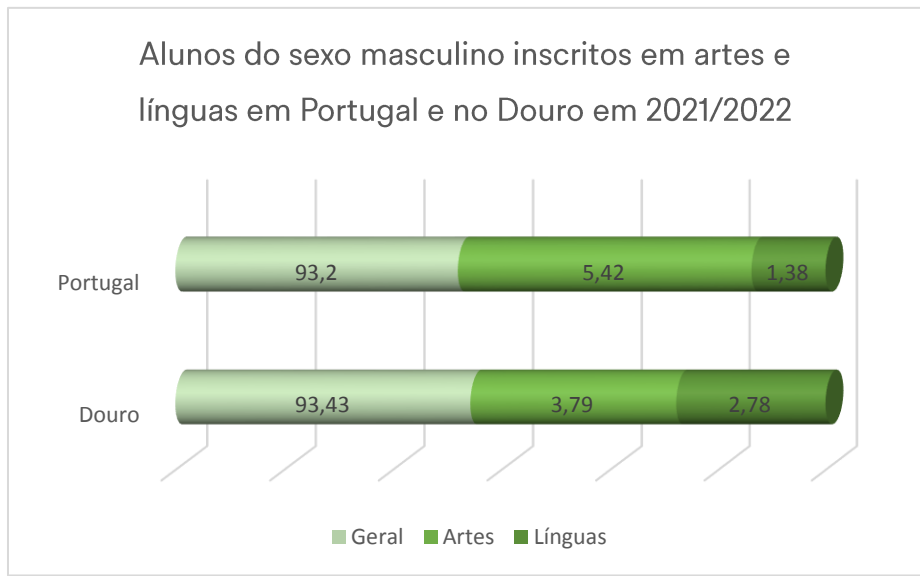
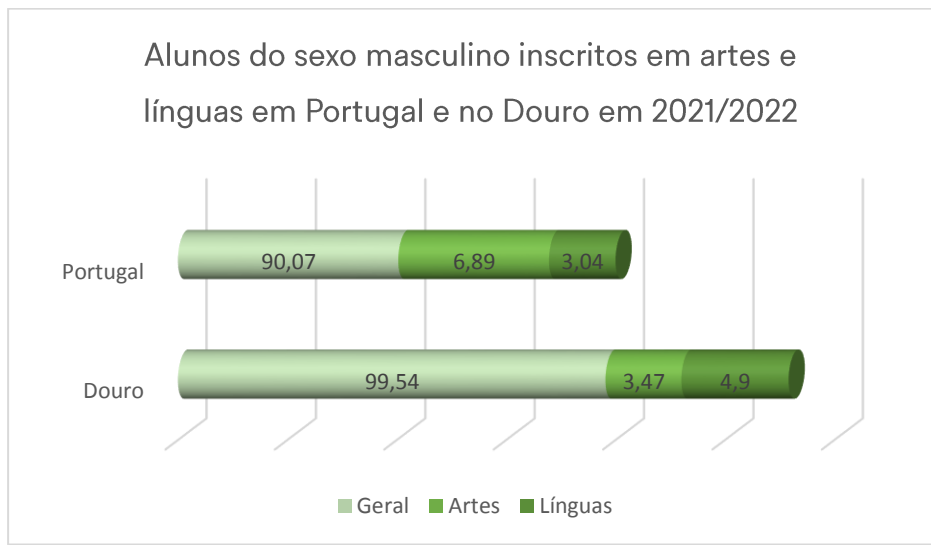


Gráfico 25 – Alunos do sexo feminino inscritos em artes e línguas em Portugal e no Douro, em 2021/2022 (%). Elaboração própria.



A educação não só fornece aos indivíduos habilidades e conhecimento que conduzem ao seu empoderamento, como é um direito cultural reconhecido atendendo ao seu papel no desenvolvimento de sociedades mais capacitadas e determinadas. O ciclo educacional proporciona um ambiente de aprendizagem e transmissão de valores culturais, elementos

promotores de inclusão social e tolerância. Em suma, a educação é um elemento essencial para a promoção e valorização da diversidade cultural pelo que deve ser tomado em consideração em qualquer ação que pretenda promover o desenvolvimento sustentável.

Denota-se que a região do ADV tem feito um esforço no sentido de incrementar a aprendizagem de línguas no seio da comunidade, embora se considere que, face à pouca representatividade de alunos inscritos em línguas, haja um longo caminho a percorrer para que esta dimensão esteja alinhada aos ODS na Agenda 2030.

Seria pertinente, averiguar quais as línguas que integram o ciclo de ensino e, assim, compreender se existe uma estratégia assente no respeito pela variedade linguística e construção de redes com a comunidade. Considera-se que a análise poderia ser valorizada, se contemplasse a recolha de dados no âmbito do ensino secundário, permitindo uma melhor perceção da realidade do território neste campo. Iniciativas deste género, nos vários níveis do sistema educacional, oferece à comunidade local uma educação completa, permitindo promover o intercâmbio cultural.

IV.2.3.2. Indicador “Formação cultural”

A metodologia proposta pela UNESCO considera a obtenção dos seguintes resultados:

- a. Percentagem de alunos matriculados no ensino superior na área da cultura durante o ano de referência em relação ao total de alunos matriculados nesses níveis de ensino;
- b. Percentagem de alunos que completaram o ensino superior na área de cultura durante o ano de referência em relação ao total de alunos que concluíram esses níveis de ensino;

No seguimento do que pede a metodologia proposta, foram recolhidos dados em plataformas oficiais (INE e PORDATA) e de seguida procedeu-se ao seu tratamento com recurso ao Microsoft Office Excel. Os resultados obtidos podem ser visualizados nas tabelas que a seguir se apresentam. A Tabela 10 apresenta o número de alunos inscritos no ensino superior nos anos letivos 2011/2012 e 2021/2022 e os alunos inscritos em artes durante o mesmo período.

Tabela 12 - N.º de alunos inscritos em artes e o n.º total de alunos inscritos no ensino superior. Elaboração própria.

NUTS III – Douro		
2021/2022	N.º total de alunos inscritos no ensino superior	8455
	N.º total de alunos inscritos em artes	293
2011/2012	N.º total de alunos inscritos no ensino superior	8168
	N.º total de alunos inscritos em artes	300

De forma a dar cumprimento ao disposto na alínea a., procedeu-se ao tratamento de dados com vista à obtenção da percentagem do número de alunos inscritos em arte no total de alunos inscritos no ensino superior, sendo que para facilitar a visualização procedeu-se à conceção dos gráficos 15 e 16 através dos quais se pode constatar que os alunos inscritos em artes na região NUTS III – Douro, no ano letivo 2021/2022 representam 3% em relação ao número total de alunos inscritos no ensino superior na mesma região. O resultado é ligeiramente inferior ao obtido no ano letivo 2011/2012 podendo-se concluir que, de acordo com esta análise, a evolução negativa verificada não está de encontro com a política de um desenvolvimento sustentável nem com as Metas e Objetivos previstos na Agenda 2030.

Gráfico 26 - Percentagem de número de alunos inscritos em artes em 2011/2012. Elaboração própria.

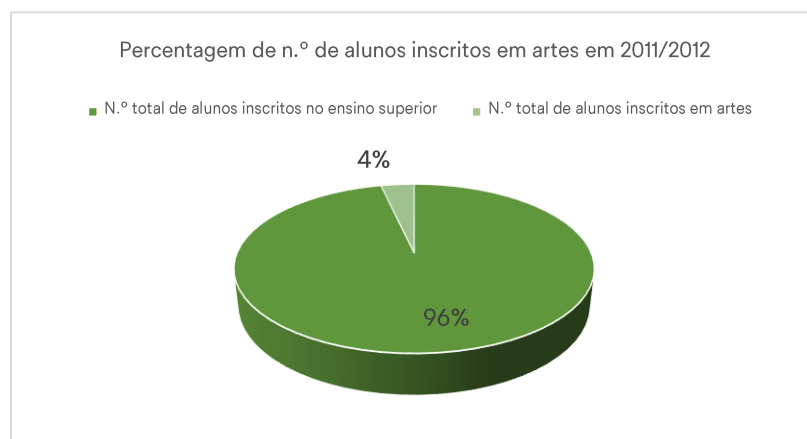
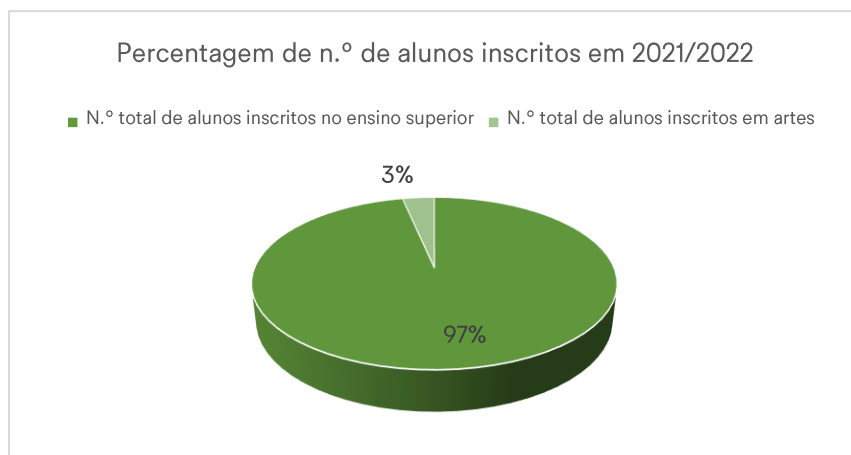


Gráfico 27 - Percentagem de número de alunos inscritos em artes em 2021/2022. Elaboração própria.



Considerou-se pertinente, no âmbito do indicador proceder à análise atendendo ao género. Os dados obtidos foram esquematizados e podem ser consultados na Tabela 2. Verifica-se que no ano 2021/2022 existiam 293 alunos inscritos em artes enquanto em 2011/2012 o número era ligeiramente superior. No que diz respeito à análise com base no género, constata-se que o número de alunos do sexo masculino inscritos em artes era de 143 enquanto que haviam 150 alunos do sexo feminino em 2021/2022. Já no ano letivo 2011/2012, havia 174 alunos do sexo masculino inscritos para 126 do sexo feminino.

Tabela 13 - Alunos inscritos em artes, por sexo. Elaboração própria.

NUTS III – Douro							
M				F			
2021/2022	N.º total de alunos inscritos em artes	293		2021/2022	N.º total de alunos inscritos em artes	293	
	N.º total de alunos inscritos em artes	143			N.º total de alunos inscritos em artes	150	
2011/2012	N.º total de alunos inscritos em artes	300		2011/2012	N.º total de alunos inscritos em artes	300	
	N.º total de alunos inscritos em artes	174			N.º total de alunos inscritos em artes	126	

Mais uma vez para se facilitar a compreensão da informação obtida procedeu-se à criação dos gráficos 17 e 18, sendo possível verificar que os alunos do sexo feminino representavam 42% do número total de alunos inscritos em artes no ano letivo 2011/2012, sendo que este resultado sofreu uma alteração no ano letivo 2021/2022 com o aumento para 51% em 2021/2022, passando este grupo a representar a maioria.

Gráfico 28 - Alunos inscritos em artes ano letivo 2021/2022, por sexo.

Elaboração própria.

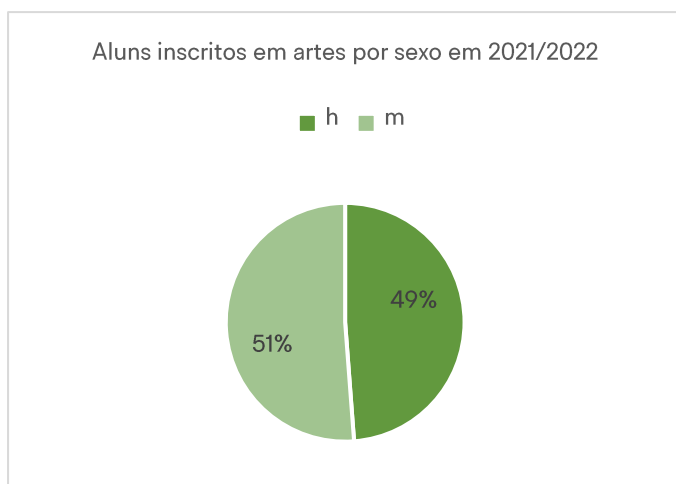
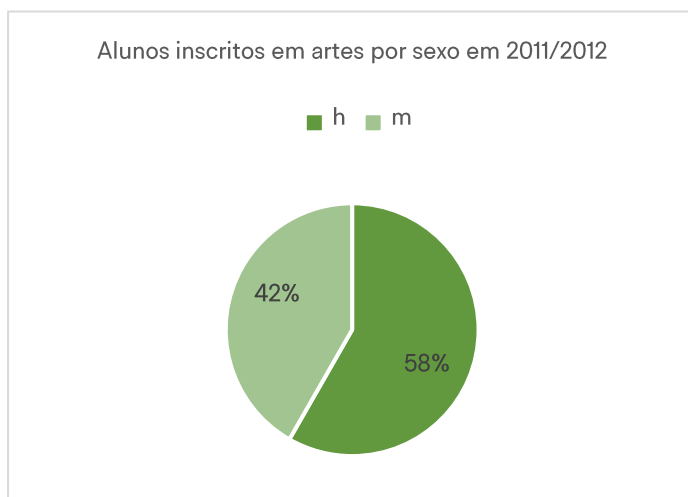


Gráfico 29 - Alunos inscritos em artes ano letivo 2011/2012, por sexo.

Elaboração própria.



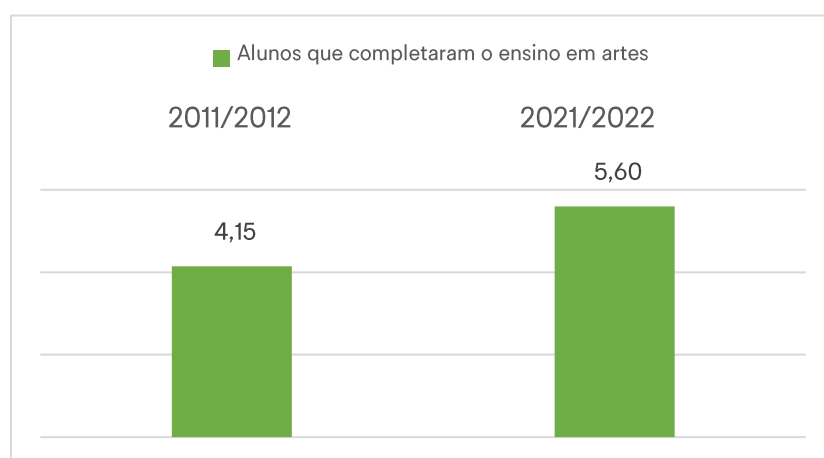
No âmbito do segundo ponto que considera a obtenção do número percentual de alunos que completaram o ensino superior na área da cultura em relação ao número total de alunos que completaram o mesmo nível de ensino. Foram recolhidos os dados que se apresentam na Tabela 14. Verifica-se que em 2011/2012 dos 1230 alunos que completaram o ensino superior 51 correspondem ao ensino de artes enquanto em 2021/2022 foram 97 os alunos que se formaram embora tenham completado o mesmo nível de ensino 1732.

Tabela 14 - Alunos que completaram o ensino superior em artes. Elaboração própria.

NUTS III – DOURO		
	2011/2012	2021/2022
Alunos que completaram o ensino superior	1230	1732
Alunos que completaram o ensino em artes	51	97

Em termos percentuais, pode-se apurar facilmente através do gráfico 23 que em 2011/2012 o número de alunos que completaram o ensino superior em artes correspondeu a cerca de 4% relativamente ao número total de alunos que completaram o mesmo nível de ensino, enquanto em 2021/2022 a percentagem teve um aumento de mais de 1 ponto percentual, vindo a fixar-se nos 5,6% o que representa avanços no grau de valorização da educação arte no ensino superior.

Gráfico 30 - Percentagem de alunos que completaram o ensino superior em artes em proporção ao número de alunos que completaram o ensino superior. Elaboração própria.



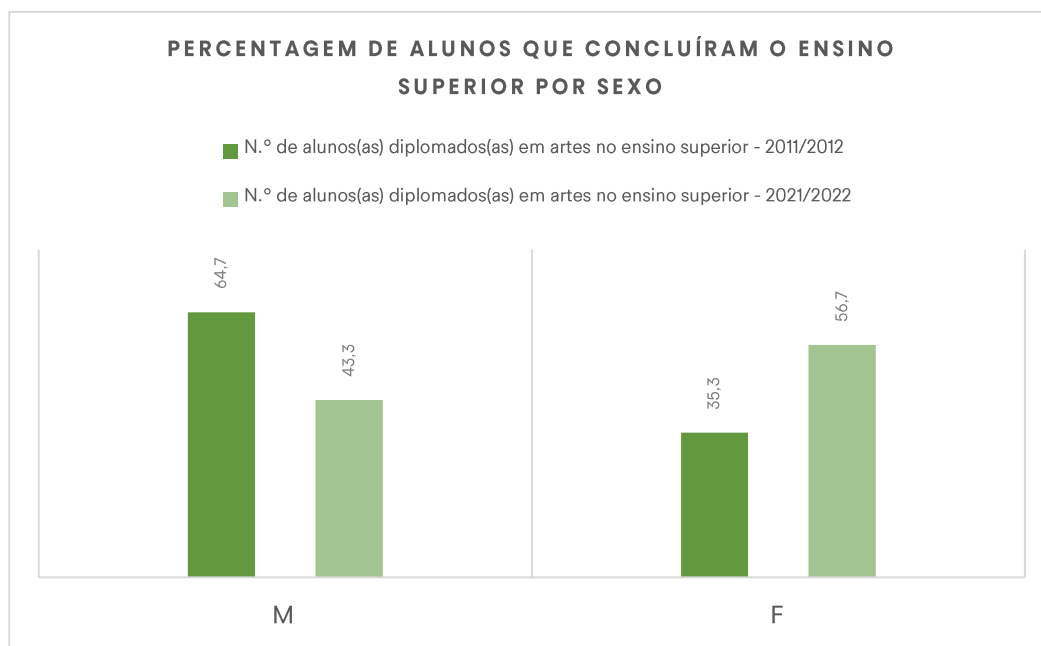
Como forma de se compreender se a evolução registada segue alinhada ao requisito de igualdade de género, procedeu-se à elaboração da seguinte tabela, onde se registaram o número de alunos do sexo masculino e feminino que concluíram o ensino superior. Conclui-se que em 2011/2021 se registaram mais alunos do sexo masculino a concluir o ensino superior e no ano 2021/2022 foi o oposto.

Tabela 15 - Alunos que concluíram o ensino superior, por sexo. Elaboração própria.

NUTS III – DOURO				
Ano	Descrição	Total	M	F
2011/2012	N.º de alunos(as) diplomados(as) em artes no ensino superior - 2011/2012	51	33	18
2021/2022	N.º de alunos(as) diplomados(as) em artes no ensino superior - 2020/2021	97	42	55

Na mesma medida do anteriormente feito, procedeu-se à apresentação gráfica dos resultados obtidos, podendo ser consultados no seguinte gráfico.

Gráfico 31 - Percentagem de alunos que concluíram o ensino superior, por sexo. Elaboração própria.



Em suma, no que diz respeito ao número de alunos no ensino superior em artes, não se considera que esteja de encontro ao que se espera em termos de promoção de desenvolvimento sustentável, ou seja, neste ponto específico considera-se que por via da dimensão cultural, a região não é capaz ter um crescimento de base sustentável, uma vez que a promoção do ensino de artes está muito distante daquilo que seria expectável. Considerando a análise repartida por sexo, pode-se afirmar que no ano mais recente em análise verifica-se uma maior igualdade em termos de inscrições entre alunos do sexo feminino e masculino registando-se valores muito próximos. Não obstante, a diferença registada entre os dois anos em análise não foi muito significativa podendo-se questionar se esses dados serão suficientes para que se possa falar em desenvolvimento sustentável.

No seguinte ponto, a diferença dos resultados obtidos foi mais significativa, tendo-se verificado um aumento em torno dos 50%, embora, ainda assim, pouco significativa quando feita a comparação com o número total de alunos que concluíram o ensino superior. No que diz respeito ao género, houve um aumento no número de alunos do sexo feminino, passando para 56,7% em 2021/2022, contudo pode-se concluir que os resultados obedecem ao cumprimento da igualdade de género.

Mais uma vez, com base em um único indicador, não é possível auferir a influência da dimensão no âmbito do desenvolvimento sustentável. Contudo, percebe-se que a cultura faz parte da oferta formativa da região demonstrando haver um respeito de expressão criativa e liberdades individuais. Para esta dimensão foi necessário recorrer a dados estatísticos no âmbito da região NUTS II – Douro, podendo existir algum desvio considerando que o estudo se direcciona para a região ADV.

IV.2.4. Análise da dimensão “Inclusão e participação”

IV.2.4.1. Indicador “Acesso à Cultura”

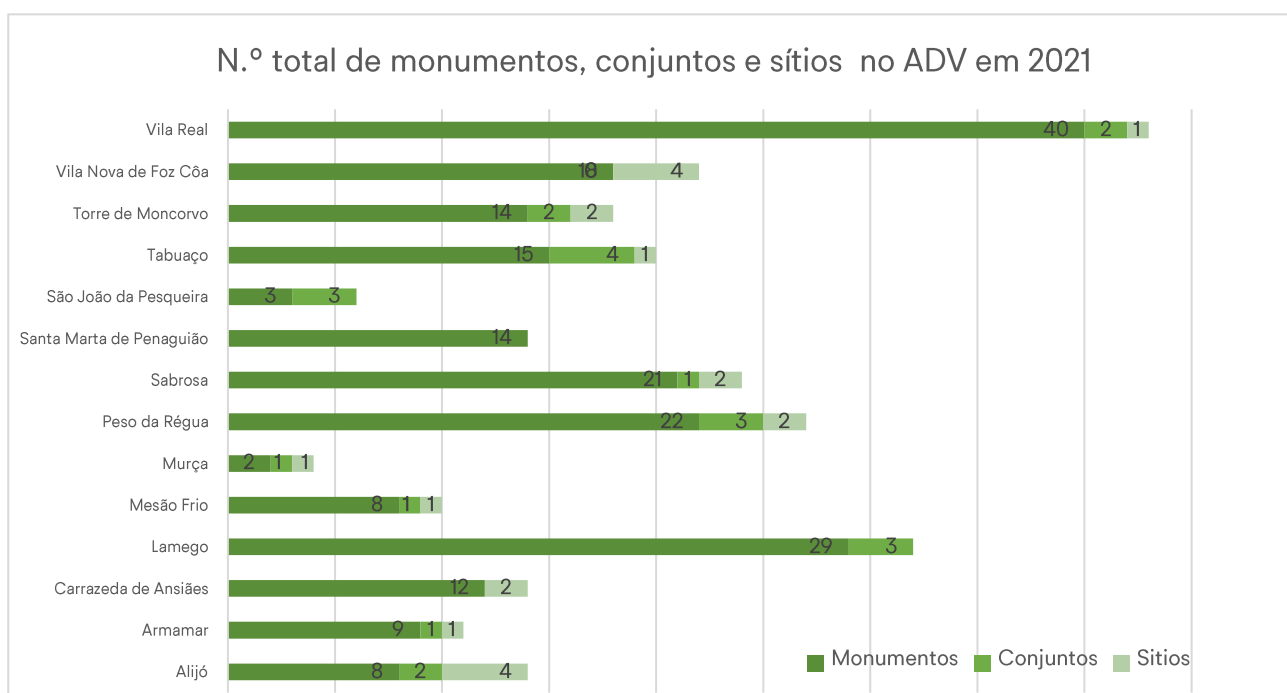
Esta dimensão temática fornece um quadro que avalia a contribuição da cultura para promover a coesão social e promover a inclusão e a participação. Concentra-se na capacidade dos indivíduos de acesso à cultura e o seu direito de participar da vida cultural e da liberdade de expressão, incluindo a liberdade artística e criativa. Esta dimensão também explora a forma como as práticas, locais, elementos e expressões culturais transmitem valores e competências que favorecem a inclusão social. Por fim, os indicadores propostos avaliam a capacidade da cultura de estimular a participação efetiva das comunidades locais na vida pública. Para o efeito, foram

recolhidos dados estatístico, em plataformas digitais de base estatística, nomeadamente, PORDATA e INE. No âmbito dos diferentes objetivos e metas dos ODS, a cultura contribui para a inclusão e participação tendo em conta que a diversidade cultural pode melhorar a compreensão mútua e inclusão social. Esta dimensão encontra-se presente em várias metas dos ODS. Considerando a análise ao subtópico “Acesso à Cultura”, importa destacar a meta 9.1 e 11.7, na medida em que o acesso inclusivo às instalações culturais contribuem para melhorar o meio-ambiente e bem-estar geral. Este indicador complementa o indicador 4 “Equipamentos culturais”, pois tem como objetivo avaliar o número de equipamentos culturais de uma cidade ou país em relação ao número de habitantes.

Os dados que a seguir se apresentam incidem sobre os anos de 2011 e 2021. Tendo em conta o propósito deste trabalho de investigação, o ano mais próximo à data da classificação do ADV é o 2011 pelo que será esse o ano a considerar para efeitos de análise.

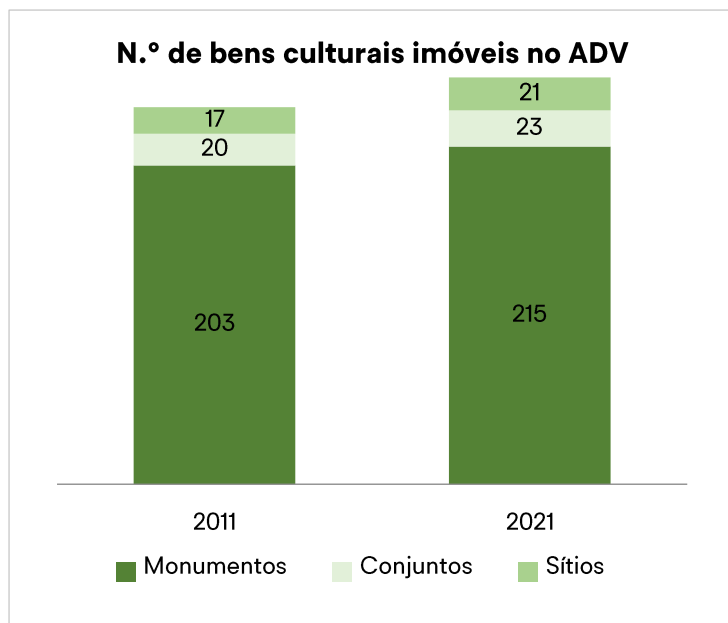
O gráfico que se segue apresenta a distribuição do número de bens culturais imóveis pelos municípios que integram o ADV, monumentos, conjuntos e sítios. A análise deste gráfico torna visível que os monumentos representam o bem cultural de maior representatividade em todos os municípios do ADV, sendo Vila Real o município que apresenta maior número de bens culturais e Murça, o menor. No município de Santa Marta de Penaguião existe apenas registo de bens culturais na tipologia de monumentos.

Gráfico 32 - Património cultural imóvel na AVD: monumentos, conjuntos e sítios. Elaboração própria.



No gráfico 33 faz-se uma representação visual de fácil compreensão do número de bens culturais imóveis do ADV nos anos 2011 e 2021, sendo que é possível verificar que houve aumento do número de bens imóveis em todas as tipologias, embora o aumento possa ser considerado pouco significativo.

Gráfico 33 - N.º de bens culturais imóveis no ADV. Elaboração própria.



Por fim, a última representação gráfica fornece uma imagem da percentagem de património cultural imóvel, monumentos, conjuntos e sítios, por cada 10.000 habitantes à escala do ADV, Norte e Portugal, nos anos 2011 e 2021. Constata-se em que termos percentuais, o ADV tem disponível para usufruto da população maior número de bens culturais quando comparado com a região Norte – NUTS, II e Portugal. Este resultado pode ser analisado dentro de várias perspetivas, nomeadamente, o despovoamento da ADV em detrimento do alto índice populacional de grandes centros como Porto ou Lisboa. O aumento verificado à escala do ADV entre 2011 e 2021 poderá ser influenciado, quer pelo despovoamento que se tem registado na região ao longo dos últimos anos, como também, no aumento do número de bens culturais imóveis.

Gráfico 34 - Património cultural imóvel (monumentos, conjuntos e sítios) por cada 10.000 habitantes em 2011. Elaboração própria.

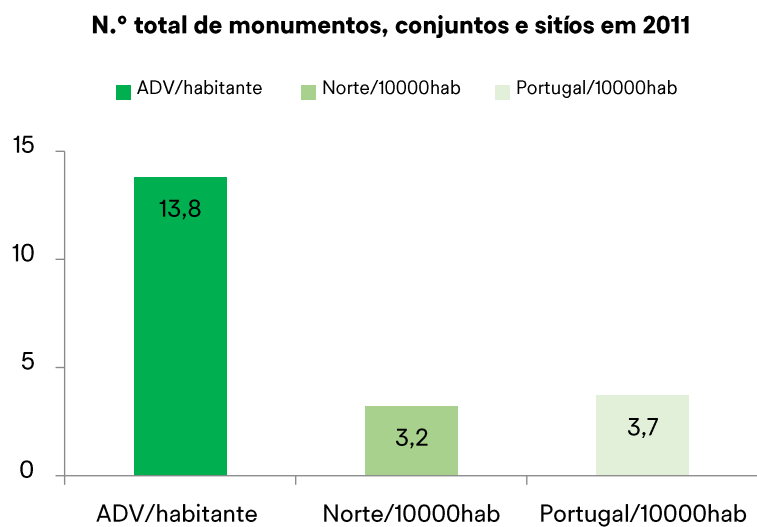


Gráfico 35 - Património cultural imóvel (monumentos, conjuntos e sítios) por cada 10.000 habitantes em 2021. Elaboração própria.

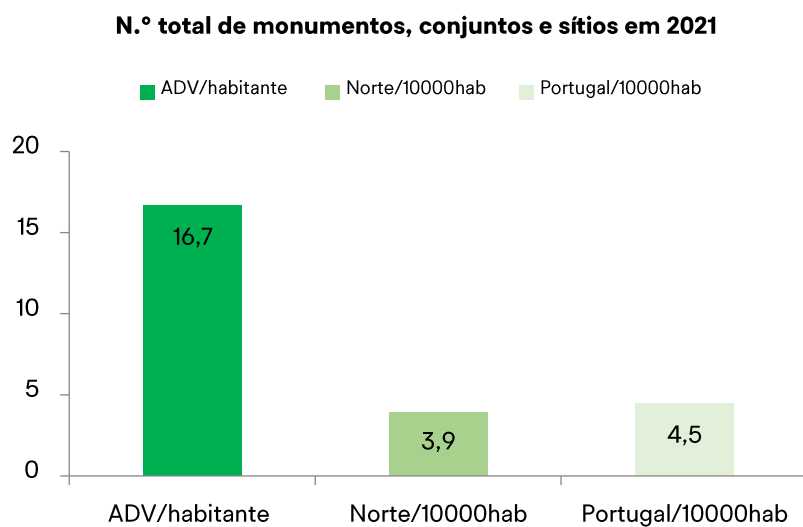


Gráfico 35 - Património cultural imóvel (monumentos, conjuntos e sítios) por cada 10.000 habitantes em 2021.

A anterior apresentação considerou a análise dos bens culturais imóveis de forma generalizada. Para efeito de análise foi somente contemplado o património cultural imóvel, tendo em conta que não foram encontrados registos relativamente ao património imaterial. Para que a análise reproduzisse os efeitos desejados ao encontro dos ODS, seria importante analisar outros dados que aqui não foram contemplados. Contudo, através da informação apresentada, é possível constatar que o ADV dispõe de bens culturais imóveis e coloca-os à disposição da comunidade. No que diz respeito à inclusão, não foi possível auferir se os mesmos estão equipados para servir a toda a população, independente da sua condição socioeconómica. Em comparação com a escala ao nível do NUTS II – Norte e até mesmo ao nível nacional, a população do ADV dispõe de um maior número de bens culturais móveis. Considerando que o estudo se direciona para a região do ADV.

Conclusões, limitações e recomendações

Nesta secção serão apresentadas as conclusões que a análise produziu, limitações que a condicionaram, assim como, recomendações para futuras produções.

Conclusões e limitações

Esta dissertação permitiu introduzir o debate em torno dos indicadores culturais e do seu papel enquanto ferramenta auxiliadora na avaliação e medição do nível de desenvolvimento sustentável do ADV com base na sua cultura, a partir da qual, foi possível extrair conclusões que requerem uma profunda consideração por parte das entidades responsáveis pela conceção de políticas culturais. Desta forma, o presente trabalho apresenta-se não só como pertinente, mas quase como essencial, pretendendo ser um modesto contributo para uma temática que, apesar da elevada importância, tem sido alvo de reduzido reconhecimento e prioridade, quer no meio académico, quer no científico.

A cultura tem ganho crescente atenção nos últimos anos, sendo vista como um veículo de desenvolvimento humano, agente de coesão e promotor da liberdade de expressão. Sendo encarada como um fator de competitividade, desempenha um papel crucial na definição estratégica de desenvolvimento sustentável na medida em que reforça a integração social, promove a coesão socioeconómica e territorial, fomenta o desenvolvimento intelectual e melhora a capacidade de relações interculturais da sociedade, transferindo competências para outros domínios e setores. Por sua vez, os indicadores culturais detêm algumas vantagens imprescindíveis na medida em que ajudam a direcionar ações políticas, definir o conceito de desenvolvimento sustentável, além de conduzirem à sensibilização e educação da população com respeito ao património cultural e natural. Contudo, agregam também um conjunto de desvantagens, nomeadamente, no que diz respeito à indisponibilidade de dados que podem conduzir a resultados pouco fiáveis, inválidos e ineficazes. Adicionalmente, pode-se incorrer no risco de não os interpretar corretamente, manipular ou, até, os custos da sua construção serem demasiado elevados. Para o efeito, é importante que os indicadores selecionados sejam os mais adequados evitando, dessa forma, a sua incorreta aplicação e o conseqüente desfasamento dos resultados.

Os indicadores culturais da UNESCO, a par do desenvolvimento sustentável, são uma importante ferramenta para compreender as relações culturais e os processos de desenvolvimento. A implementação deste instrumento na região do ADV, dentro dos seus principais contributos,

permitiram adquirir conhecimento sobre o panorama geral das dinâmicas culturais do território na mesma medida em que forneceu uma aproximação às condições existentes para o exercício dos direitos culturais. Os resultados extraídos poderão servir de contributo aos agentes locais na criação de políticas culturais que sejam mais eficazes e melhor alinhadas com os objetivos e metas da Agenda 2030. Espera-se que esta dissertação tenha sido capaz de mostrar a inquestionável capacidade desta ferramenta em revelar o estado atual da cultura e, assim, guiar e orientar ações que permitam melhorar o desempenho cultural em prol de um território mais sustentável, coeso e culturalmente desenvolvido.

A capacidade de um país compilar e difundir estatísticas culturais pode variar significativamente de território para território dependendo das prioridades políticas, conhecimentos estatísticos e disponibilidade de recursos humanos e financeiros. O modelo que se apresentou ao longo desta dissertação foi desenhado para ser replicado em diversos contextos e realidades, agregando critérios de flexibilidade e adaptabilidade. Este instrumento dá a conhecer a relação existente entre os distintos processos culturais perante a difusão das estatísticas culturais. São vistos ainda como guias para medir atividades, bens e serviços culturais. Contudo, entende-se que é inevitável apontar algumas das dificuldades geradas pela ferramenta durante a sua aplicação, nomeadamente, a sua grande amplitude torna o processo de análise extremamente moroso e exaustivo, tal como, a complexidade na recolha dos inúmeros dados a que a ferramenta obriga, exerce um elevado nível de esforço ao investigador. Será pertinente, ainda, aludir para a especificidade técnica da ferramenta que pode gerar dificuldades na sua correta aplicação, sentindo-se a necessidade de uma formação prévia que permita aquisição de conhecimentos e habilidades para, dessa forma, se obter total domínio do instrumento. Adicionalmente, uma outra lacuna encontrada na ferramenta, no âmbito da presente análise, diz respeito ao nível da sua aplicação muito mais direcionada para o contexto nacional existindo, por vezes, dificuldades na sua adaptação ao nível regional.

Torna-se claro que uma das principais dificuldades inerentes à criação de indicadores culturais deriva da heterogeneidade de sentidos atribuídos ao conceito de cultura. Cada região adota o seu primeiro sistema, dificultando a criação de indicadores comparáveis. Seria vantajoso a conceção de um único sistema passível de ser reproduzido ao nível nacional e internacional, conduzindo a uma normalização dos dados e, conseqüentemente, possibilitando uma leitura mais objetiva e eficaz. Pese embora, os ganhos que podem ser obtidos pelo estabelecimento de indicadores comuns e comparáveis, as dificuldades metodológicas tornam a tarefa complexa e limitam o alcance de alguns aspetos mais facilmente quantificáveis pelo que se recomenda contemplar na avaliação indicadores de alcance mais restrito visto que fornecem informações mais específicas. Tendo em conta que a delimitação do universo a ser incorporado depende do

conceito de cultura adotado e dos limites que se estabelecem quanto ao que se considera serem atividades culturais, é evidente que essa escolha produziu reflexos imediatos na construção dos indicadores culturais. Nesse sentido, a delimitação do conceito traduziu-se num dos principais desafios enfrentados nesta análise.

Tratando-se de um tema ainda pouco discutido, o material teórico existente é escasso e limitado, na sua maioria, a documentos institucionais, que pouco discutem questões mais complexas e controversas revelando-se, por esse motivo, num enorme desafio para o investigador. Com base na análise geral e, atendendo à amplitude e complexidade do tema, entende-se que seria necessário um confronto com outro tipo de informação e de agentes para, por um lado, esclarecer os mecanismos de mediação técnica da aplicação da ferramenta e, por outro, explorar outras abordagens que permitissem um contacto mais direto com os agentes e instituições culturais. Assume-se, também, a necessidade de uma aquisição de conhecimento mais profunda no que diz respeito à aplicação da ferramenta metodológica utilizada por esta dissertação, que poderia ser obtida, por exemplo, mediante ações de formação por parte da entidade que a concebeu.

Como foi sendo referido ao longo de toda a abordagem teórica, um indicador por si só não é capaz de justificar a capacidade que a cultura tem para promover desenvolvimento sustentável. Contudo, foi possível, através da comparação, verificar se existiu evolução em várias dinâmicas culturais que permitem concluir se é justificativo considerar que a cultura é capaz de promover o desenvolvimento sustentável do território.

Embora a análise tenha contemplado, somente, 6 indicadores dos 22 propostos pela UNESCO, refere-se na própria metodologia que a seleção dos indicadores pode ser adaptada por cada investigador atendendo às características específicas do fenómeno em estudo pelo que, deste ponto de vista, considera-se que a análise mais reduzida seja suficiente para produzir resultados reveladores. A metodologia contou apenas com dados estatísticos, tornando a investigação quantitativa. No entanto, a descrição e interpretação do investigador conferiu ao estudo alguma subjetividade.

A aplicação dos indicadores culturais selecionados produziu informação relevante que permite confirmar que, embora em vários aspetos, a cultura nem sempre seja valorizada enquanto elemento capaz de promover desenvolvimento, por outro lado, a sua valorização pode conduzir a um conjunto de benefícios no território, nomeadamente, no âmbito de produção de riqueza, geração de emprego, valorização e preservação do património e diversidade culturais e, conseqüentemente, o bem-estar e felicidade da comunidade local.

Recordando que a análise feita no âmbito desta dissertação foi incentivada pela seguinte pergunta de partida “Qual foi o contributo que a cultura teve para o desenvolvimento sustentável da região classificada do Alto Douro Vinhateiro durante o período 2001-2021?”, considera-se, dessa forma, razoável assumir, com base nos resultados obtidos, que a cultura é capaz de promover desenvolvimento sustentável, sendo de ressaltar que a sua classificação pela UNESCO em 2001 foi fundamental para a proteção dessa valiosa herança coletiva através da qual se pode verificar um desenvolvimento sustentável da região em alinhamento com as Metas e Objetivos da Agenda 2030. A comprovar tal afirmação, destacamos de seguida as conclusões que a análise produziu com base nas perguntas de investigação definidas, no âmbito de cada uma das dimensões analisadas e que poderão ser consultadas de forma resumida na Tabela 16.

Considerando a pergunta de investigação elaborada no âmbito da dimensão “ambiente e resiliência” e os dados obtidos com base na análise dos indicadores “Despesa em património” e “Equipamentos culturais” conclui-se que o património cultural e natural do ADV é efetivamente capaz de fomentar a criação de um território mais sustentável. Para o efeito, destacamos as seguintes conclusões:

- Embora, no contexto geral, tenha existido um gradual desinvestimento público na cultura da região, podendo colocar em causa a criação de um território mais sustentável, é importante enaltecer o esforço dos municípios que têm olhado para a cultura como uma alavanca ao alcance desse objetivo;
- Considerando que os museus são um local de preservação de memória coletiva, destaque-se a elevada importância dada ao financiamento deste tipo de património, revelando existir por parte dos órgãos públicos locais uma clara vontade na sua proteção e valorização;
- De referir, ainda, que em termos comparativos, os valores registados pelo ADV em termos de despesa pública não diferem muito da realidade nacional, podendo-se afirmar que existe um esforço claro por parte dos organismos locais em acompanhar a evolução nacional, conduzindo, dessa forma, a uma redução das desigualdades territoriais e, conseqüentemente, a uma maior sustentabilidade territorial;
- Desde 2001 existiu um aumento gradual no número de equipamentos culturais na região do ADV, tendo sido as galerias a que registou uma maior evolução, demonstrando a preocupação em garantir a disponibilidade de equipamento culturais para usufruto da comunidade e, conseqüentemente a capacidade que a cultura tem em fomentar a criação de um território mais sustentável cumprindo, assim, os objetivos e metas da Agenda 2030;

- Conclui-se que a produção e do consumo cultural poderão ser um importante contributo para o desenvolvimento de um território mais sustentável se o apoio ao setor for fortalecido e existir uma distribuição igualitária de infraestruturas culturais, permitindo que todos os indivíduos possam participar em atividades culturais e no consumo de bens e serviços culturais, independentemente dos seus rendimentos ou género.

No que respeita a dimensão “prosperidade e qualidade de vida” e respetiva análise do indicador “financiamento público da cultura”, pretendeu-se responder à segunda pergunta de investigação, ou seja, verificar se a cultura pode promover uma economia mais inclusiva mediante a geração de emprego, criação de riqueza, etc., a partir do qual foi possível auferir o seguinte:

- O financiamento público da cultura foi bastante superior em 2013 do que em 2021, o que significa que tem existido um desinvestimento na cultura no decorrer dos anos que pode colocar em causa a promoção e viabilização de uma economia mais inclusiva e sustentável;
- Tem existido um crescente decréscimo no âmbito das despesas de capital, revelando-se que a totalidade do financiamento público da cultura recai sobre as obrigações correntes do município;
- Não obstante, são muitos os municípios do ADV comprometidos com a promoção de uma economia mais inclusiva e próspera sendo pertinente enaltecer o seu esforço e a sua capacidade de ver o potencial da cultura como alavanca de desenvolvimento económico sustentável;
- De forma a fomentar o papel económico da cultura, seria essencial a conceção de uma política que promova a criação de sinergias entre as diversas entidades culturais enfatizando os seus aspetos económicos enquanto geradores de rendimento e emprego, exportações e bem-estar geral para, dessa forma, poder estar alinhado com os objetivos e metas da Agenda 2030;
- Importa salientar que as ações levadas a cabo no âmbito da presente dimensão deverão ser baseadas no género de forma a reduzir as desigualdades sociais.

Na dimensão “Conhecimento e competências”, mediante a análise dos indicadores “educação multilingue” e “formação cultural”, intentou-se compreender se o conhecimento cultural pode conduzir à promoção do respeito e valorização da diversidade cultural respondendo, dessa forma, à terceira pergunta de investigação e, conseqüentemente, obtendo-se compreensão sobre a relação entre educação, cultura e desenvolvimento.

Para o efeito, depreende-se o seguinte:

- A evolução no número de alunos do ensino superior inscritos em arte e línguas na ADV ao longo dos anos analisados foi bastante positiva, embora a representatividade destes, comparado com número total de alunos inscritos no ensino superior, seja pouco significativa;
- Com base na análise de género foi possível constatar que existe uma grande aproximação no número de alunos inscritos em artes no ensino superior de ambos os sexos, concluindo-se que os resultados cumprem com os parâmetros de igualdade de género;
- Considerando os dados obtidos, pode-se afirmar que o território pode beneficiar mediante criação de uma estratégia educacional que seja capaz de proporcionar um ambiente propício à construção, aprendizagem e transmissão de valores culturais e competências promotoras de inclusão social e tolerância, sendo essencial na valorização da diversidade cultural e respeito pela interculturalidade;
- As entidades públicas deverão reunir esforços para garantir que os cidadãos desfrutem do direito cultural à educação e participem na construção e transmissão de valores culturais no meio educacional, beneficiando-se, assim, do empoderamento e aprendizagem social;
- A análise teria sido enriquecida caso tivessem sido levadas em consideração para a construção deste indicador as linguagens não verbais e, dessa forma, garantir a construção de uma sociedade mais igualitária;

Por fim, na análise à dimensão “Inclusão e participação” mediante o uso do indicador “acesso à cultura”, tomou-se como propósito entender se a cultura pode conduzir à construção da coesão social, assim como, à promoção da inclusão e da participação, dando-se resposta à quarta e última pergunta de investigação. A análise gerou as conclusões que se apresentam:

- Embora se possa considerar pouco significativo, houve um aumento no número de bens imóveis na região do ADV;
- O ADV dispõe de bens culturais imóveis e coloca-os à disposição da comunidade;
- Seria relevante recolher dados capazes de confirmar se os equipamentos culturais servem a toda a população, independentemente da sua condição social ou económica;
- Embora não exista uma distribuição igualitária no território de acordo com o tipo de bem cultural, de forma geral todos os municípios que integram a ADV apresentam resultados semelhantes à exceção de Vila Real e Lamego, principais cidades, representando um entrave para a participação social, já que requer mobilidade desde as áreas mais rurais e evita o fortalecimento de laços entre os centros culturais e as comunidades;

- Distribuição dos monumentos é consideravelmente superior comparativamente ao restante tipo de património denotando-se uma distribuição desigual dos bens culturais;
- A distribuição igualitária nos 13 municípios do ADV, poderia aumentar as oportunidades da comunidade local em participar de atividades culturais, promover o desenvolvimento de indústrias culturais fortes e promover um ambiente propício à produção cultural e criativa;
- Uma análise detalhada da participação cultural pode ajudar a garantir uma oferta adequada de equipamentos culturais, levando em consideração as características de consumo cultural da população e as ofertas artísticas e culturais disponíveis;
- A cultura do ADV pode efetivamente promover a coesão social e fomentar a inclusão e participação, mediante o acesso inclusivo às instalações culturais estando em cumprimento com os objetivos e metas da Agenda 2030.

Embora se tenha conseguido alcançar resultados, mediante aplicação dos indicadores culturais, verificou-se que o processo de recolha e análise de dados é bastante moroso e complexo pelo que se considera que seria benéfico ter-se contemplado um espaço temporal mais extenso, enriquecendo a investigação. Nesse sentido, considera-se pertinente finalizar o projeto apresentando um conjunto de sugestões que poderão contribuir para a melhoria de futuras investigações.

As conclusões geradas pela análise podem ser consultadas de forma esquematizadas na tabela que a seguir se apresenta.

Tabela 16 - Apresentação esquematizadas das conclusões geradas. Elaboração própria.

Dimensão	Pergunta de investigação	Conclusões
Ambiente e resiliência	O património cultural e natural do ADV é capaz de fomentar a criação dum território mais sustentável?	<ul style="list-style-type: none"> • Verificou-se um desinvestimento público gradual; • A cultura é vista no geral como alavanca para a criação de um território mais sustentável; • Os museus são o tipo de património com mais destaque no ADV no âmbito de proteção e valorização; • O ADV apresenta despesa pública próxima ao total nacional conduzindo a uma redução das desigualdades territoriais; • A região tem registado um aumento gradual no número de equipamentos culturais; • A produção e o consumo cultural são um importante contributo para o desenvolvimento de um território mais sustentável;
Prosperidade e qualidade de vida	A cultura pode promover uma economia mais inclusiva e próspera mediante a geração de emprego, criação de riqueza, etc.?	<ul style="list-style-type: none"> • Tem existido um desinvestimento na cultura no decorrer dos anos que pode colocar em causa a promoção e viabilização de uma economia mais inclusiva e sustentável; • Tem existido um crescente decréscimo no âmbito das despesas de capital, revelando-se que a totalidade do financiamento público da cultura recai sobre as obrigações correntes do município; • De forma geral os municípios do ADV estão comprometidos com a promoção de uma economia mais inclusiva e próspera; • É essencial a conceção de uma política que promova a criação de sinergias entre as diversas entidades culturais enfatizando os seus aspetos económicos enquanto geradores de rendimento e emprego, exportações e bem-estar geral para, dessa forma, poder estar alinhado com os objetivos e metas da Agenda 2030;

		<ul style="list-style-type: none"> • Considerar ações baseadas no género podem conduzir à redução das desigualdades sociais.
Conhecimentos e competências	O conhecimento cultura pode conduzir à promoção de respeito e valorização da diversidade cultural?	<ul style="list-style-type: none"> • Existiu uma evolução positiva no número de alunos do ensino superior inscritos em arte e línguas; • Existe uma grande aproximação no número de alunos inscritos em artes no ensino superior de ambos os sexos; • O território pode beneficiar mediante criação de uma estratégia educacional que seja capaz de proporcionar um ambiente propício à construção, aprendizagem e transmissão de valores culturais e competências promotoras de inclusão social e tolerância; • As entidades públicas deverão reunir esforços para garantir que os cidadãos desfrutem do direito cultural à educação e participem na construção e transmissão de valores culturais no meio educacional; • A análise teria sido enriquecida caso tivessem sido levadas em consideração para a construção deste indicador as linguagens não verbais;
Inclusão e participação	A cultura pode conduzir à construção da coesão social, assim como à promoção da inclusão e da participação?	<ul style="list-style-type: none"> • Houve um aumento no número de bens imóveis na região do ADV; • O ADV dispõe de bens culturais imóveis e coloca-os à disposição da comunidade; • Não foi possível auferir se os equipamentos culturais estão acessíveis a toda a população, embora se considere estes dados essenciais à análise; • Os municípios não apresentam uma distribuição igualitária de equipamentos culturais, sendo que os monumentos o tipo de património cultural que mais se destaca; • A distribuição igualitária de bens culturais pode aumentar as oportunidades da comunidade local em participar de atividades culturais;

		<ul style="list-style-type: none">• Uma análise detalhada da participação cultural pode ajudar a garantir uma oferta adequada de equipamentos culturais;• A cultura do ADV pode efetivamente promover a coesão social e fomentar a inclusão e participação, mediante o acesso inclusivo às instalações culturais estando em cumprimento com os objetivos e metas da Agenda 2030.
--	--	---

Recomendações para futuras investigações

Atendendo à complexidade do instrumento metodológico proposto, numa próxima aplicação aconselha-se que se tenha em consideração a criação de uma equipa multidisciplinar, ou seja, um grupo composto por elementos de diferentes áreas de especialização. Esse grupo detentor de conhecimentos e habilidades necessárias para o projeto pode contemplar, por exemplo, pessoas com formação em estatística e/ou economia que conduzirá os aspetos técnicos e metodológicos da recolha de dados e construção dos indicadores, pessoas com sólida formação em pesquisa e/ou formulação de políticas na área de cultura e desenvolvimento que direcionará a análise e contextualização dos resultados e ainda pessoas da área da gestão patrimonial. Sugere-se, também, que se considere um espaço temporal mais extenso para assim conseguir-se recolher o maior número de dados possíveis e utilizar o maior número de técnicas disponíveis levando ao enriquecimento do estudo e, em consequência, aumentar os benefícios que este pode produzir junto da comunidade local.

Tal como já referido diversas vezes, o instrumento metodológico utilizado pelo investigador, embora bastante facilitador do ponto de vista de agregação e concentração de conhecimento é, igualmente, bastante complexo.

Partindo da premissa que se pretende que a presente investigação possa ser o modelo a futuras produções, considera-se pertinente sugerir algumas recomendações que, em parte, representam as maiores dificuldades com que o autor se debateu. A informação que a seguir se apresenta foi adaptada do Guia de Implementação da Unesco²⁴.

Com isto dito, conclui-se o projeto sugerindo uma estrutura que possa ser futuramente considerada.

- 1. Formação de equipa de trabalho:** sendo um campo de pesquisa relativamente recente, é crucial associar um conjunto multidisciplinar de pessoas com conhecimentos e competências nas mais variadas áreas para que possam agregar valor à equipa e investigação, nomeadamente, mediante os seguintes âmbitos de conhecimento:
 - a. Investigação e metodologia estatística;
 - b. Marcos normativos e políticas culturais do território;

²⁴ Indicadores de la UNESCO en Cultura para el Desarrollo: Guía de Implementación. Obtido a janeiro de 2023. Disponível em https://polobs.pt/wp-content/uploads/2021/02/Guia_Implement_IUCD_es.pdf

- c. Estratégias de desenvolvimento e políticas públicas;
 - d. Indicadores temáticos da cultura;
 - e. Aptidões escritas e verbais;
 - f. Aptidões analíticas, sobretudo no campo da cultura e desenvolvimento;
 - g. Aptidão para a formulação de políticas destinadas ao sector cultural e outros âmbitos de desenvolvimento.
- 2. Dominar a metodologia:** conhecer o manual metodológico é o critério fundamental para que o projeto seja bem-sucedido melhorando a eficiência na recolha de dados. Neste sentido, sugere-se a leitura meticulosa de todos os materiais relevantes, inclusive, os resultados obtidos em outros países no âmbito da implementação da mesma metodologia.
 - 3. Selecionar as fontes de dados:** considerando que a metodologia da UNESCO foi concebida para atender a várias realidades com diferentes níveis de disponibilidade de dados, trata-se de uma abordagem metodológica flexível e fácil de replicar, privilegiando as fontes de dados nacionais, considerando-as como as mais fiáveis, atualizadas e permitem uma maior dessegregação demográfica.
 - 4. Selecionar os dados:** deve-se elaborar um inventário preliminar das fontes de dados nacionais e internacionais existentes para cada um dos 22 indicadores principais, bem como quaisquer indicadores adicionais e alternativos. Para mapear as fontes de dados existentes, poderá ser criada uma tabela que sirva como guia orientador, podendo contemplar informação sobre localização das fontes, pesquisa documental, indicadores adicionais, notas e observações que sejam consideradas relevantes.
 - 5. Plano de trabalho:** elaborar um rascunho do plano de trabalho que contenha as atividades planeadas, tempo necessário para a sua concretização e definir quem será responsável por cada atividade devendo-se obter a critérios de flexibilidade considerando que poderão existir alterações necessárias.

Importa referir, ainda, que este projeto não é estático, sendo passível de alterações na medida em que se altera a realidade e circunstâncias nos vários aspetos e dimensões da sociedade. Este projeto deverá considerar a continuidade na sua análise e a própria transformação nos resultados produzidos mediante a inclusão de novos parâmetros e indicadores. Espera-se que este projeto possa abrir a discussão do tema na região e consiga provocar transformações no comportamento e ações de agentes públicos e privados, com o propósito final de conseguir promover a sensibilização e cooperação de todos na valorização da cultura do ADV.

Seria pertinente, em futuras produções, considerar a criação de uma equipa multidisciplinar e multifacetada como forma de agregar enriquecimento à investigação. Uma das principais problemáticas prende-se pela subjetividade que o autor, por via da sua opinião e das suas vivências, poderá ter conferido à análise conduzindo ao desfasamento da realidade e, conseqüentemente, reduzir a credibilidade da investigação. Nesse sentido, seria preferível considerar no grupo de trabalho pelo menos dois elementos como forma de reduzir o risco de influências de opinião.

Referências

Albino, J., & Leão, L. (1997). *Desenvolver desenvolvendo. Práticas e pistas para o desenvolvimento local no alentejo. Messejana: Esdime.*

Alegre, H., Baptista, J. M., Jr., E. C., Cubillo, F., Duarte, P., Hirner, W., Parena, R. (2007). *Performance indicators for water supply Services: manual of best practice*. Obtido em novembro de 2022, de https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=H-9nDQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&ots=g0uvMMdHuj&sig=s2kQUuT8VD4UmHcuWlnck1DPfQQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

Alegre, H., Baptista, J., Cabrera, E., Cubillo, F., Duarte, P., Hirner, W., . . . Parena, R. (2006). *Performance indicators for water supply Services: manual of best practice. 2ª. ed.* London: IWA Publishing.

Alonso, G., & Medici, M. (2012). *UNESCO culture for development indicators suite: a tool to incorporate culture into development strategies. 7.* UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000219870>.

Alonso, G., Caucino-Medici, M., & Nowacka, K. (2011). UNESCO, Bateria de Indicadores UNESCO en Cultura para el Desarrollo. Obtido em novembro de 2022, de <https://redbgc.files.wordpress.com/2013/05/143987550-cultura-y-desarrollo-indicadores-1.pdf>.

Alvarenga, D. L. (janeiro de 2019). A salvaguarda do património cultural imaterial. *Dissertação de mestrado*. Universidade Autónoma de Lisboa. Obtido em 29 de janeiro de 2021, de <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4364/1/Dissertacao%20Daniel%20Levy%20de%20Alvarenga%20vFinal3.pdf>

Alves, A. (2011). A Certificação Territorial como Ferramenta para o Desenvolvimento Sustentável de Municípios Costeiros: Caso de estudo de Loulé. *Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente*. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa.

Amaro, R. (2001). O Conceito de Desenvolvimento Local no Quadro da Revista do Conceito de Desenvolvimento, AAVV . *Desenvolver (Des)envolvendo – Reflexões e Pistas para o Desenvolvimento Local*. Messejana, Esdime.

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria, *Cadernos de Estudos Africanos*. 4, 35-70.

Amaro, R., Henriques, M., & Vaz, M. (1992). Iniciativas de Desenvolvimento Local – caracterização de alguns exemplos. . Instituto Universitário de Lisboa e Instituto de Emprego e Formação Profissional. .

Arroyo, S. C. (1999). Indicadores culturales: una reflexión. 1-21. Obtido em novembro de 2022, de <http://oic.mdebuenosaires.gob.ar/contenido/objetos/IndicadoresculturalesUnareflexion.pdf>. Valência: Universidad de Valencia.

Baptista, C., & Sousa, M. (2011). Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios, segundo Bolonha. 4^a Ed. . Lisboa: Pactor.

Barranha, H. (2016). Património Cultural: conceitos e critérios fundamentais. 1^a Edição. (I. P. ICOMOS-Portugal, Ed.) Lisboa.

Barros, M. V. (2019). O património cultural: qual o seu significado e importância para os jovens do século XXI? Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais. Obtido em dezembro de 2022, de http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/66004/1/9_Tesecorrigida_MaraBarros.pdf

Bell, S., & Morse, S. (2008). Sustainability Indicators: Measuring the Immeasurable? Ed. 2, 3-27. London: Earthscan.

Bellen, H. M. (2004). *Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação*. Obtido em 2022, de <https://www.scielo.br/j/cebape/a/k77Q3nc4KhT3cfFJS9jRKwh/?format=pdf&lang=pt>

Bellen, H. M. (2006). Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. 2.^a. Rio de Janeiro: FGV.

Benetti, L. B. (2006). Avaliação do índice de desenvolvimento sustentável do município de Lages (SC) através do método do Painel de Sustentabilidade. 215f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental). Universidade Federal de Santa Catarina.

Bilhim, J. (2004). A Governação nas Autarquias Locais. Coleção Inovação e Governação nas Autarquias. Sociedade Portuguesa de Inovação. Porto.

Branco, R. (2008). O Movimento da Qualidade em Portugal. Grupo Editorial Vida.

Bucho, D. (2010). Património, Animação e Turismo. 1ª Edição. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

Café, D. C. (2007). *Património, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena*. (U. L. Tecnologias, Ed.) Obtido em 2022, de <http://hdl.handle.net/10437/105>

CAFÉ, D. C. (2007). *PATRIMÓNIO, IDENTIDADE E MEMÓRIA: PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU DO TERRITÓRIO DE ALCANENA*. Obtido em 14 de fevereiro de 2021, de http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/daniel_cafe.pdf

Câmara Municipal Torres Vedras. (s/d). Plano Estratégico Cultural Torres Vedras. *Dimensões Estratégicas*, Obtido em novembro de 2022, de <http://www.cm-tvedras.pt/cultura/plano-estrategico-de-cultura/dimensoes-estrategicas/>.

Câmara, J. B. (2002). (Org). GEO BRASIL: Perspectivas do Meio Ambiente no Brasil. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente PNUMA. Brasília: Edições IBAMA.

Campenhoudt, L. V., Marquet, J., & Quivy, R. (2022). Manuel de recherche en sciences sociales. 6ª Ed. . Malakoff: Armand Colin.

Canedo, D. (2009). “Cultura é o quê?” - Reflexões sobre o Conceito de Cultura. V *ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*. Salvador, Bahia, Brasil: Faculdade de Comunicação/UFBA. Obtido em novembro de 2022, de <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>.

Carvalho, J. R., Curi, W. W., Carvalho, E. K., & Curi, R. C. (2011). *Proposta e validação de indicadores hidroambientais para bacias hidrográficas: estudo de caso na sub-bacia do alto curso do Rio Paraíba*. (2 ed., Vol. 23). PB: Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia.

Carvalho, N. (2007). *O Ambiente como Problema Social em Portugal*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente.

Carvalho, N. (2009). *Desenvolvimento Local Sustentável – A Agenda 21 Local como instrumento de política privilegiado para a sua implementação*. Obtido de Bárlia – Revista Científica sobre Ambiente e Desenvolvimento, nº 5. 79-94.

Carvalho, N., Lisboa, M., & Roque, A. (2009). *Novas formas de economia e desenvolvimento sustentável: as dinâmicas dos actores sociais*. Obtido em dezembro de 2022, de <http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%206/226A.pdf>

Castellano, H. (2005). *La Planificación Del Desarrollo Sostenible: Contenidos, entorno y método*. Universidad Central de Venezuela. Centro de Estudios del Desarrollo. CENDES.

Cesário, J. M., Flauzino, V. H., & Meija, J. V. (2020). Metodologia científica: Principais tipos de pesquisas e suas características. pp. 5. 23-33. [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tipos-de-pesquisas](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tipos-de-pesquisas).

Chagas, A. P. (2014). *O Conceito de Património Cultural no Século XXI: a Comunicação Social no Processo Coleccionístico de Arte*. Sintra: Revista Tritão.

Charles C. , M. (1987). EL PROBLEMA DE LA CULTURA O LA CULTURA COMO PROBLEMA. *Estudios sobre las Culturas Contemporaneas, año/vol. I, número 003*, 119-149. (U. A. México, Ed.) Colima, México: Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal.

Chediek, J. (2013). *Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro*. Brasília: Governo Federal do Brasil. Obtido em novembro de 2022, de <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/pdf/Indicadores%20de%20Desenvolvimento%20Brasileiro-final.pdf>.

Coelho, T. (2007). Política cultural em nova chave: indicadores qualitativos da ação cultural. *n.3*, 9-21. São Paulo: Revista Observatório Itaú Cultural.

Costa, M., & Reis, R. (2008). Turismo e desenvolvimento local. *Economia & Empresa*, N°8.

Costa, S. M. (2021). *A Animação Turística como instrumento de valorização do turismo cultural e criativo no Alentejo Litoral. Mestrado em Turismo – Ramo Cultura e Património*. Algarve: Universidade do Algarve.

Custódio, J. (. (2011). 100 anos de Património. Memória e Identidade. Lisboa: IGESPAR, 2ª edição, 243-245.

Dahl, A. L. (1997). The big picture: comprehensive approaches. In: MOLDAN G.; BILHARZ, S. (Eds.) *Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development*. Chichester: John Wiley & Sons Ltd.

Decreto-Lei n.º142/2008. (24 de Julho de 2008). *Diário da República n.º142/2008*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Decreto-Lei n.º19/93 . (23 de Janeiro de 1993). *Diário da República n.º19/1993, I Série A*. Lisboa: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.

Deponti, C. M., Eckert, C., & Azambuja, J. L. (2002). Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.4. 44-52. .

Deponti, C., & Almeida, J. (2008). *Indicadores para avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local*. Obtido em novembro de 2022, de <https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/430.pdf>

DGOTDU. (2011). Glossário do Desenvolvimento Territorial - Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT). Lisboa.

DGPC. (s.d.). *Património*. Obtido em 14 de fevereiro de 2021, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/>

DGPC. (s.d.). *Património Imóvel*. Obtido em 14 de fevereiro de 2021, de <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/>

DIAS, G. J., & DUARTE, L. M. (1999). *Cister no Vale do Douro*. AFRONTAMENTO: AFRONTAMENTO.

Direção Geral do Ambiente. (2000). Proposta para um Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável . Lisboa: Direção Geral do Ambiente.

Dryzek, J. (2005). *The Politics of the Earth: Environmental Discourses*. Oxford: Oxford University Press.

Earth Charter Commission. (1992). A Carta da Terra. Obtido em novembro de 2022, de <https://earthcharter.org/wp-content/uploads/2021/02/Carta-da-Terra-em-portugues.pdf?x62355>.

European Commission. (2018). *Directorate-General for Environment: Indicators for sustainable cities*. Obtido em Novembro de 2022, de <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/cbaa6e59-437c-11e8-a9f4-01aa75ed71a1>

European Geoparks. (s.d). Global Geoparks Network. Obtido em 7 de fevereiro de 2021, de http://www.europeangeoparks.org/?page_id=633&lang=pt

Fernandes, J. (2010). *Cultura: o 4 º pilar da sustentabilidade*. Obtido em novembro de 2022, de https://www.filantropia.org/informacao/cultura_o_4_pilar_da_sustentabilidade

Fernandes, L. A. (2004). *The Meaning of Sustainability: Searching for Agrienvironmental Indicators*. Manchester: University of Manchester – Institute for development policy and management (Doctoral thesis).

Francisco, J. (2015). *Desafio da Sustentabilidade cultural: o museu e suas práticas*.

Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica: Fundamentos, métodos e técnicas*. 3ª Ed. Lisboa: Instituto Piaget.

Furtado, F. (2002). *Cidades sustentáveis*. Pernambuco: Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco. Recife: UFPE.

Furtado, F. (2002). *O processo de monitoramento, avaliação e controlo de projetos*. UFPE / Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Em *Gestão do Património Cultural Integrado*. Recife: Univesersitária da UFPE.

Gallopín, G. (1996). Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A systems approach. *Environ Model Assess* 1. 101–117 (1996). Obtido em 22 de novembro, de <https://doi.org/10.1007/BF01874899>.

Garcia, S., & Guerrero, M. (2006). Indicadores de sustentabilidad ambiental en La gestión de espacios verdes: Parque urbano Monte Calvário, Tandil, Argentina. *Rev. geogr. Norte Gd.* 35, 45-57.

Gaspar, P., & Brito, J. (2008). *Indicadores do Desenvolvimento Sustentável. Urbanismo & Construção*. Obtido em novembro de 2022, de https://www.researchgate.net/publication/282643742_Indicadores_do_Desenvolvimento_Sustentavel

Gomes, F. P. (2007). *Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável*. Projecto Casa Brasil: MTE, SENAES.

Gonçalves, A. (2015). *Moda sustentável e marketing experiencial: fatores que influenciam a intenção de compra*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Marketing. Instituto de Arte Design e Empresa.

Guerreiro, R., & Catelli, A. (s.d.). *Análise de Variações de Custo-Padrão: existe afinal variação mista?*

Guimarães, R. P. (1998). Aterrizando una Cometa: indicadores territoriales de sustentabilidad. Serie Investigación: Santiago do Chile. v.18, n.98.

Hadjimichalis, C. (1994). Global-Local Conflicts: Examples from Southern Europe. In A. Amin & N. Thrift (org.). *Globalisation, Institutions and Regional Development in Europe*, 237-256. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press. .

Hammond, A., Adriaanse, A., Rodenburg, E., Bryant, D., & Woodward, R. (1995). *Environmental indicators : a systematic approach*. Washington: World Resources Institute.

Hartog, F., & Guerreiro, A. (2019). O poder e a autoridade da memória. *Electra*, 8, pp. 39-50.

Hawkes, J. (2001). *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's essential role in public planning*. Australia: Common Ground.

Hill, M., & Hill, A. (2002). *Investigação por Questionário. 2ªEd.* . Lisboa: Edições Sílabo.

Hopenhayn, M. (1994). The cultural industry and new codes of modernity. *Publicaciones Periódicas, Revistas y Boletines. CEPAL Review No.54.* p. 167-179. Obtido em novembro de 2022, de <http://hdl.handle.net/11362/10511>. Latin America: Revista CEPAL.

Horbach, J. (2005). Methodological Aspects of an Indicator System for Sustainable Innovation. In: Horbach, J. (eds) *Indicator Systems for Sustainable Innovation. Sustainability and Innovation*. Physica-Verlag HD. Obtido em 22 novembro, de https://doi.org/10.1007/3-7908-1620-5_1.

ICOMOS. (1985). *Declaração do México de 1985. Conferência Mundial sobre Políticas Culturais*. Obtido em 2021 de janeiro de 2021, de <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Declara%C3%A7%C3%A3o-Confer%C3%A2ncia-Mundial-sobre-Pol%C3%ADticas-Culturais-Mondiacult-M%C3%A9xico-1982.pdf>

INA. (maio de 2019). *Agenda 2030: Uma agenda de inovação na gestão pública*. Obtido em 29 de janeiro de 2021, de Portal diplomático: https://www.portaldiplomatico.mne.gov.pt/images/politica_externa/publicacaoina_editora_ods_gestao_publica.pdf

Innes, J. E. (2002). *Knowledge and Public Policy: The Search for Meaningful Indicators. 2 ed.*, 291. New Jersey: Transaction Publishers.

IPHAN. (1964). Carta internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sitios. // *Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos*, 1-4. Obtido em novembro de 2022, de

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>.

Veneza.

IUCN. (2020). *Best Practice Protected Area Guidelines Series*. Obtido de <https://portals.iucn.org/library/node/49132>

Jones, P. W. (2017). The sustainable development goals and information and communication technologies. *Indonesian Journal of Sustainability Accounting and Management*, 1(1), . 1-15. Obtido em novembro de 2022, de https://www.researchgate.net/publication/321037445_The_Sustainable_Development_Goals_and_Information_and_Communication_Technologies.

Karpinski, C. (2018). Patrimônio natural, documentação e pesquisa. *TransInformação*, 30(3), 314-323. Obtido em 29 de janeiro de 2021, de <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v30n3/0103-3786-tinf-30-03-00314.pdf>

Kemerich, P. D., Ritter, L. G., & Borba, W. F. (2014). *Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações*. V. 13, N. 5. p. 3723-3736. (E. E. LPMA/UFSM, Ed.) Obtido em Novembro de 2022, de <https://doi.org/10.5902/2236130814411>

Leite, A. F. (2013). *ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E DE CONSERVAÇÃO PARA A PAISAGEM CUTURAL DE SINTRA, PATRIMÓNIO MUNDIAL*. (U. T. Lisboa, Editor) Obtido em 16 de fevereiro de 2021, de https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6170/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AnaFilipaLeite.pdf

Lima, B. L. (2017). Critérios para avaliação da sustentabilidade em marcas de moda. *Design & Tecnologia*, 7(14), 59-68.

Lira, W. S. (2008). Sistema de Gestão do Conhecimento para Indicadores de Sustentabilidade – SIGECIS: Proposta de uma metodologia. Campina Grande – PB.2008. 178 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande.

Lopes, J. M. (2011). *Indicadores de Monitorização de Planos Municipais de Ordenamento do Território*. Dissertação de Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Loureiro, A. (2000). Pós modernos: uma nova abordagem do desenvolvimento. *Economia e sociologia*, n.º 69 (pp. 165–177).

Martins, P. (2017). Formas de participação do terceiro setor no contexto do turismo - O caso do Algarve. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.

Martins, R. N., & Nunes, F. (2016). A sustentabilidade cultural no âmbito das políticas de desenvolvimento...The Overarching Issues of the European Space: Rethinking Socioeconomic and Environmental Problems...Porto: FLUP, pp. 252-263. Obtido em novembro de 2022, de <https://ler.letras.up.pt/upl>.

Marzal, K., & Almeida, J. (2000). Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas: Estado da arte, limites e potencialidades de uma nova ferramenta para avaliar o desenvolvimento sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v.17, n.1, p.41-59, jan./abr.

Meadows, D. (1998). Indicators and Information Systems for Sustainable Development. 1.^a. The Sustainability Institute, Hartland Four Cornes-VT.

Meadows, D. (1998). Indicators and information systems for sustainable development. In *The Earthscan reader in sustainable cities*. 364-393. Routledge.

Mendes, A. R. (2012). O QUE É PATRIMÓNIO CULTURAL. 1.^a edição. Olhão: GENTE SINGULAR.

Menezes, C. C. (2010). Cooperação internacional e património mundial. *Revista Brasileira de História & Cooperação internacional e patrimônio mundial. Revista Brasileira De História & Ciências Sociais*, 2(3). Recuperado de <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10392>.

Mergulhão, L. (1997). Desenvolvimento e ruralidade: alguns aspectos sociológicos. *Economia e sociologia*, n.º 64, 143-156.

Ministério dos Negócios Estrangeiros. (junho de 2017). Obtido em 29 de janeiro de 2021, de Relatório nacional sobre a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/15771Portugal2017_PT_REV_FINAL_28_06_2017.pdf

MNE, M. d. (2017). A Agenda 2030 em Portugal. Obtido em novembro de 2022, de https://issuu.com/comissaonacionaldaunesco/docs/agenda_2030_em_portugal.

Moniz, F., & Simão, J. (2019). *A percepção dos stakeholders sobre o desenvolvimento turístico: o caso da Ilha de São Miguel, Açores*. (P. R. Cultural, Editor) Obtido em 16 de fevereiro de 2021, de https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8939/3/PS_17_5_%282019%29_08.pdf

Moreira, C. (2006). *O entendimento do Patrimônio no contexto local*. (R. OPPIDUM, Ed.) Obtido em 2022, de Câmara Municipal de Lousada: https://www.cm-lousada.pt/cmlousada/uploads/document/file/246/23_original.pdf

Moura, L. (2008). *Qualidade e Gestão Ambiental*. 5 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira.

Muga, H. E., & Mihelcic, J. R. (2008). *Sustainability of wastewater treatment technologies Management*. (Journal of Environmental, Ed.) Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2007.03.008>

Nações Unidas. (1992). *DECLARAÇÃO DO RIO SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO*. Rio de Janeiro.

Neves, A. (2012). *Uso de Indicadores Chave de Desempenho para avaliar Sistemas de Gestão. Provas destinadas à obtenção do grau de Mestre em Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança*. ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências.

Niederle, P. A., & Radomsky, G. F. (2016). *Introdução às teorias do desenvolvimento*. 1ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

OLIVEIRA, D. d. (2002). *Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia, Práticas*. 17 ed. São Paulo: Atlas.

Oliveira, G. B. (2002). Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. v.5, n.2, 37-48. Curitiba : Revista da FAE.

Oliveira, M. F. (2011). *METODOLOGIA CIENTÍFICA:um manual para a realização de pesquisas em administração*. Obtido em 13 de fevereiro de 2021, de https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/52313331/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf?1490541900=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DUNIVERSIDADE_FEDERAL_DE_GOIAS_CAMPUS_CAT.pdf&Expires=1613216909&Signature=dSckRoJCnEA4wxk~loxx

ONU, O. d. (2015). *Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. Nova Iorque: Resolução adotado pela Assembleia Geral em 25 de setembro de 2015, 66ª Sessão A/RES/70/1. Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas. (1992). *Agenda 21*. Nova Iorque: United Nations Division for Sustainable Development, Nações Unidas.

Paula, P. (2011). Sob o signo de Sítio. Políticas do património edificado em Portugal.1980-2010” in Custódio, Jorge (coordenação) (2011). “100 anos de Património. Memória e Identidade”. Lisboa: IGESPAR, 2ª edição, 261-262.

Pereira, P. (2012). 100 anos de Património. Memória e Identidade. IGESPAR, 2ª edição.

Pérez, X. P. (2009). Turismo Cultural: uma Visão Antropologica. (A. C. Antropología, Ed.). Revista de Turismo y Patrimonio Cultura.

Pimenta, A. A. (2015). *Intervenção em Edifícios Antigos de Arquitetura Corrente*. Obtido em 14 de fevereiro de 2021, de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/12828>

PIMENTA, A. A. (2015). Intervenção em edifícios antigos de arquitetura corrente. Escola Superior Gallaecia.

Pimenta, A. A. (2015). Intervenção em edifícios antigos de arquitetura corrente. Obtido em novembro de 2022, de <http://hdl.handle.net/10400.26/12828>.

Pinto, H. (2016). Educação Histórica e Patrimonial: Conceções de Alunos e Professores sobre o Passado em Espaços do Presente. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

Pires, S. M., Aragão, A., Fidélis, T., & Mendes, I. (2017). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Instrumentos Estratégicos e Inovadores para Municípios Sustentáveis | O caso de Estarreja* (Instituto Jurídico | Universidade de Aveiro | OHMI-Estarreja - CNRS-INEE-LabEx DRIIHM ed.).

Pires, S. M., Fidélis, T., & Ramos, T. B. (2014). Measuring and Comparing Local Sustainable Development through Common Indicators: Constraints and achievements in practice. 39, 1-9. Obtido em novembro de 2022, de <https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.02.003>. Obtido em novembro de 2022

Portugal. (8 de Setembro de 2001). Decreto-Lei n.º 107/2001. *Diário da República n.º209/2001, I Série A*. Lisboa: Diário da República Eletrónico.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 5ª Ed. . Lisboa: Gradiva.

Rabelo, L. S., & Lima, P. V. (2007). Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. In: Revista Eletrônica do Prodema, vol 1, nº. 1, p.

55-76. Obtido em novembro de 2022, de https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3630/1/2007_art_Israbelo.pdf.

Rametsteiner, E., Pülzl, H., Alkan-Olsson, J., & Frederiksen, P. (2011). Sustainability indicator development - Science or political negotiation? *11*, pp. 61-70. Obtido em novembro de 2022, de <https://doi.org/10.1016/j.ecolind.2009.06.009>. Obtido de Ecological Indicators.

Ramos, M. V. (2019). *O património cultural: qual o seu significado e importância para os jovens do século XXI?* (U. d. Minho, Ed.) Obtido em 2022, de <https://hdl.handle.net/1822/66004>

Raposeiro, P. A. (2015). O Património Natural como Recurso Endógeno: o Caso da Freguesia da Tocha. *Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local*. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra.

Rausell-Köster, P. (2013). Comprender la Economía de la Cultura Como vía para salir de la Crisis. 286-289. Obtido em novembro de 2022, de https://www.scipedia.com/wd/images/c/c6/Draft_Content_171440723-33202-1725-document.pdf.

Raymond Quivy , L. (1998). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Objectivos e Procedimento. 2. ed. Lisboa: Gradiva.

Reigado, F. (2000). Desenvolvimento e Planeamento Regional. Estampa. .

Reis, J. (1992). Os espaços da indústria - A regulação económica e o desenvolvimento local em Portugal. Lisboa: Edições Afrontamento.

Reis, J. (1998). *Uma nova política pública: o Desenvolvimento Local, in A Rede*. .

Rigueiro, I. C. (2014). DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: Uma abordagem à sustentabilidade dos Projetos de Empreendedorismo Social. Coimbra: UNIVERSIDADE DE COIMBRA - FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO.

Rita, J. P., & Mergulhão, L. F. (1997). Inovação organizacional e desenvolvimento nas regiões pobres. *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 25, 103-123.

Rocha, A. D. (2010). Construção e Análise de Indicadores. Curitiba: Serviço Social da Indústria. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade.

Rockström, J., Falkenmark, M., & M.Lannerstad. (2007). Assessing the Water Challenge of a New Green Revolution in Developing Countries. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 104, pp. 6253–6260.

Roma, J. C. (2019). *Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável*. (Ciência e Cultura vol.71 no.1 São Paulo) Obtido em 18 de fevereiro de 2021, de <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>

Rosenström, U., & Kyllönen, S. (2007). Impacts of a participatory approach to developing national level sustainable development indicators in Finland. *J Environ Manage.* 2007 Aug;84(3):282-98. doi: 10.1016/j.jenvman.2006.06.008. Epub 2006 Aug 9. PMID: 16901619.

SACHS, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, I. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sachs, I. (2004). Desenvolvimento sustentável: desafio do Séc. XXI. *Ambiente e Sociedade*, v.7, n.2, , 214-216. Obtido em novembro de 2022, de 10.1590/S1414-753X2004000200016.

Saldanha, E. E. (2007). *Modelo de Avaliação da Sustentabilidade Socioambiental*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis: UFSC.

Santana, P., Silveira, L., Costa, C., Almendra, R., & Loureiro, A. (2019). *A Coesão Territorial e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. (CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território) Obtido em 18 de fevereiro de 2021, de https://www.researchgate.net/publication/337155413_A_Coesao_Territorial_e_a_Agenda_2030_para_o_Developolvimento_Sustentavel

Santos, M. F., Peixoto, J. A., & Xavier, L. S. (2008). INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E SUÍÇA. v. 2, n. 3, pp. 42-58. Rio de Janeiro: RPCA.

Santos, M. O. (2006). *TEXTO DE APOIO SOBRE A AGENDA 21 LOCAL PLANO DE ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SÉCULO XXI OU UMA AGENDA PARA O SÉCULO XXI*. Obtido em 16 de fevereiro de 2021, de http://home.uevora.pt/~mosantos/download/ALs21_Texto11Ag12.pdf

Segnestam, L. (2003). Indicators of environment and sustainable development: theories and practical experience (No. P01 234). World Bank, Washington, DC (EUA).

Sena, A., Matos, F., Mesquita, R., & Machado, D. (2017). Grassroots approach and resistance: upgrading the conception of sustainable development. pp. 651-666. Obtido em novembro de 2022, de <https://doi.org/10.1590/1679-395152097>.

Serra da Estrela confirmada como Geopark Mundial da UNESCO. (2020). *Público*. Obtido em 7 de fevereiro de 2021, de <https://www.publico.pt/2020/07/10/fugas/noticia/serra-estrela-confirmada-geopark-mundial-unesco-1923992>

Shields, D., Šolar, S., & Martin, W. (2002). Ecological Indicators. The role of values and objectives in communicating indicators of sustainability. *2, 1-2*, 149-160. Obtido em novembro de 2022, de [https://doi.org/10.1016/S1470-160X\(02\)00042-0](https://doi.org/10.1016/S1470-160X(02)00042-0).

Siche, R., Agostinho, F., Ortega, E., & Romeiro, A. (2007). Indices versus indicators: Conceptual precisions in the sustainability discussion of countries. *Ambiente & Sociedade*. 10. 137-148. Obtido em novembro de 2022, de <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000200009>.

Silva, A. M., Correia, A. M., & Cândido, G. A. (2010). Ecological Footprint Method: Avaliação da Sustentabilidade no Município de João Pessoa, PB. In: CÂNDIDO, G. A. (Org.). *Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: Formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas*, 236-271. Campina, PB: UFCG.

Silva, C. L., & Souza-Lima, J. E. (2010). Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva.

Silva, L. (2007). *Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva. Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo*. Obtido em novembro de 2022, de [doi:10.11606/T.27.2007.tde-22072009-183232](https://doi.org/10.11606/T.27.2007.tde-22072009-183232)

Silva, M. (2019). O Património e a Oferta Turística como Potenciadores de Desenvolvimento Sustentável: Contributos para Plano Municipal de Cultura e Turismo de Baião. Lamego: Instituto Politécnico de Viseu.

Silva, V. J., Silva, G. S., Conde, A. F., & Magalhães, O. (2020). *Patrimônio Cultural e espaços sociais*. Obtido em janeiro de 2021, de https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/27778/1/Livro%20de%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20e%20espa%C3%A7os%20sociais%20_04_03_2020_Vers%C3%A3o%20final.pdf

Soini, K., & Birkeland, I. (2014). Inger. Exploring the scientific discourse of cultural sustainability. *51*, 223-233. . Geoforum.

Soligo, V. (2012). Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. *Estudos em Avaliação Educacional*. v.23, 12-25.

Spínola, H. (2020). *Literacia do Património Natural*. Obtido em janeiro de 2021, de <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2815/1/Literacia%20do%20patrim%c3%b3nio%20natural%20HelderSp%c3%adnola.pdf>

Swanson, G. (1997). Cultural industries and cultural development in the international frame: a response to the World Commission on Culture and Development. - Report, *Our Creative Diversity* (1995).- *Culture and Policy*, 8(1),. 37–52. Obtido em novembro de 2022, de <https://search.informit>.

Throsby, D. (1999). Cultural Capital. *Journal of Cultural Economics*. 23, 3–12. Obtido em novembro de 2022, de <https://doi.org/10.1023/A:1007543313370>.

Throsby, D. (2003). Determining the Value of Cultural Goods: How Much (or How Little) Does Contingent Valuation Tell Us?. *Journal of Cultural Economics* 27, 275–285. Obtido em novembro de 2022, de <https://doi.org/10.1023/A:1026353905772>.

Turismo de Portugal. (2021). *Relatório de Sustentabilidade 2021*. Obtido em dezembro de 2022, de <https://travelbi.turismodeportugal.pt>

UCLG. (2004). Agenda 21 for culture. *Universal Forum of Cultures*. Barcelona.

UCP. (2004). *Agenda 21 na Escola. / Grupo de Estudos Ambientais da Escola Superior de Biotecnologia – Ideias para Implementação*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

UNESCO. (1972). Convenção de Paris. *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*. Obtido em 29 de janeiro de 2021, de <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO. (1972). *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Obtido em 14 de fevereiro de 2021, de <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO. (1982a). *Estadísticas culturales y desarrollo cultura*. Paris: Unesco.

UNESCO. (1989). *Draft medium-term plan (1990–1995)*. Paris: Registros da Conferência Geral, 25ª sessão.

UNESCO. (2002). *Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Obtido em dezembro de 2022, de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000147273>

UNESCO. (2003). *CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL*. Obtido em Dezembro de 2022, de <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

UNESCO. (2013). The Hangzhou Declaration - Placing Culture at the Heart of Sustainable Development Policies. Hangzhou: Hangzhou International Congress. China.

UNESCO. (2014). *Indicadores de la UNESCO en Cultura para el Desarrollo: Guía de Implementación*. Obtido em dezembro de 2022, de <http://en.unesco.org/creativity/cdis>

UNESCO. (2017). *UNESCO Global Geoparks*. Obtido em 29 de janeiro de 2021, de <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/>

UNESCO. (2019). Thematic Indicators for Culture in the 2030 Agenda. França. Obtido em novembro de 2022, de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371562>.

United Nations. (1992). Agenda 21. *United Nations Conference on Environment & Development Rio de Janeiro, Brazil, 3 to 14 June 1992*. Obtido em novembro de 2022, <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/Agenda21.pdf>.

United Nations. (2015a). The millennium development goals Report, 17.

United Nations. (2018a). Sustainable Development. Obtido em novembro de 2022, de <https://unstats.un.org/sdgs/files/report/2018/thesustainabledevelopmentgoalsreport2018-en.pdf>.

Vagarinho, J. P. (2019). Como identificar a originalidade num artigo científico ou numa tese de doutoramento?. *Educar em Revista*. 35. 181-207. 10.1590/0104-4060.58892. Obtido em Junho de 2023

Vale, T. F., Moreira, J. C., & Meneguzzo, I. S. (2016). *A Conservação da Natureza e os Geoparks: A Proteção do Arquipélago de Fernando de Noronha (PE)*. Obtido em 29 de janeiro de 2021, de https://www.academia.edu/30578256/A_Conserva%C3%A7%C3%A3o_da_Natureza_e_os_Geoparks_A_Prote%C3%A7%C3%A3o_do_Arquip%C3%A9lago_de_Fernando_de_Noronha_PE_

Van Bellen, H. M. (2006). *Indicadores de Sustentabilidade: Uma Análise Comparativa*. (2.^a ed.). Rio de Janeiro: FGV.

Veiga, J. (2005). *Território e Desenvolvimento Local*. Oeiras: Celta Editora.

Vieira, S. C. (2008). *Desenvolvimento sustentável. A evolução do conceito*. Obtido em novembro de 2022, de <https://jus.com.br/artigos/11961/desenvolvimento-sustentavel>.

Villela, A. T. (2017). *Técnicas retrospectivas, restauração e património histórico*. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A.

Wackernagel, M., Rodgers, K., Thomas, J., & Youngblood, C. (2002). *Sustainability Starts in Your Community. A Community Indicators Guide*. Obtido em novembro de 2022, de <https://library.um.edu.mo/ebooks/b16332490.pdf>

WCED. (1987). *Our common future*. Nova Iorque: Relatório da Comissão Mundial em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Nações Unidas.

WSSD. (2002). *Johannesburg Declaration on Sustainable Development*. Nova Iorque: United Nations Documents, Nações Unidas .

Zanirato, S. H. (2016). *Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível?* Revista Confluências Culturais.

Anexos e Apêndices



INDICADORES TEMÁTICOS PARA LA CULTURA EN LA AGENDA 2030

MEDIO AMBIENTE Y RESILIENCIA

- 1 Gastos en patrimonio
- 2 Gestión sostenible del patrimonio
- 3 Adaptación al cambio climático y resiliencia
- 4 Equipamientos culturales
- 5 Espacio abierto a la cultura

Convenciones culturales de la UNESCO



- 2.4 Producción de alimentos y agricultura sostenibles
- 6.6 Ecosistemas relacionados con el agua
- 9.1 Infraestructura de calidad
- 11.4 Patrimonio cultural y natural
- 11.3 Espacios públicos inclusivos
- 12.3 Gestión sostenible del turismo
- 13.1 Resiliencia al clima y a los desastres
- 14.5 Conservación de las zonas marinas
- 15.1 Ecosistemas terrestres sostenibles
- 16.4 Recuperación de activos robados

PROSPERIDAD Y MEDIOS DE VIDA

- 6 Cultura en el PIB
- 7 Empleo cultural
- 8 Empresas culturales
- 9 Gastos de los hogares
- 10 Comercio de bienes y servicios culturales
- 11 Financiación pública de la cultura
- 12 Gobernanza de la cultura

Convenciones culturales de la UNESCO



- 8.3 Empleo, espíritu empresarial e innovación
- 8.9 Políticas para el turismo sostenible
- 8.a Incremento de la ayuda al comercio
- 10.a Trato diferenciado en el comercio
- 11.4 Patrimonio cultural y natural

CONOCIMIENTOS Y COMPETENCIAS

- 13 Educación para el desarrollo sostenible
- 14 Conocimientos culturales
- 15 Educación multilingüe
- 16 Educación cultural y artística
- 17 Formación cultural

Convenciones culturales de la UNESCO



- 4.4 Competencias para el empleo
- 4.7 Competencias para el desarrollo sostenible
- 8.3 Empleo, espíritu empresarial e innovación
- 9.c Acceso a las tecnologías de la información
- 12.a Consumo sostenible
- 13.3 Educación sobre la adaptación al cambio climático

INCLUSIÓN Y PARTICIPACIÓN

- 18 Cultura para la cohesión social
- 19 Libertad artística
- 20 Acceso a la cultura
- 21 Participación cultural
- 22 Procesos participativos

Convenciones culturales de la UNESCO



- 9.1 Infraestructura de calidad/acceso equitativo
- 9.c Acceso a las tecnologías de la información
- 10.2 Inclusión social
- 11.7 Espacios públicos inclusivos
- 16.7 Participación en la toma de decisiones
- 16.10 Libertades fundamentales
- 16.a Prevención de la violencia
- 16.b Políticas no discriminatorias

ODS Y OBJETIVOS

Anexo II – Matriz dos Indicadores Culturais. Adaptado de UNESCO (2019).

Meio ambiente e resiliência	Gastos em património	Gestão sustentável do património	Adaptação às alterações climáticas		Equipamento culturais	Espaço aberto à cultura	
Properidade e meios de vida	Cultura no PIB	Emprego cultural	Empresas culturais	Gastos nos lugares	Comércio de bens e serviços culturais	Financiamento público da cultura	Governança da cultura
Conhecimento e competências	Educação para o desenvolvimento sustentável		Conhecimentos culturais	Educação multilingue	Educação cultural e artística		Formação cultural
Inclusão e participação	Cultura para a coesão social		Liberdade artística	Acesso à cultura	Participação cultural	Processos participativos	

Anexo III – Síntese das 4 dimensões dos Indicadores Temáticos da Cultura. Adaptado de UNESCO (2019).

Meio ambiente e resiliência							
	Indicadores	Descrição	Objetivo	Fonte de dados	Método	Observações	Limitações
1	Despesa em património	Gasto total (público e privado) <i>per capita</i> dedicado à preservação, proteção e conservação de todo o património cultural e natural, desagregados por tipo de património (cultural, natural, misto, reconhecido pelo	Esse indicador ilustra como a ação financeira das autoridades públicas nos planos local, nacional e internacional, destinadas a proteger e salvaguardar o património cultural, repercute diretamente na proteção do património e numa maior sustentabilidade dos assentamentos humanos. Este indicador, por meio da extrapolação, permite avaliar a meta.	Dados da UNESCO: IEU. Fontes nacionais e locais: institutos nacionais de estatística, dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação da	Por tipo de património: património cultural, natural, misto, património mundial: Gastos públicos por nível de governo (nacional, regional, local/municipal); Tipo de despesa pública (despesas de capital, despesas operacionais); Financiamento privado: doações em	Percentual do total gasto em cada um do património (ou totalidade deles) no montante total da despesa.	As estruturas contábeis nacionais de diferentes países podem não distinguir claramente as atividades culturais, naturais e outras; As transações financeiras podem ser canalizadas para diferentes usos; As transações financeiras podem ser lançadas duas vezes nos diferentes

		<p>Centro do Patrimônio Mundial), nível de governo (nacional, regional e local/municipal), tipo de despesas (despesas operacionais/investimentos) e tipo de financiamento privado (doações em espécie, setor privado sem fins lucrativos) lucro, patrocínio). (Metodologia fornecida pelo IEU).</p>		<p>cultura, quando for o caso.</p>	<p>espécie, setor privado sem fins lucrativos, patrocínio;</p>		<p>níveis da administração pública;</p>
--	--	---	--	------------------------------------	--	--	---

2	Gestão sustentável do património	<p>Lista de verificação aplicável ao quadro de gestão sustentável para salvaguarda e gestão do património cultural e natural, práticas, conhecimentos e objetos históricos.</p>	<p>Este indicador fornece uma visão geral do conjunto de vantagens e desvantagens de ação pública destinada a proteger e promover a gestão sustentável património líquido por meio da análise de três componentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> registros e inventários nacionais e internacionais; ação destinada a proteger, salvaguardar e gerir o património através da participação de todos os stakeholders e promoção da sustentabilidade; o grau de apoio mobilizado para salvaguardar e revitalizar o património; 	<p>Dados da UNESCO: relatórios periódicos das Convenções de 1972, 1970 e 2003, bem como dados das pesquisas de Recomendações de 2011 e 2015; Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação da cultura, quando adequado.</p>	<p>Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação da cultura, quando adequado.</p>	<p>Esses indicadores são baseados naqueles usados no âmbito dos relatórios periódicos sobre convenções da UNESCO, como a Política de Desenvolvimento Sustentável do Património Mundial da UNESCO (2015), que são complementados pelos seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a inclusão do conjunto de elementos patrimoniais do país/cidade, e não apenas aqueles reconhecidos pela UNESCO; fornecer um contexto para o património na comunidade; a introdução de referências numéricas para examinar tendências;
---	----------------------------------	---	---	--	--	---

3				sistemas de informação da cultura, quando apropriado.			
	Adaptação às mudanças climáticas e resiliência	<p>Lista de verificação aplicável ao quadro de adaptação às alterações climáticas, incluindo em particular as práticas tradicionais de resiliência.</p>	<p>Este indicador visa avaliar as medidas tomadas para promover a mitigação e adaptação às alterações climáticas, bem como melhorar a resiliência através da proteção e gestão sustentável do património cultural tangível e intangível e do património natural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Dados da UNESCO: relatórios periódicos das Convenções de 1972 e 2003. Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação 	<p>A lista de verificação contém itens que requerem respostas numéricas e de Sim/Não.</p>	<p>Este indicador é baseado no Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030 e aqueles usados em relatórios periódicos sobre convenções da UNESCO, como a Política de Desenvolvimento Sustentável do Património Mundial da UNESCO.</p>	<p>Aplicação, sobretudo, nacional. Podem existir pontos que não seja possível adaptar ao âmbito local.</p>

4	Equipamentos culturais			cultural, quando possível.			
		Cartografia espacial da distribuição de equipamentos culturais.	Este indicador visa avaliar a diversidade dos equipamentos culturais e a sua distribuição com uma abordagem territorial. Permite a identificação de zonas culturais em relação à população, transporte, administração e centros econômicos. Este indicador complementa o indicador 20 "Acesso à cultura",	Dados da UNESCO: IEU. Fontes nacionais e locais: dados administrativos.	Análise espacial dos equipamentos culturais, tendo em conta a diversidade, capacidade, âmbito e análise de rede.		

pois tem como objetivo avaliar a forma como os equipamentos culturais se integram na paisagem urbana e avaliar se criam um ambiente propício à participação das comunidades em eventos e práticas, bem como para a mancipação de profissionais e empresas culturais. Permite ainda uma avaliação espacial das áreas mais abastecidas ou com maior necessidade de equipamentos culturais.

5	Espaço aberto à cultura	Número e tamanho dos espaços livres utilizados para fins culturais por tipo de uso.	Este indicador visa avaliar a extensão dos espaços públicos abertos, a natureza desses espaços e seu grau de uso público (incluindo mercados tradicionais).	<p>Datos de la UNESCO: ONU-Hábitat - Estrategias para el espacio público ODS 11.7.1.</p> <p>Fuentes nacionales/local es: datos administrativos.</p>	<p>A área (m², ha) do “espaço cultural aberto” como porcentagem de todo o espaço público aberto;</p> <p>Número de “espaços culturais abertos” como porcentagem de todos os espaços abertos;</p> <p>Distribuição percentual de eventos culturais em espaço aberto por área do MEC.</p>	Será importante separar os “eventos culturais” por tipo de evento.	pode não haver informação detalhada sobre os tipos de representação, perfis de visitantes e números. Esses dados serão importantes na análise e interpretação deste indicador.
---	-------------------------	---	---	---	--	--	--

2. Prosperidade e Qualidade de Vida

Indicadores	Descrição	Objetivo	Fonte de dados	Método	Observações	Limitações
6 Contribuição das atividades culturais no PIB	Percentagem do produto interno bruto atribuível à produção cultural, privada e formal.	Este indicador visa avaliar a contribuição global do setor da cultura para a economia de um determinado território. Está em conformidade com a classificação internacional do Quadro de Estatísticas Culturais.	Fontes nacionais e locais: contas nacionais, pesquisas e censos de empresas, pesquisas de empresas e serviços, registros governamentais, pesquisas no setor cultural, registros de artistas, etc., fontes do setor privado.	Para calcular a proporção do PIB cultural, basta somar os valores obtidos usando os códigos estatísticos da Classificação Industrial Padrão Internacional de Todas as Atividades Económicas (ISIC) que aparecem no Quadro de Estatísticas Culturais da UIS (UNESCO-UIS 2009, pp. 52-64) e comparar o resultado com o produto		Uma das limitações desse indicador é que ele não pode levar em conta todas as atividades culturais, principalmente as informais e não remuneradas.

7	Emprego cultural				interno bruto (PIB) da economia local.		
		Número de pessoas empregadas nos setores culturais e criativos e em ocupações culturais em percentagem total do volume de emprego no último ano.	Este indicador visa avaliar o papel da cultura como “empregador” a nível nacional e local, bem como a vitalidade e dinamismo do setor cultural e a sua capacidade de melhorar o bem-estar material das pessoas que nele trabalham.	Dados da UNESCO: IEU. Fontes nacionais e locais: contas nacionais, recenseamentos da população, inquéritos à força de trabalho, registos administrativos (por exemplo, registos da segurança social), associações profissionais.	Esse indicador compara a soma desses três grupos com o percentual de toda a população ativa.	O emprego cultural é geralmente considerado como abrangendo três grupos de trabalhadores: Pessoas que têm uma ocupação cultural e trabalham em empresas com atividade cultural; Pessoas que têm uma ocupação cultural, mas trabalham em uma	

8	Empresas culturais					empresa que não exerce atividade cultural; Pessoas que têm uma ocupação cultural, mas trabalham em uma empresa que não exerce atividade cultural.	
		Percentual de empresas culturais em relação ao total de empresas.	Este indicador visa avaliar as condições favoráveis existentes para as empresas culturais com base na evolução do número de empresas culturais, em particular.	Fontes nacionais e locais: inquéritos às empresas, registos de empresas (como câmaras de comércio e organismos sectoriais).	Percentual de empresas culturais e o percentual total de empresas em uma determinada área.	$\frac{CE}{\sum E} * 100 \text{ \{Ano 2\}} - \frac{CE}{\sum E} * 100 \text{ \{Ano 1\}}$ $CE = \text{número de estabelecimentos culturais e } \sum E = \text{número total de estabelecimentos locais.}$	Este indicador, por exemplo, não leva em consideração o tamanho da empresa nem em termos de produção/desempenho, nem o número de pessoas empregadas.

9	Despesas domésticas	<p>Percentual do gasto total das famílias destinado a atividades, bens e serviços culturais.</p>	<p>O objetivo deste indicador é avaliar o valor que os agregados familiares de um determinado território atribuem aos bens e serviços culturais através das suas transações comerciais, bem como obter informação sobre a dimensão e potencial das atividades, bens e serviços culturais no mercado.</p>	<p>Fontes nacionais e locais: inquéritos e censos industriais, inquéritos aos serviços, inquéritos às pequenas empresas, inquéritos às despesas das famílias.</p>	<p>CHFC representa as despesas totais das famílias em atividades culturais, bens e serviços em comparação com as despesas gerais totais das famílias;</p>	<p>Para efeitos de interpretação, é essencial que as despesas com cultura sejam expressas em percentagem da despesa total no mesmo período de referência. Este período de referência deve ser longo o suficiente para evitar qualquer influência momentânea (ex. Covid)</p>	<p>Não abrange a totalidade do consumo cultural familiar ou a contribuição da cultura para o produto nacional em termos de gastos, pois exclui a maioria dos produtos não comerciais e exclui alguns gastos com produtos culturais que não são financiados diretamente pelas famílias, como serviços de design e publicidade.</p>
---	---------------------	--	--	---	---	---	---

10	Comércio de bens e serviços culturais	<p>Percentual de exportações de bens e serviços culturais em comparação com o total de exportações.</p>	<p>Este indicador visa avaliar o grau de exportação de produtos conhecidos como expressões culturais e reflete a procura económica, o perfil internacional dos produtos e serviços culturais do país/cidade e o ambiente regulatório que o permite.</p>	<p>Dados da UNESCO: IEU. Fontes nacionais e locais: Prefere-se os relatórios nacionais de receitas e alfândegas, se não o banco de dados internacional UN Comtrade (comtrade.un.org).</p>	<p>O valor das exportações culturais físicas como uma percentagem do valor de todas as exportações de bens físicos; O valor das exportações de serviços culturais como percentagem do valor de todas as exportações de serviços;</p>	<p>Este indicador avalia a importância dos produtos culturais de um país que são distribuídos internacionalmente.</p>	
----	---------------------------------------	---	---	---	--	---	--

Financiamento
público da cultura

Proporção de gastos públicos dedicados a atividades culturais e criativas e orçamento e gastos públicos anuais para os setores culturais e criativos.

Este indicador visa monitorar o montante de gastos públicos reais dedicados a atividades culturais e criativas.

Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação cultural, quando disponíveis.

- Gasto público por unidade administrativa;
 - Tipo de despesa pública (investimento de capital, despesas operacionais);
 - Gasto público por habitante;
 - Por setor de intervenção;
 - Gasto público por fonte;
- Em relação ao orçamento público para a cultura, seria necessária a seguinte repartição:
- Orçamento público por unidade administrativa;
 - Tipo de despesa pública (investimento de capital, despesas operacionais);

Qualquer quadro cultural deve tentar ter uma visão clara dos gastos públicos com a cultura e as artes.

Este indicador pode ser difícil de calcular por vários motivos: uma. As estruturas nacionais de contabilidade podem não distinguir claramente as atividades culturais das outras atividades;

b. O dinheiro pode ser canalizado para diferentes usos;

c. O dinheiro pode ser contado várias vezes em diferentes níveis de administração pública;

12	Governança da cultura				<ul style="list-style-type: none"> • Orçamento público por habitante; • Por setor de intervenção; • Por fonte de financiamento (doação, subsídio do governo central, impostos locais); 		
		<p>Lista de verificação sobre a estrutura de governança para apoiar a cultura e a criatividade.</p>	<p>Este indicador tem como objetivo avaliar a regulação do setor cultural e promover condições de trabalho e negócios mais</p>	<p>Dados da UNESCO: relatórios periódicos das Convenções de 1954, 1970, 1972, 2003 e 2005;</p> <p>Fontes nacionais e locais: dados administrativos,</p>	<p>A lista de verificação contém itens que requerem respostas numéricas e Sim/Não.</p>	<p>Sempre que possível, cada elemento (linha) deve ser avaliado para o domínio correspondente (coluna).</p>	<p>Certos elementos aplicam-se apenas a nível nacional e não a nível local.</p>

			<p>favoráveis para pesquisas nacionais melhorar os meios específicas e sistemas de subsistência. O de informação para a objetivo deste de governança da cultura, indicador também é quando disponíveis; avaliar o grau de desenvolvimento do quadro de governança nos níveis nacional e local para a cultura em geral, mas também por áreas culturais.</p>			
--	--	--	--	--	--	--

Conhecimentos e competências

	Indicadores centrais	Descrição	Objetivo	Fonte de dados	Método	Observações	Limitações
13	Educação para o desenvolvimento sustentável	Em desenvolvimento. Uma vez disponível, deve fornecer dados desagregados relacionados à educação para a diversidade cultural.	O indicador visa avaliar em que medida a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável, com particular atenção à diversidade cultural, são geralmente integradas nas políticas nacionais de educação, nos programas de estudo, formação de	Dados da UNESCO: IEU; Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação cultural, quando disponíveis;	s/d		

14			professores e avaliação dos alunos.				
	Conhecimento cultural	Lista de verificação focada em educação cultural e capacitação.	Este indicador tem como objetivo avaliar como o conhecimento cultural potencializa as práticas de desenvolvimento sustentável.	Dados da UNESCO: Relatórios Periódicos das Convenções de 1972, 2003 e 2005, Secretaria Internacional de Educação.	A lista de verificação contém itens que respondem “Sim/Não” ou requerem dados numéricos.		
15	Educação multilingue	Percentagem de horas letivas dedicadas ao multilinguismo em relação ao total de horas letivas dedicadas às línguas nas seguintes fases: a) ensino primário (CITE 1);	Este indicador é utilizado para fornecer uma estimativa aproximada da promoção do multilinguismo no ensino primário e secundário, o que	Dados da UNESCO: Setor de Educação da UNESCO, Escritório Educação Internacional (IEO); Fontes nacionais e locais: currículo oficial obtido junto	Indicador = $ILR + II + (1 - 1/B) \times ION$ de línguas oficiais ensinadas; ou nacionais	Este indicador será aplicado separadamente ao ensino primário (CITE 1) e ao primeiro ciclo do ensino secundário (CITE 2). Poucas dimensões culturais podem ser examinadas	É importante notar que os currículos nacionais não refletem necessariamente o que é realmente ensinado nas escolas. Por exemplo, a falta de

16	Educação cultural e artística	b) ensino secundário (CITE 2);	permite avaliar a importância que o sistema educativo atribui à promoção do diálogo intercultural, bem como à proteção e compreensão da diversidade cultural.	ao Ministério da Educação;		na educação primária, mas o ensino de línguas é uma delas. Este indicador relativo ao ensino primário também terá em conta as recomendações da UNESCO que incentivam o ensino da língua materna no ensino primário.	professores de grupos minoritários pode impedir que o ensino seja fornecido nas línguas locais.
		Percentagem de horas letivas dedicadas à educação cultural nos dois primeiros anos do ensino secundário (CITE 2), em relação ao total de horas letivas.	Este indicador visa avaliar o grau de inclusão dos estudos culturais nos currículos do ensino secundário, de forma a saber em que medida a criatividade	Dados da UNESCO: Setor de Educação da UNESCO, IBE. Fontes nacionais e locais: currículo oficial obtido do Ministério da Educação.	Obter o número de horas por disciplina a partir de fontes com base nos planos de estudo e calcular a percentagem de horas dedicadas à	Este indicador considera-se válido no sentido:	É importante notar que os currículos nacionais não refletem necessariamente o que é realmente ensinado localmente nas escolas. Por

			e os talentos criativos são favorecidos no sistema educativo e o reconhecimento de expressões culturais e o "desejo de cultura" entre os jovens.		cultura com base no MEC (UNESCO-IEU, 2009) e nas áreas de estudo do CITE (UNESCO-IEU, 2014).	<ul style="list-style-type: none"> O indicador mostra até que ponto os currículos locais refletem a composição cultural da cidade, que pode ser diferente da nacional. Informações adicionais sobre os currículos permitirão avaliar se e como refletem as atividades/eventos culturais associados à cidade. 	exemplo, a falta de professores de grupos minoritários pode impedir que o ensino seja fornecido nas línguas locais.
17	Formação cultural	a. Percentagem de alunos matriculados no ensino pós-secundário superior na área da	Este indicador visa avaliar o grau de participação em estudos culturais e	Dados da UNESCO: Setor de Educação da UNESCO, IBE. Fontes nacionais e	a. Percentual de todos os alunos do ensino médio que estão matriculados	Este é o único indicador estatístico de toda a série que se refere à educação. Serve de	O indicador avalia a importância geral desses dados numéricos, mas não

		<p>cultura durante o ano de referência em relação ao total de alunos matriculados nesses níveis de ensino;</p> <p>b. Percentual de alunos que completaram o ensino pós-secundário e superior na área de cultura durante o ano de referência em relação ao total de alunos que concluíram esses níveis de ensino;</p>	<p>criativos no ensino superior.</p>	<p>locais: Ministérios do Ensino Técnico e Superior, Ministério da Cultura.</p>	<p>em programas de estudo relacionados à cultura e à indústria criativa.</p> <p>b. Percentual de todos os alunos do ensino médio que se formam em programas de estudo relacionados à cultura e à indústria criativa</p> <p>c. Percentual de todos os alunos do ensino superior que estão matriculados em</p>	<p>base para o cálculo do número de estudantes com habilitações no setor cultural que ingressam anualmente no mercado de trabalho.</p>	<p>implica que um número alto de matrículas seja necessário (ou seja, um número ou percentual maior não é necessariamente “melhor” do que um percentual baixo).</p>
--	--	--	--------------------------------------	---	--	--	---

					programas de estudo relacionados à cultura e à indústria criativa.		
--	--	--	--	--	--	--	--

Inclusão e participação

	Indicadores	Descrição	Objetivo	Fonte de dados	Método	Observações	Limitações
18	Cultura para a coesão social	Este indicador de coesão social reúne três indicadores principais: Tolerância intercultural: percentual de pessoas que não se opõem a ter um vizinho de outra cultura; Confiança interpessoal: percentual de pessoas que afirmam que os outros podem ser confiáveis; Percepção da igualdade de gênero: grau de avaliação	Este indicador visa avaliar o grau de compreensão intercultural e aceitação individual de pessoas de outras culturas, bem como as diferenças entre mulheres e homens em termos de oportunidades e direitos de participação na	Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais específicas (incluindo a questão Rosenberg) e sistemas de informação cultural, quando disponíveis.	Fórmula: $DoC = \sum_{i=1}^k \frac{f_i}{N} / k$ fi é o número de pessoas que confiam no item i, N é a população de referência e k é o número de artigos considerados.	Pesquisas oficiais nacionais ou regionais: Usando as perguntas apropriadas, feitas na pesquisa oficial nacional ou regional mais recente, os níveis de confiança são medidos em relação a: uma. Pessoas de um grupo étnico diferente. b. Imigrantes/trabalhadores estrangeiros. c. Pessoas de religião diferente.	Em primeiro lugar, é um indicador subjetivo. Os resultados da pesquisa podem ser influenciados por tendências de opinião de curto prazo. Em segundo lugar, embora o tamanho da amostra da fonte mais comum, a World Values Survey, possa ser confiável em nível nacional, os

		positiva da igualdade de gênero (abordagem subjetiva);	vida cultural, social, económica e política.				resultados de tais pesquisas de opinião podem variar dependendo das condições locais de cada país.
19	Liberdade artística	Lista de verificação do grau de apoio à liberdade artística para avaliar o status do artista.	Este indicador visa avaliar o grau de desenvolvimento de um ambiente sustentável para artistas e criadores.	Dados da UNESCO: relatórios periódicos da Convenção de 2005. Fontes nacionais e locais: Ministério da Cultura, dados administrativos, pesquisas nacionais específicas e sistemas de informação cultural, quando disponíveis.	A lista de verificação contém itens numéricos e Sim/Não		Embora possam existir disposições legais relativas a artistas a nível local, é mais provável que sejam nacionais.

20	Acesso à cultura	Disponibilidade de infra-estruturas culturais em relação à distribuição da população.	Este indicador visa avaliar o grau de acesso de diferentes pessoas aos equipamentos culturais.	Fontes nacionais e locais: dados administrativos e sistemas de informação cultural, quando disponíveis.	Para cada distrito administrativo ou província, indicar o número de instalações de cada tipo (por exemplo, um museu) e o número total de habitantes. Calcular o desvio padrão de cada estabelecimento no país/cidade como indicador da distribuição mais ou menos equitativa dos estabelecimentos no território.	Este indicador conta os diferentes tipos de "espaços" por zona administrativa e calcula um desvio padrão para avaliar a consistência de sua distribuição.	O indicador não tem em conta a dimensão relativa dos diferentes espaços nem a qualidade do serviço que prestam.
----	------------------	---	--	---	--	---	---

21	Participação cultural	<p>Os três subindicadores avaliam os seguintes aspectos:</p> <p>1. Visitas a sítios culturais: evolução do número de visitas a sítios culturais ou espetáculos selecionados.</p> <p>2. Público cultural: percentual da população que participou pelo menos uma vez em atividade cultural fora de casa nos últimos 12 meses.</p> <p>3. Atividades culturais individuais: percentual de domicílios que</p>	<p>Este indicador tem três objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avalie o número total de visitas a locais ou instalações culturais. Os dados sobre as tendências indicará se o interesse/visitas a determinados tipos de equipamento aumenta ou diminui. • Avaliar a 	<p>Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais sistemas de informação específicos da cultura, quando disponíveis.</p> <p>Dados de provedores de serviços de Internet.</p> <p>Pesquisas regionais como o Eurobarômetro e o Latinobarômetro.</p>	<p>PARA VISITAS A SÍTIOS CULTURAIS</p> <p>Evolução do número anual de bilhetes vendidos ou visitas a estabelecimentos culturais formal: cinema, teatro, salas de concerto e outros eventos culturais que ocorrem em grandes espaços públicos.</p> <p>Estes dados são normalmente indicados por um número por 1000</p>	<p>Depende do contexto nacional, mas, em geral, é possível ter esses números para uma grande variedade de estabelecimentos culturais, como museus, galerias, bibliotecas públicas, teatros, salas de espetáculos, etc. Leste indicador permite sobretudo estudar a evolução do número de visitantes de um grupo específico de estabelecimentos, mas nem tanto para realizar</p>	<p>É importante notar que este indicador não costuma levar em consideração a origem dos visitantes, enquanto os indicadores que se baseiam na pesquisas domiciliares podem ser usadas para avaliar a participação em uma área determinado.</p>
----	-----------------------	--	--	--	---	---	--

		<p>declaram ter realizado atividades culturais em casa nos últimos 12 meses, o que inclui a utilização da Internet para fins culturais (método Eurostat).</p>	<p>proporção da população que frequenta um evento ou visita um equipamento culturais. Os dados sobre as tendências nos permitirão saber se a proporção da população que frequenta eventos culturais fora de casa aumenta ou diminui.</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Avaliar até que 		<p>habitantes, mas não é um denominador apropriado, já que muitas pessoas se consideram duas vezes ou mais (ver nota abaixo).</p> <p>PARA O PÚBLICO CULTURAL</p> <p>Percentual de pessoas que declaram ter frequentado uma das seguintes atividades nos últimos 12 meses:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● exibição de um filme, festival de 	<p>uma comparação internacional. Quando usado desta forma, o indicador pode ajudar a mostrar se a atração de um centro cultural aumenta e se os eventos culturais propostos despertarem interesse</p>	
--	--	---	--	--	---	---	--

			<p>ponto as pessoas desenvolvem atividades culturais em casa (excluindo práticas diárias dedicadas a cozinhar ou vestuário) e avaliar o papel das atividades culturais online</p>		<p>cinema;</p> <ul style="list-style-type: none"> • peça de teatro ou espetáculo de dança; • apresentação musical ao vivo; • visitar parques históricos/culturais ou locais protegidos; • visitar museus, galerias de arte ou exposições de artesanato; • pode ser estendido a outras atividades quando os dados existirem correspondente. 		
--	--	--	---	--	---	--	--

22	Processo participativo	<p>Lista de verificação sobre a participação de todas as partes interessadas, incluindo o</p> <p>o comunidades locais, nos processos de elaboração e aplicação de políticas, programas culturais e iniciativas que lhes dizem respeito.</p>	<p>Este indicador tem como objetivo avaliar as oportunidades oferecidas ao sociedade civil, profissionais do setor cultural e minorias em particular participar na formulação e implementação de atividades culturais, bem como as políticas, medidas e programas que lhes interessam,</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios periódicos das Convenções de 1972, 2003 e 2005. • Fontes nacionais e locais: dados administrativos, pesquisas nacionais e sistemas de informação específicos da cultura, quando disponíveis. 	<p>As respostas para a lista de verificação podem consistir em Sim/Não ou números.</p>		
----	------------------------	---	--	--	--	--	--

			tanto no nacional, regional, municipal e local.				
--	--	--	---	--	--	--	--